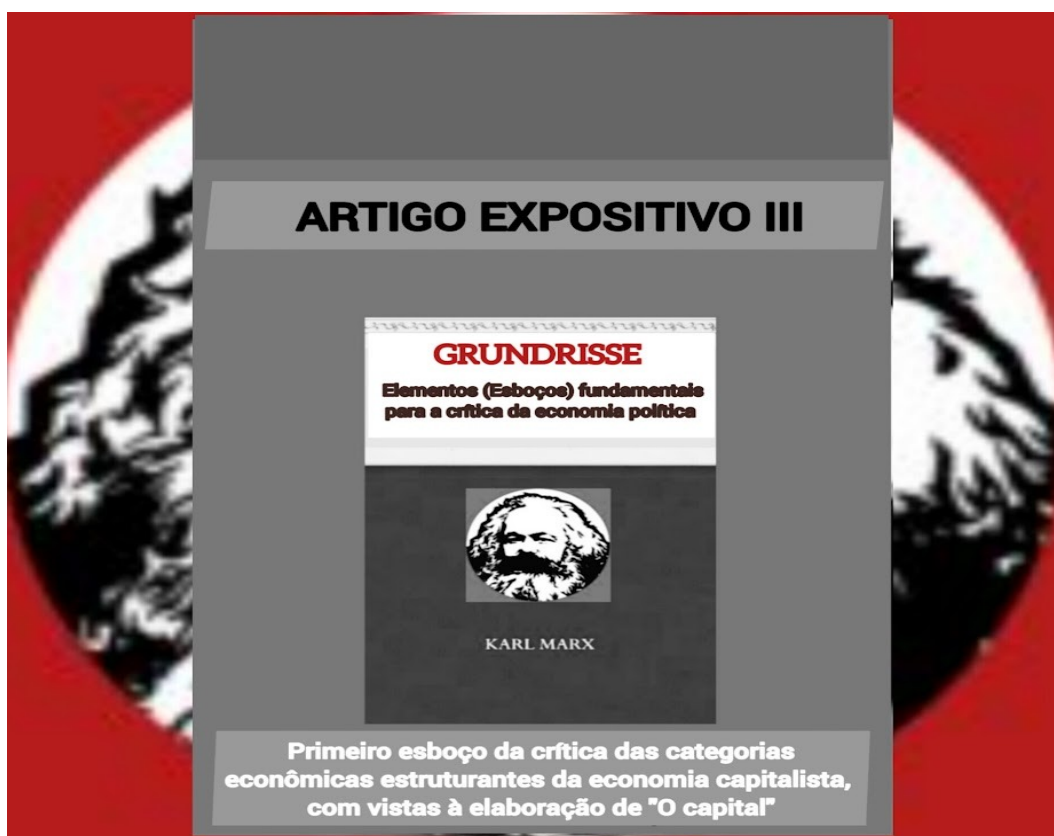


SEÇÃO PRINCIPAL
ARTIGOS EXPOSITIVOS DA BIBLIOGRAFIA DE
KARL MARX DA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA
CAPITALISTA



FOLHETO Nº 03 (05.09.2025) — GRUNDRISSE. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

CAPÍTULO DO DINHEIRO (A PRIMEIRA FORMULAÇÃO DA TEORIA DE MARX SOBRE O DINHEIRO)

1) Karl Marx e a crítica ao socialismo "utópico" francês a partir de Pierre-Joseph Proudhon

1.2.) Crítica a Alfred Darimon: *De la réforme des banques* (1856)

SUMÁRIO

FOLHETO Nº 01 (25.10.2024)

GRUNDRISSE. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

NOTA DO EDITOR

MATERIAL COMPLEMENTAR

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FOLHETO Nº 02 (14.03.2025)

GRUNDRISSE. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

CAPÍTULO DO DINHEIRO (A PRIMEIRA FORMULAÇÃO DA TEORIA DE MARX SOBRE O DINHEIRO)

1) Karl Marx e a crítica ao socialismo "utópico" francês a partir de Pierre-Joseph Proudhon

1.1) Introdução

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FOLHETO Nº 03 (05.09.2025)

GRUNDRISSE. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

CAPÍTULO DO DINHEIRO (A PRIMEIRA FORMULAÇÃO DA TEORIA DE MARX SOBRE O DINHEIRO) (continuação)

1) Karl Marx e a crítica ao socialismo "utópico" francês a partir de Pierre-Joseph Proudhon

[4](#)

1.2) Crítica a Alfred Darimon: *De la réforme des banques* (1856)

[4](#)

CONCLUSÃO DO FOLHETO

[64](#)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

[66](#)

FOLHETO Nº 04 (Previsão: 31.12.2025)

GRUNDRISSE. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

CAPÍTULO DO DINHEIRO (A PRIMEIRA FORMULAÇÃO DA TEORIA DE MARX SOBRE O DINHEIRO) (continuação)

2) Gênese e essência do dinheiro

3) Funções do dinheiro

CONCLUSÃO DO FOLHETO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FOLHETO Nº 05 (Previsão: 31.03.2026)

GRUNDRISSE. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

CAPÍTULO DO CAPITAL: PRIMEIRA SEÇÃO: O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CAPITAL

1) Transformação do dinheiro em capital

2) Capital e trabalho

3) Processo de trabalho e processo de valorização

4) Mais-valor (mais-valia)

5) Mais-valor (mais-valia) e lucro

CONCLUSÃO DO FOLHETO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FOLHETO Nº 06 (Previsão: 31.05.2026)

GRUNDRISSE. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

CAPÍTULO DO CAPITAL: SEGUNDA SEÇÃO: O PROCESSO DE CIRCULAÇÃO DO CAPITAL

1) Processo de reprodução e acumulação do capital

2) Formações econômicas que precederam a produção capitalista

CONCLUSÃO DO FOLHETO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FOLHETO Nº 07 (Previsão: 31.07.2026)

GRUNDRISSE. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

CAPÍTULO DO CAPITAL: SEGUNDA SEÇÃO: O PROCESSO DE CIRCULAÇÃO DO CAPITAL
(continuação)

3) O circuito do capital

4) Tempo de circulação e a rotação do capital

5) O capital fixo e o capital circulante

CONCLUSÃO DO FOLHETO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FOLHETO Nº 08 (Previsão: 30.09.2026)

GRUNDRISSE. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

CAPÍTULO DO CAPITAL: TERCEIRA SEÇÃO: O CAPITAL QUE GERA FRUTOS: JURO. LUCRO

1) Custos de produção etc.

2) Complementos aos capítulos do dinheiro e do capital

CONCLUSÃO DO FOLHETO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FOLHETO Nº 09 (Previsão: 30.11.2026)

GRUNDRISSE. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS [ESBOÇOS] PARA A CRÍTICA DA ECONOMIA
POLÍTICA

Apêndice: O que os *Grundrisse* oferecem para a superação do capitalismo

CONCLUSÃO DO FOLHETO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONCLUSÃO GERAL DO ARTIGO EXPOSITIVO III

FOLHETO Nº 03 (05.09.2025)

GRUNDRISSE. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

CAPÍTULO DO DINHEIRO (A PRIMEIRA FORMULAÇÃO DA TEORIA DE MARX SOBRE O DINHEIRO)

1) Karl Marx e a crítica ao socialismo "utópico" francês a partir de Pierre-Joseph Proudhon

1.2) Crítica a Alfred Darimon: *De la réforme des banques* (1856)

Por meio do Artigo Expositivo III, apresentado em fascículos mensais¹, a **Expedição Karl Marx** vem explorando os *Grundrisse. Elementos fundamentais para a crítica da economia política* — primeiro e decisivo conjunto de esboços críticos ao modo de produção capitalista, elaborados pelo filósofo alemão-prussiano de Trier, Karl Heinrich Marx, entre 1857 e 1858, durante o exílio na Inglaterra.

Os manuscritos de 1857/1858 organizam-se em sete cadernos, dentro dos quais se destacam duas grandes seções: o "Capítulo do dinheiro" e o "Capítulo do capital". Este folheto traz a primeira parte do capítulo sobre o dinheiro, considerado a formulação inicial da teoria monetária marxiana.²

Apesar de o foco dos *Grundrisse* recair sobre o dinheiro e o capital — dois elementos essenciais da teoria do valor das mercadorias em Marx —, o pesquisador ucraniano Roman Rosdolsky, em sua obra imprescindível *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx* (1968), observa que o autor não apresentou uma exposição explícita e sistemática dessa teoria nos manuscritos.³

1 O Folheto nº 01 - *Nota do Editor* expõe brevemente as linhas gerais dos *Grundrisse* e a história de sua elaboração e publicação, descreve a trajetória bibliográfica de Marx até *O capital* e explicita os elementos estruturantes de sua investigação teórica sobre o capitalismo. O Folheto nº 02 - *Introdução* inaugura a abordagem dos elementos fundamentais da crítica do modo de produção capitalista — os *Grundrisse* propriamente ditos, nomenclatura que utilizamos para designar o agrupamento de cadernos que contém os registros inaugurais da crítica à economia política —, inserindo o primeiro tema do "Capítulo do dinheiro", a ser tratado no presente folheto: a crítica de Marx à proposta de reforma do capitalismo a partir do dinheiro, apresentada pela corrente socialista "utópica" francesa, o *proudhonismo*, por meio de um dos seus representantes, Alfred Darimon. O conteúdo completo desses fascículos pode ser acessado pelos links do Sumário.

2 Pelo termo "marxiana(o)" refiro-me ao próprio Marx, em distinção ao uso de "marxista", referente a uma tradição posterior. Quanto ao "Capítulo do dinheiro" e sua localização nos manuscritos, ele compreende o Caderno I e pequena parte do Caderno II (in MARX, Karl Heinrich. **Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política**. Rio de Janeiro-RJ: Boitempo Editorial, 2011, p. 67 Nota do Editor (*)).

3 ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro-RJ: Contraponto Editora, 2001, p. 95.

Rosdolsky destaca que o próprio Marx, em resposta a um crítico, afirmou que, embora não tivesse escrito nenhum capítulo específico sobre o valor, nem nos *Grundrisse* nem em *O capital*, essa categoria constitui o fundamento de sua crítica ao capitalismo, e que a análise das relações sociais de produção que oferece "conteria a prova e a verificação da real situação do valor".⁴ Veremos que é precisamente das relações de produção que Marx deduz a forma-valor das mercadorias, e desta o dinheiro, chegando, por fim, ao capital. Assim, a teoria marxiana do valor atravessa toda a crítica ao modo de produção capitalista, demonstrando que a riqueza burguesa se funda no trabalho humano socialmente necessário e que o lucro do capital advém da exploração da força de trabalho.

Nos *Grundrisse* propriamente ditos estão delineadas as linhas fundamentais das categorias que compõem a teoria do valor: mercadoria, dinheiro, preço, capital, trabalho, mais-valor (ou mais-valia), lucro, juro, entre outras. Na obra *O capital*, essas categorias, bem como as relações que as envolvem, são desenvolvidas e expostas de maneira mais estruturada e sistematizada, com ampliação dos horizontes analíticos.

Não obstante sua centralidade, o primeiro capítulo dos *Grundrisse* não começa com o exame direto do dinheiro. Em vez disso, e não por acaso, como vimos no Folheto nº 02, Marx dedica-se, antes, à crítica das propostas de **reforma do capitalismo** apresentadas pelo deputado socialista francês **Alfred Louis Darimon**, em sua obra *De la réforme des banques* (em português, *Sobre a reforma dos bancos*), publicada na cidade de Paris em 1856. Trata-se de propostas de cunho reformista, restritas às esferas **monetária, bancária e creditícia** da economia capitalista francesa.

Conquanto dirigida a Alfred Darimon, a crítica de Karl Marx tem um alvo certo ainda que não explicitamente nomeado: o filósofo socialista "utópico" e anarquista **Pierre-Joseph Proudhon**, de quem Darimon era discípulo, secretário e, em certa medida, porta-voz. É a chamada **teoria do dinheiro-trabalho** de Proudhon que dá sustentação às proposições formuladas em *De la réforme des banques*, as quais Marx se propõe a refutar. Mesmo nessa crítica específica, o pensador de Trier antecipa elementos filosóficos e econômicos centrais tanto para a continuação do capítulo sobre o dinheiro quanto para o tópico sobre o capital nos *Grundrisse*. Este é o escopo do Folheto número 03⁵.

Afirmamos que nos manuscritos de 1857/1858 a categoria dinheiro ainda não aparece em sua forma plenamente desenvolvida. Roman Rosdolsky observa que a teoria do dinheiro de Marx encontra-se ali "em gestação", começando a se delinear justamente a partir da crítica a Darimon.⁶

4 Idem, p. 503 (Nota 2).

5 Não obstante Marx tenha sempre na mira, ao longo dos *Grundrisse* propriamente ditos, as teses do proudhonismo, para efeito deste folheto consideramos como a crítica direta e específica a Alfred Darimon as primeiras vinte e três páginas dos manuscritos (Ibidem, pp. 67-90), sem prejuízo de irmos além delas para abordar nesta oportunidade o conjunto das propostas apresentadas por Darimon.

6 Ibidem, p. 97. Segundo Roman Rosdolsky, o "Capítulo do dinheiro" foi a única parte dos *Grundrisse* publicada por Karl Marx, no livro *Para a crítica da economia política* (1859). A análise do dinheiro seria retomada de forma mais elaborada no Livro I de *O capital*, *O processo de produção do capital* (1867). O pesquisador ucraniano ressalta que há divergências significativas em relação ao que Marx escreveria posteriormente sobre essa categoria, tanto que o próprio julgou necessário "reescrever tudo". Além disso, Rosdolsky anota que após os *Grundrisse* e antes de *O capital*, o teórico alemão voltou ao dinheiro pelo menos duas vezes: nos manuscritos de

Para fins didáticos, dividimos a exposição da crítica a Darimon em três blocos temáticos. Essa divisão permite acompanhar como Marx desmonta os limites do socialismo "utópico" francês e prepara as bases de sua teoria monetária.

Bloco 1 — As ilusões reformistas do proudhonismo

Alfred Darimon — e a corrente teórica e social da qual fazia parte, o proudhonismo — atribuía ao **padrão monetário metálico, ouro e/ou prata**, a responsabilidade pelas **crises capitalistas**.⁷

Assim Darimon escreveu em *De la réforme des banques*, conforme a transcrição de Marx abrindo os *Grundrisse* propriamente ditos:

“Todo o mal resulta do predomínio da obstinação em conservar os metais preciosos na circulação e nas trocas”.

Adotado em diversos países no século XIX como lastro do dinheiro, incluindo a França, que seguia o regime bimetálico⁸, a esses metais nobres se imputava males como a escassez de bens de primeira necessidade, a elevada inflação, o agravamento da pobreza e da miséria, bem como a intensificação da especulação financeira, a restrição de crédito e outros problemas que afligiam a economia francesa.⁹

Considerando que os malefícios do capitalismo teriam origem no "privilégio" do ouro e da prata na condição de dinheiro em relação às demais mercadorias,¹⁰ o deputado proudhonista defendeu em seu livro três grandes propostas:

- **Abolição do lastro do dinheiro em ouro e prata;**
- **Adoção do dinheiro-trabalho;**
- **Criação do Banco do Povo e estabelecimento do crédito gratuito.**

No lugar do dinheiro mercantil em ouro e em prata surgiria o chamado dinheiro-trabalho, um lastro monetário não mercantilizado, representado por certificados lastreados no **tempo de trabalho concreto e específico** (como o do padeiro, do alfaiate etc.) despendido na produção, calculado **em horas**: o bônus-horário (ou, ainda, bônus-hora, vale-trabalho e cheque-trabalho).¹¹ Convertendo-se todas as mercadorias em dinheiro, cada trabalhador receberia um vale proporcional ao tempo de trabalho concreto realizado.¹² Esse passaria a ser o novo padrão monetário.

Ao dinheiro-trabalho somava-se a criação de um aparato institucional, o **Banco do Povo**, um banco popular encarregado de gerenciar, garantir e controlar o novo dinheiro,¹³ e de viabilizar um sistema de empréstimos livres e acessíveis a todos os

1861/1863 e de 1863(4)/1865. Mesmo assim, os textos dos *Grundrisse* não perdem relevância (Ibidem, p. 95).

7 MARX, Karl Heinrich. Op. cit., p. 67.

8 Idem, p. 72. Diferentemente da maioria das nações europeias, que tinham no ouro o lastro único do dinheiro, na França o ouro e a prata circulavam juntos como equivalentes legais, sendo o dinheiro aurífero o lastro dominante.

9 Ibidem, p.p 71-76.

10 Ibidem, pp. 77-78.

11 Ibidem, p. 74; pp. 85-90.

12 Ibidem, p. 78.

13 Ibidem, pp. 102-104. O chamado *Banco do Povo* só é abordado por Marx a partir da subseção "Gênese e essência

trabalhadores e produtores a **juro zero**¹⁴.

No plano político, as propostas darimonianas, a partir das ideias de Proudhon, defendia que a substituição do padrão monetário mercantil metálico por um regime não mercantilizado teria o condão de moralizar e tornar mais justa as relações de trocas, deturpadas pelo dinheiro, pelo crédito etc. Sob uma perspectiva mais ampla, discípulo e mentor ambicionavam **reformular o capitalismo**.¹⁵

Portanto, com foco na **esfera da circulação das mercadorias e do capital**, pretendia-se extinguir o instrumento intermediário da circulação — o dinheiro-mercadoria, ouro e prata, considerado "produtor de injustiças" — pondo em seu lugar um tipo de dinheiro idealmente mais "justo". Complementarmente, por um lado, planejava-se reformar o antigo sistema bancário, responsável por garantir e operar o padrão monetário metálico e assegurar a conversibilidade da moeda nos metais nobres; por outro, aspirava-se reestruturar os mecanismos de empréstimos, com a pretensão de democratizar o acesso à aquisição de fundos sem cobrança de juros.

Em tese, esse conjunto de mudanças, articuladas, eliminaria a exploração do trabalho; igualaria patrões e empregados; impediria a especulação financeira, a cobrança de juro e a concentração de riqueza, democratizando o consumo e o crédito. Concretizaria o denominado **socialismo mutualista** de Joseph Proudhon, embasado nos princípios de justiça, liberdade, igualdade e solidariedade. Tais ideais, que em Proudhon se expressam sobretudo na noção de associação e de contrato livre entre trabalhadores e patrões, mantendo-se a propriedade privada dos meios de produção, podem ser interpretados, em termos contemporâneos, como uma forma de democracia associativa, fundada no cooperativismo e na gestão não estatal e não coletivista da economia. A via gradual e não revolucionária seria, na perspectiva proudhoniana¹⁶, o caminho adequado para dar fim aos efeitos perversos do capitalismo.

No Bloco seguinte, antecipamos introdutoriamente as engrenagens teóricas e metodológicas que constituem a crítica de Karl Marx à economia política e que nos permitem compreender sua oposição às reformas de Proudhon e Darimon. Cabe observar, contudo, que nem todas as categorias que consideramos a seguir aparecem nomeadas ou plenamente desenvolvidas na crítica a Alfred Darimon, principalmente, e até mesmo nos *Grundrisse* como um todo; muitas estão apenas em processo de formação ou implícitas, sendo sistematizadas só mais tarde em *O capital*.

Bloco 2 — As engrenagens da crítica marxiana

2.1. O deslocamento crítico de Marx: da crítica técnico-utópica proudhonista à crítica lógico-teórica do capital

Vimos que a reforma do capitalismo propugnada por Alfred Darimon

do dinheiro", logo após a parte dedicada à crítica direta a Darimon.

14 Ibidem, p. 75; pp. 718-721. Igualmente em relação ao *crédito gratuito*, o teórico alemão trata especificamente no "Capítulo do capital", em sua terceira seção ("O capital que gera frutos. Juro. Lucro. (Custos de produção etc.).

15 Ibidem, p. 191. Por "darimoniana", refiro-me ao que é atribuído a Darimon.

16 Por "proudhoniana(o)" quero dizer de Proudhon, em contraposição a "proudhonista", referente a seus seguidores.

definia-se por um escopo técnico claramente delimitado: a **esfera econômica da circulação**. Sob o prisma teórico, esse escopo se desdobrava, de fato, em duas frentes de intervenção, embora Darimon não distinguisse uma da outra: (1) o **sistema monetário**, que corresponde à **circulação simples de mercadorias**, com o dinheiro funcionando como meio de troca; e (2) os **sistemas bancário e de crédito**, este último vinculado à **circulação do capital**, abrangendo, em última instância, a categoria do juro.¹⁷

Embora reconhecesse a sensibilidade dos socialistas de sua época em relação às contradições do sistema capitalista, Karl Marx evidencia que o "utopismo" que marcava o pensamento socialista dominante — do qual as propostas de Darimon, que miravam o lastro do dinheiro em ouro e prata e se inspiravam nas teses de Joseph Proudhon, não escapavam — partia do pressuposto de que as trocas mercantis e o valor de troca "são *originalmente* (no tempo) ou de acordo com o seu *conceito* (em sua forma adequada) um sistema da liberdade e igualdade de todos, mas que têm sido **deturpados** pelo dinheiro, pelo capital [que, nas formulações do autor proudhonista, assume a forma do crédito, digo eu] etc." (grifo itálico do autor, grifo em negrito nosso).¹⁸ Em resumo: bastaria abolir o dinheiro metálico e substituí-lo pelo dinheiro-trabalho para restituir às relações de troca a liberdade e a igualdade perdidas.

O autor dos *Grundrisse* dispara contra essa "tolice dos socialistas", sobretudo os franceses que viam no socialismo a realização dos ideais da Revolução Francesa (igualdade, liberdade e fraternidade): "É tão piedoso quanto tolo desejar que o valor de troca [dimensão do valor das mercadorias voltada para a troca enquanto finalidade em si, para o "ganhar dinheiro", digo eu] não se desenvolva em capital, ou que o trabalho produtor de valor de troca não se desenvolva em trabalho assalariado", pois é justamente nesse desenvolvimento que a liberdade e igualdade burguesas, que se configuram de modo formal e abstrato em meras categorias jurídicas, enquanto expressões da relação capital-trabalho, convertem-se, no desenvolvimento real — concreto e substantivo —, isto é, no plano material das relações de produção, em desigualdade e ausência de liberdade.

A crítica de Karl Marx a Louis Darimon, e, por extensão, ao proudhonismo como um todo, não se limita à constatação da ingenuidade das propostas apresentadas pelo porta-voz do chamado socialismo "utópico" francês. O que está em jogo, já no primeiro momento do "Capítulo do dinheiro", ainda que de modo implícito, é o deslocamento crítico para o fundamento do modo de produção capitalista: a **lógica do capital**, isto é, a dinâmica interna da valorização contínua e crescente do valor enquanto capital — em Marx, a *essência* do capitalismo e o *núcleo* da sociabilidade burguesa¹⁹.

17 Ibidem, pp. 67-68.

18 Ibidem, p. 191.

19 O professor Mário Duayer, na *Apresentação* da edição brasileira dos *Grundrisse*, define a *sociabilidade burguesa* como uma forma particular de vida social "determinada pela relação mercantil", isto é, pela "necessidade de produzir valor, riqueza universal, dinheiro". Nessa forma peculiar de sociabilidade, "os sujeitos – reduzidos a trabalhadores – estão subordinados à dinâmica incontrolada do produto de sua própria atividade, de seu trabalho. Nessas circunstâncias, o sentido da produção é a quantidade, e, portanto, o seu crescimento ilimitado. Uma forma de dominação abstrata em que o sentido do produto, o sentido da produção da riqueza, está perdido para os

No embate com Darimon, o filósofo alemão-prussiano introduz os primeiros fundamentos de sua concepção do dinheiro como forma desenvolvida do valor e como ponto de partida e de retorno do capital — uma inflexão teórica que o conduz, progressivamente, à elaboração das categorias centrais da lógica do capital. Essa formulação inicial, imprescindível para compreender os limites teóricos do proudhonismo, alvo deste Folheto nº 03, marca o momento em que o adversário do proudhonismo ultrapassa o reformismo monetário e bancário dessa influente corrente socialista e desencadeia a crítica científica da economia política capitalista, rascunhando-a nos *Grundrisse*.

Ao longo desses manuscritos, essa análise é delineada em toda a sua amplitude, configurando o esboço dos elementos fundamentais da oposição de Marx ao capitalismo, o que faz deles a base teórica e a primeira versão de *O capital*.

A crítica marxiana às propostas do deputado proudhonista, de cunho estritamente monetário, realça a sua "superficialidade". Limitada à *aparência* do sistema, isto é, aos efeitos visíveis das contradições do capital, não penetra em sua *essência*,²⁰ deixando intocadas as causas profundas dos problemas econômicos e sociais — a contradição entre o caráter social da produção e a forma privada da apropriação — que se abatiam sobre a França e, de modo geral, sobre as nações capitalistas do século XIX, cujo padrão monetário também se sustentava nos metais nobres. As causas das crises, na visão marxiana, são **estruturais** e residem na **esfera da produção**, campo do qual o proudhonismo se mantinha afastado.²¹

2.2. Método e alcance da crítica

Embora os *Grundrisse* partam de um caso concreto — o regime monetário bimetálico francês —, a crítica marxiana à economia política capitalista não se restringe, nem ali nem em escritos posteriores, incluindo *O capital*, a uma configuração econômico-financeira específica ou nacional. Seu objetivo maior foi sempre desenvolver uma **análise crítica, teórica e científica da sociabilidade fundada no capital**.²²

sujeitos": o *porquê* e o *para quê* se produz escapam à compreensão e controle dos trabalhadores, visto que a produção não é orientada prioritariamente para a satisfação das necessidades, mas para a obtenção de lucro mediante a exploração do trabalho. Em suma, a sociabilidade burguesa designa o conjunto de relações específicas geradas pelo modo capitalista de produção de mercadorias, no qual os indivíduos só podem se relacionar mediados pela mercadoria, pelo dinheiro e pelo capital. Essa forma social corresponde à hegemonia da burguesia como classe dominante (Ibidem, pp. 19-20, *Apresentação*).

20 Fazendo referência às categorias filosóficas mencionadas — *aparência e essência* —, é importante destacar que Marx as mobiliza em todo o conjunto de sua crítica à economia política, e não apenas nos *Grundrisse*. No debate com Darimon, ele contrapõe a ênfase proudhoniana na forma monetária (a aparência) à lógica de valorização do capital (a essência). Por se tratarem de categorias de matriz filosófica, não as aprofundamos aqui, tomando-as como dadas. Quanto à centralidade desses atributos no pensamento marxiano, Roman Rosdolsky a vincula ao filósofo idealista [Georg W. Hegel](#) (1770-1831). Cabe frisar, entretanto, que Marx ressignifica essas e outras categorias hegelianas a partir de seu método materialista-dialético (*in* ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., pp. 15-17).

21 MARX, Karl Heinrich. Op. cit., pp. 78-79.

22 Roman Rosdolsky ressalta a característica crítico-teórica ampliada dos *Grundrisse*: (i) a articulação entre crítica e teoria, isto é, a explicitação racional dos fundamentos de um objeto histórico — no caso, os problemas da economia política capitalista; e (ii) a vinculação dessa crítica a um método científico. Assim, em Marx, realizar uma crítica teórica é trazer à consciência, conhecer racionalmente e explicitar os fundamentos de um dado objeto histórico, à luz de um método próprio, com vistas à superação do objeto. Por isso, sua crítica ao capitalismo é

Sob o prisma teórico-metodológico, quando recorre ao lastro em ouro e prata do dinheiro adotado na França, Karl Marx o toma apenas como ponto de partida real e historicamente situado, distinto de um ponto de largada abstrato. Sua crítica incide sobre a estrutura e o funcionamento (o movimento interno) do modo de produção capitalista, e não sobre expressões superficiais, aparentes, estáticas ou particulares. Para tanto, serve-se da aplicação de seu **método materialista histórico-dialético**, consubstanciado na compreensão, interpretação e transformação da realidade social.²³

2.2.1. Movimento de ida e volta entre concreto e abstrato²⁴

De modo a nos preparar para compreender o núcleo da crítica marxiana à economia capitalista e, em particular, para entender por que Marx rejeita as propostas darimonianas, convém tecer algumas observações, ainda que gerais, sobre seu método.

Karl Marx, em seu processo investigativo, toma sempre como ponto de partida o **concreto histórico-empírico**. Na crítica a Darimon, não faz diferente: parte do padrão monetário bimetálico vigente na França, forma historicamente determinada de **manifestação do valor das mercadorias**.

A partir do lastro metálico do dinheiro (ouro e prata), nosso filósofo desvela **múltiplas determinações mais abstratas**, ou seja, categorias e características estruturais que lhe são subjacentes: mercadoria, valor, dinheiro, preço, trabalho, capital, mais-valor (ou mais-valia), bem como as distinções entre valor e preço, dinheiro e capital, trabalho e força de trabalho, mais-valor e lucro, bem assim entre lucro e juro.

Munido dessas mediações, retornando ao concreto empírico, Marx alcança um novo nível de concretude: o do **concreto pensado**, isto é, a síntese teórica das múltiplas determinações abstraídas do concreto empírico e reveladas na análise. Nesse movimento de ida e volta entre concreto e abstrato, a essência do objeto é apreendida em sua forma mais abrangente e enriquecida de conteúdo: o **capital como totalidade**, compreendido em sua estrutura interna, em seu dinamismo e em suas contradições fundantes — **o capital em sua lógica**.

Situamo-nos, assim, no horizonte conceitual mais amplo aberto pelo método materialista histórico-dialético: o **movimento de valorização do capital em geral**.

2.3. O capital em geral

Nos *Grundrisse*, ancorado no materialismo histórico-dialético, Marx pretende

- 23 muito mais do que uma crítica pela crítica (ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 21; pp. 25-28; pp. 39-40).
23 Inspirado no materialismo de [Ludwig Andreas Feuerbach](#) (1804-1872) e na [dialética hegeliana](#), ambos criticamente apropriados por Marx, o materialismo histórico-dialético, elaborado em cooperação com [Friedrich Engels](#) (1820-1895), exige captar o objeto em processo de síntese (apropriação, negação e superação). Tal procedimento ultrapassa as determinações histórico-sociais do objeto, incorporando o que nele há de válido e elevando-o a um plano teórico superior, em uma formulação mais desenvolvida que a original (*Aufhebung*).
24 O subitem 2.2.1. foi redigido com base no texto marxiano "Introdução à crítica da economia política", correspondente ao item "3) O método da economia política" do Caderno M dos *Grundrisse* (in MARX, Karl Heinrich. Op. cit., pp. 54-61). Mais sobre o método marxiano/engelsiano, veja nosso [Artigo Expositivo II](#) sobre o referido texto.

apreender aquilo que todo capital tem em comum, sua forma mais abrangente e rica de conteúdo: o **capital em geral**, ou seja, o capital como **totalidade abstrata**²⁵ — a natureza do capital em si, universal e abstraída das múltiplas determinações concretas que o particularizam como capital industrial, comercial, fictício etc. (os capitais plurais²⁶).

Trata-se do capital enquanto relação em sua forma mais unitária e necessária: uma **relação social intrinsecamente exploratória**. É justamente esse plano mais abstrato do capital, observado em seu processo de valorização, que constitui o eixo central da investigação marxiana nos manuscritos de 1857/1858, permitindo a construção das categorias teóricas fundamentais do movimento do capital em geral e sua dinâmica interna.

2.3.1. Categorias centrais do movimento do capital

O processo investigativo iniciado em 1842/43 e registrado nos *Grundrisse* permitiu a Marx, já nesses manuscritos, estabelecer o núcleo de sua crítica à economia política capitalista e, ao mesmo tempo, o método para desenvolvê-la: a investigação do **movimento contraditório do capital em geral**, de sua **lógica interna** e de suas **determinações fundamentais**, abrangendo a produção, a reprodução e a valorização do valor enquanto capital. Já nessa formulação inicial, o objeto (o movimento do capital) e o método (a exposição científica desse movimento enquanto totalidade estruturada) aparecem como momentos inseparáveis.

Nos cadernos econômicos de 1857/1858, o filósofo de Trier expõe categorias estruturantes do modo de produção capitalista, muitas delas elaboradas por ele e outras reelaboradas a partir de autores como os economistas clássicos britânicos Adam Smith e David Ricardo, ao mesmo tempo em que evidencia as contradições imanentes a tais categorias em sua manifestação histórica. Ou seja, ao situá-las no desenvolvimento concreto das relações capitalistas — na produção, circulação e valorização do capital —, Marx permite compreender a origem, o funcionamento e o desenvolvimento do capitalismo como forma historicamente situada e, por isso, passível de superação a partir

25 Além dos *Grundrisse*, de acordo com Roman Rosdolsky (Op. cit., pp. 27-37; pp. 39-41; pp. 49-60), dois importantes conjuntos de manuscritos também tratam do *capital em geral*: (i) os de 1861/1863 (*Teorias da Mais-Valia*), parcialmente vinculados ao Livro I de *O capital*, e, em grande medida, ao Livro IV (*Teorias da Mais-Valia*, 1905), apesar de este último contemplar anotações sobre concorrência de capitais, crédito e capital por ações; (ii) os de 1863(4)/1865, relacionados ao Livro II (*O processo de circulação do capital*, 1885), onde a análise vai do nível abstrato até o movimento real do capital no tempo e no espaço, pressupondo-o como totalidade em movimento e distinguindo setores produtivos, ainda que não individualizados. De regra, nos escritos de 63/65, em um primeiro momento o foco recai sobre a realização das leis do *capital em geral*, como este se move e se reproduz no tempo e na sociedade; em um segundo, que constitui a base do Livro III, o alvo é a sistematização da pluralidade de capitais e seus desdobramentos.

26 Idem, pp. 49-56; p. 426. Segundo Rosdolsky, indo e vindo entre o abstrato e o concreto, Marx parte do *capital em geral* nos *Grundrisse* e chega à *pluralidade de capitais* no Livro III de *O capital* (*O processo global da produção capitalista*, 1894). Os capitais plurais representam a fragmentação e especialização funcional do capital na realidade empírica ("os capitais particulares, os capitais reais") (Ibidem, p. 262; 369). Nos manuscritos, quando trata das formas particulares do capital sob regime de concorrência (onde cada capital atua de modo interdependente e ao mesmo tempo do modo competitivo e contraditório), bem como dos processos e relações que emergem dessa pluralidade (equalização da taxa de lucro, preços de produção e renda fundiária), Marx o faz sempre à luz do capital em geral (Ibidem, p. 328; 338; 344), examinando como as leis gerais do capital se realizam, se modificam e se contradizem entre capitais particulares em concorrência (Ibidem, p. 328; p. 369; pp. 545-546).

das contradições que lhe são próprias.

A seguir, antecipando definições extraídas dos próprios *Grundrisse*, apresentamos, em caráter introdutório, o vocabulário conceitual indispensável para o entendimento da crítica marxiana ao projeto proudhonista de reforma do capitalismo exposto por Alfred Louis Darimon em *Da la réforme des banques*.

Antes disso, cabe esclarecer que as categorias aqui reunidas nem sempre aparecem explicitamente na polêmica com Darimon, tampouco se encontram plenamente desenvolvidas no conjunto dos cadernos dos *Grundrisse*. Contudo, na crítica ao deputado proudhonista essas categorias já surgem, ao menos, pressupostas, constituindo um solo conceitual fértil sobre o qual Marx desenvolve o debate com o proudhonismo. Retomaremos cada uma delas posteriormente, com o grau de detalhamento que os manuscritos como um todo oferecem, visto que são, frisamos, o "laboratório" das investigações marxianas iniciais sobre o capitalismo:²⁷

- i. **Mercadoria:** qualquer produto ou serviço destinado ao mercado, resultado da objetivação do tempo de trabalho social abstrato, possuindo uma duplicidade conceitual interna — **valor de uso** e **valor** — e uma triplicidade fenomênica externa — **valor de uso, valor e valor de troca**.^{28 29}

27 Para a exposição introdutória das categorias que se seguem, utilizamos prioritariamente as páginas relativas à crítica direta de Karl Marx a Alfred Darimon, embora o teórico alemão-prussiano ainda não ofereça aí definições formais, explícitas e completas de todas elas. Por isso, recorremos também a passagens posteriores a essa crítica para compor, de modo mais elucidativo possível, ao menos neste momento inicial do estudo dos *Grundrisse*, a conceituação categorial que Marx começa a elaborar e sistematizar nesses manuscritos.

28 Na crítica direta a Darimon, Marx não fornece uma definição formal e explícita de "mercadoria". Ali, mercadoria é tudo aquilo produzido pelo trabalho humano (trabalho vivo), compondo a riqueza da nação (ouro e prata, matérias-primas, trabalho, cereais, seda etc.) e, portanto, passível de troca e de circulação, devendo, para isso, ser expresso em dinheiro (uma terceira mercadoria) sob a forma de preço (Ibidem, pp. 72-75; pp. 77-79; p. 81; p. 85-87). Não obstante, mesmo na crítica ao deputado francês, trabalhando com o aspecto funcional da mercadoria, Marx já identifica nela três determinações fundamentais que especificam, respectivamente, o seu atributo material, a sua essência e a sua forma de aparecimento no mundo exterior: *valor de uso* (aquilo que é necessário à subsistência e à reprodução social, por exemplo), *valor* (trabalho humano abstrato incorporado na mercadoria) e *valor de troca* (manifestação fenomênica e quantitativa do valor na circulação mercantil). Em sua dimensão interna — conceituação —, a mercadoria é composta apenas pelas duas primeiras determinações. Na sua dimensão externa, no entanto, ela se manifesta nas três (Ibidem, p. 79; 85; 87).

Ainda no "Capítulo do dinheiro", porém nos subtópicos seguintes à crítica ao deputado proudhonista, o conceito de mercadoria e suas determinações é apresentado com mais clareza. Muitas vezes a mercadoria é caracterizada de modo mais amplo como produto ou atividade (serviço), o que nos leva a concluir que, nos *Grundrisse*, Marx já trabalha com um conceito unificado dessa categoria. E assim ele escreve: "Os produtos (ou atividades) trocam-se somente como mercadorias [...]" (Idem, p. 92 - "Gênese e essência do dinheiro"). Outro aspecto que vale esclarecer, também presente após a crítica a Darimon, é o porquê de a mercadoria possuir uma duplicidade conceitual interna — valor de uso e valor, ficando de fora o valor de troca — e uma triplicidade fenomênica externa — valor de uso, valor e valor de troca. O valor de uso corresponde ao atributo material e natural da mercadoria, portanto, uma qualidade intrínseca a ela, que lhe confere um caráter subjetivo (utilidade), fazendo com que o valor de uso também se apresente externamente. O valor é dado pelo trabalho humano abstrato ou social, que constitui a sua essência e funda o caráter objetivo interno do valor (a mercadoria vale x, independente da sua natureza material e utilidade), ao mesmo tempo em que também aparece, embora indiretamente, no mundo exterior, não obstante ocultado pelo valor de troca. O valor de troca, por sua vez, só se revela na circulação da mercadoria, no mercado, nas relações de troca, portanto, não é seu atributo interno. Assim, enquanto o valor de uso e valor de troca são perceptíveis no processo de circulação (utilidade e *quantum* pelo qual a mercadoria é trocada, respectivamente), o valor permanece oculto; só se manifesta indiretamente por meio da materialidade da mercadoria e da proporção de troca. Por isso Marx considera a dimensão exterior da mercadoria como tríplice: sem o valor de uso, não haveria o suporte concreto no qual o valor pode se incorporar; sem o valor, não existiria valor de troca; e sem o valor de troca, o valor não seria manifestado (Ibidem, p. 90-91, "Gênese e essência do dinheiro"; *passim*).

29 Cabe ainda destacar um aspecto crucial quanto ao tratamento terminológico dado, nos *Grundrisse*, às categorias "valor" e "valor de troca". Conforme observa Roman Rosdolsky, Marx frequentemente emprega ambos os termos

- **Valor de uso:** determinação qualitativa material da mercadoria — sua utilidade específica, relacionada à satisfação de uma necessidade. Expressa a **qualidade natural** da mercadoria.³⁰
- **Valor:** determinação **social** da mercadoria, independente de seu fim particular, medida pelo **tempo médio de trabalho socialmente necessário** em determinado momento histórico. Exprime a **qualidade social** da mercadoria sob a forma de trabalho humano abstrato, que constitui simultaneamente o seu "**determinante**" e a sua "**substância**" (grifos nossos).³¹
- **Valor de troca:** determinação **quantitativa** da mercadoria — a expressão proporcional e fenomênica do valor, sua **forma social não monetária** —, isto é, o **quantum** pelo qual uma mercadoria se troca por outra (por exemplo, 1 kg de trigo = 5 kg de café). Esse **quantum** efetivo de troca pode ser mediado pelo dinheiro, quando se expressa na forma monetária do preço, mas a relação de equivalência entre mercadorias não depende do dinheiro. O valor de troca constitui a forma social pela qual a substância do valor aparece socialmente.³²

indistintamente (ROSDOLSKY, Roman. Op. cit. p. 506, nota 8). Embora a distinção conceitual entre essas categorias já esteja presente nos manuscritos, em várias passagens Marx utiliza o vocábulo "valor de troca" para se referir ao "valor" e à sua substância, o "trabalho abstrato". Entretanto, a distinção entre um e outro é inequívoca: "[...] O valor de troca *subtende* o trabalho social como a substância de todos os produtos, abstraindo totalmente de sua naturalidade" (grifo nosso). Ao remeter o valor de troca, em sua forma simples, ao trabalho social, Marx coloca o valor como pressuposto do valor de troca, pois o trabalho abstrato é a substância do valor, cuja medida é o tempo (Ibidem, p. 151, "Capítulo do dinheiro" - "O curso do dinheiro") — não o tempo de trabalho individualmente incorporado nos produtos, mas o tempo de trabalho abstrato ou socialmente necessário em determinado contexto histórico (Ibidem, p. 85). Em suma, nos *Grundrisse*, o autor alemão-prussiano já tinha em mente as seguintes definições: valor = qualidade social da mercadoria fundada em sua substância; valor de troca = expressão quantitativa e fenomênica dessa qualidade social, sob a forma de proporções de troca (x de A = y de B).

No Livro I de *O capital*, apesar de a distinção entre essas duas categorias e suas respectivas nomenclaturas esteja expressamente dada, ocorre algo semelhante aos manuscritos: no início do capítulo sobre a mercadoria, esta é conceituada como "valor de uso e valor de troca". Porém, mais adiante, Marx esclarece que tal enunciado, embora incorreto em sentido estrito, "expressa um lugar comum" e pode ser mantido como "abreviação", desde que se compreenda que, no caso, a essência (valor) é tomada por sua aparência (valor de troca). Não obstante, ele logo afirma taxativamente que a mercadoria é, rigorosamente, "valor de uso — ou objeto de uso — e valor", não deixando qualquer dúvida, se é que alguma ainda persistia até a publicação da obra maior, de que o valor de troca é apenas a forma quantitativa de aparecimento do valor no mundo exterior (MARX, Karl Heinrich. **O capital: crítica da economia política. Livro I – O processo de produção do capital**. São Paulo-SP: Boitempo Editorial, 2ª. Edição, 2017, p. 136).

À vista disso, apesar das oscilações terminológicas nos *Grundrisse*, e também, de certa forma, em *O capital*, enquanto o valor de troca é uma forma social fenomênica que só se efetiva na relação de troca, o valor é o elemento social essencial e universal da mercadoria (MARX, Karl Heinrich. **Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política**. Op. cit., pp. 89-90; pp. 135-136, "Capítulo do dinheiro" - "O curso do dinheiro").

- 30 Idem, p. 98, "Capítulo do dinheiro - "Gênese e essência do dinheiro"; p. 756, "Capítulo do capital" - "Terceira Seção. O capital que gera frutos. Juro. Lucro (custos de produção etc.)". "Complementos aos capítulos do dinheiro e do capital". "1) Valor"). Lê-se nos manuscritos: "Na troca, a mercadoria é demandada em virtude de suas propriedades naturais, das necessidades das quais é objeto"; razão pela qual "[...] A primeira forma do valor é o valor de uso, o cotidiano, que exprime a relação do indivíduo com a natureza [...]" (Ibidem, p. 96, "Capítulo do dinheiro - "Gênese e essência do dinheiro"; 123, "Capítulo do dinheiro" - "Os metais preciosos como portadores da relação de dinheiro").
- 31 Ibidem, p. 85; p. 87; pp. 94-95 e 98 em "Capítulo do dinheiro - Gênese e essência do dinheiro"; 756, "Capítulo do capital - Terceira Seção. O capital que gera frutos. Juro. Lucro (custos de produção etc.). Complementos aos capítulos do dinheiro e do capital, 1) Valor".
- 32 Ibidem, p. 81; p. 747, "Capítulo do capital - Terceira Seção. O capital que gera frutos. Juro. Lucro (custos de produção etc.). Complementos aos capítulos do dinheiro e do capital, Miscelânea". Quando Marx afirma que o valor de troca é a determinação quantitativa da mercadoria, refere-se à categoria em si, ao valor de troca como forma fenomênica do valor. Já ao empregar as palavras "**quantum**" e "expressão proporcional", ele trata do ato

No capitalismo, observa Marx, a dinâmica do valor de troca retrata a finalidade predominante dos agentes da produção: "o ganhar dinheiro", ou seja, "a troca pela troca", e não diretamente "a troca para o consumo". Assim, o valor de troca incorpora a orientação intrínseca da circulação capitalista para o lucro.³³

É dessa duplicidade essencial e contraditória — a "diversidade natural" do valor de uso versus a "equivalência econômica" do valor — que decorre a necessidade de uma forma equivalente universal capaz de expor socialmente o valor das mercadorias: o dinheiro.³⁴

- ii. **Dinheiro:** forma **equivalente social geral** ou **universal do valor**. O dinheiro é uma conformação objetiva e autônoma do valor, posta fora da mercadoria e socialmente reconhecida. É a configuração do valor na qual o trabalho humano abstrato se apresenta na esfera da circulação. O dinheiro permite que o valor se manifeste como valor de troca e seja quantificado monetariamente em preço. Trata-se de uma categoria independente: não é essência (valor), nem aparência fenomênica não monetária (valor de troca), nem forma monetária quantitativa (preço).³⁵

Assim, o valor da mercadoria, uma qualidade social que se manifesta como permutabilidade geral, se autonomiza no dinheiro, onde é fixado no preço. Uma vez autonomizado, o valor passa a manifestar-se como valor de troca através do preço.³⁶

- iii. **Preço:** expressão monetária do valor de troca da mercadoria — a determinação externa do valor como **quantum de dinheiro**: "O valor de troca posto na determinabilidade do dinheiro é o preço". Enquanto o dinheiro se estabelece como "a medida dos valores de troca" (grifo do autor), os preços aparecem "como os valores de troca medidos em dinheiro".³⁷

Resumo simples: o valor da mercadoria é uma qualidade social determinada pelo trabalho humano abstrato. Essa qualidade exige uma expressão social comum: o dinheiro. O dinheiro é a forma equivalente social universal do valor, não um *quantum*. Quando o valor assume uma expressão quantitativa, temos o valor de troca (proporções de troca: x da mercadoria A = y da mercadoria B). Quando o valor de troca é quantificado em dinheiro, essa quantificação recebe o nome de preço: A = R\$ 10,00; B = R\$ 15,00.³⁸

efetivo de troca entre mercadorias. É esse ato, e não a categoria valor de troca, que é mediado pelo dinheiro.

Outro aspecto a ressaltar do parágrafo em nota é a diferença entre substância social do valor e forma social do valor: a primeira diz respeito à essência do valor — o trabalho humano abstrato; a segunda relaciona-se à aparência do valor no mundo real como valor de troca e, por conseguinte, como dinheiro (forma equivalente universal do valor) e, finalmente, como preço (forma monetária do valor enquanto valor de troca).

33 Ibidem, pp. 97-98, Capítulo do dinheiro - Gênese e essência do dinheiro.

34 Ibidem, p. 78; pp. 91-92, Capítulo do dinheiro - Gênese e essência do dinheiro.

35 Ibidem, pp. 134-136 e p. 151, Capítulo do dinheiro - O curso do dinheiro. No dinheiro, o valor se manifesta socialmente como forma equivalente universal, preparando-se para a conversão quantitativa em valor de troca; nesta etapa, contudo, o dinheiro ainda não se reduz ao valor de troca, permanecendo como expressão essencial do valor.

36 Ibidem, pp. 79-90.

37 Ibidem, p. 136, Capítulo do dinheiro - O curso do dinheiro.

38 Doravante, em citações diretas de Marx, sempre que ele, terminologicamente, empregar "valor de troca" no sentido de "valor", faremos a devida observação e adequação, em conformidade com a nota 28, na qual se discute o uso indistinto de "valor" e "valor de troca" nos *Grundrisse*.

Embora se realize na circulação, o valor das mercadorias tem sua origem no processo de produção, por meio do trabalho.

iv. **Trabalho:** atividade humana de domínio e transformação da natureza, que se apresenta em diferentes formas:³⁹

- **Trabalho concreto:** atividade produtiva qualitativamente determinada, como a do padeiro, do tecelão ou do pedreiro, pela qual o ser humano transforma a matéria natural segundo um fim útil. É o trabalho que produz valor de uso específico, objetivando-se (incorporando-se) na mercadoria. Sua medida é o tempo de trabalho individual efetivamente gasto na execução dessa atividade;⁴⁰
- **Trabalho abstrato ou social:** considerado a **substância** ou categoria **determinante** do valor das mercadorias, corresponde ao trabalho **indiferente** às suas formas particulares e concretas, sendo medido pelo **tempo de trabalho abstrato socialmente necessário**, isto é, o **tempo médio social** requerido para produzir mercadorias sob condições normais de produção vigentes na sociedade.⁴¹ O trabalho social fundamenta também a noção marxiana de **custo de produção**, entendido este como o desembolso do capitalista em capital constante (*c* = meios de produção) e capital variável (*v* = salários) no processo produtivo;⁴²
- **Trabalho vivo:** trabalho **atual**, incorporado ou objetivado na mercadoria, que **cria e aumenta a riqueza** dos proprietários dos meios de produção, sendo, portanto, fonte de valor e meio de valorização do capital. Trata-se da "força produtiva universal da riqueza";⁴³

39 Ibidem, p. 230, Capítulo do capital - Primeira Seção. O processo de produção do capital. Troca entre capital e trabalho; 401, Capítulo do capital - Segunda Seção. O processo de circulação do capital. Formas que precederam a produção capitalista; *passim*.

40 Ibidem, pp. 57-58, Introdução; p. 85; *passim*.

Nos *Grundrisse*, Marx descreve, de forma dispersa, diferentes tipos de trabalho, sem usar explicitamente a expressão "trabalho concreto", recorrendo a termos como "trabalho manufatureiro", "comercial", "agrícola", "determinado tipo de trabalho", "tempo de trabalho determinado", "*quantum* de trabalho determinado", "tipos efetivos de trabalho", "totalidade concreta de trabalhos", "trabalho determinado", entre outros, sempre utilizando-os como passagem para o trabalho abstraído socialmente (isto é, o trabalho homogêneo e abstrato necessário).

41 Ibidem, pp. 57-58, Introdução; p. 85; p. 87. O autor alemão não emprega nos manuscritos, direta e expressamente, os termos "trabalho abstrato" e "substância do valor", embora os conceitos estejam presentes de forma embrionária, ao indicar, por exemplo, que, no dinheiro, o valor da mercadoria está separado de sua substância, dado que o dinheiro funciona como meio de troca universal, ou seja, independente da produção específica de cada indivíduo. A formulação do trabalho social como substância do valor, juntamente com o tempo de trabalho abstrato como medida dessa substância, apesar de emergir na crítica aos proudhonistas, aparece expressamente pela primeira vez no Livro I de *O capital*, no "Capítulo 1 – A mercadoria" (MARX, Karl Heinrich. **O capital: crítica da economia política. Livro I – O processo de produção do capital**. Op. cit., pp. 116-117).

42 Idem, p. 289. Sobre o mesmo tema, nos *Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política*. Op. cit., ver pp. 79-83; p. 86 (custo proudhonista); p. 87 (elaboração marxiana); p. 247 (custo na visão do capitalista) e pp. 248-250 (elaboração marxiana), Capítulo do capital - Primeira Seção: O processo de produção do capital. Capítulo do dinheiro como capital. Processo de trabalho e processo de valorização. Nesses escritos, ao distinguir o chamado *custo de produção proudhonista*, reduzido ao tempo de trabalho individual gasto na produção, do *custo de produção do ponto de vista do capitalista*, tal como formulado pelos economistas vulgares (autores da economia política clássica e pós-clássica, como os proudhonistas, que descreviam o funcionamento do capital sem criticar sua lógica) — custo que inclui, além do capital constante e do capital variável, também juros e lucro —, Marx prepara o terreno para a formulação científica do custo de produção das mercadorias, desenvolvida posteriormente em *O capital*.

43 Idem, p. 86; 240, Capítulo do capital - Primeira Seção: O processo de produção do capital. Capítulo do dinheiro como

- **Trabalho morto:** trabalho **passado**, objetivado ou incorporado nos meios de produção, que **não cria valor por si**, mas apenas o transfere às mercadorias em produção. Embora contenha "valor que se conserva em si mesmo", é o trabalho que não produz mercadoria para o consumo imediato, e sim meios de exploração do trabalho vivo;⁴⁴

Do trabalho vivo posto em movimento pelo capitalista — proprietário privado dos meios de produção, sobre os quais esse trabalho incide — decorrem os tipos de trabalho necessário e excedente, cujo somatório dos respectivos tempos de trabalho despendidos na produção resulta na mercadoria em seu valor integral:⁴⁵

- **Trabalho necessário:** atividade relacionada à **subsistência e reprodução social** do trabalhador e de sua força de trabalho no processo produtivo, correspondente à parte do tempo de trabalho que é remunerado, mediante **salário**, como contrapartida da relação capital-trabalho. Diz respeito ao **trabalho pago**;⁴⁶
- **Trabalho excedente** ou **mais-trabalho:** atividade despendida pelo trabalhador além do tempo de trabalho necessário, **apropriada pelo capitalista** e realizada sem contrapartida de remuneração, produzindo **valor adicional**; diz respeito ao esforço laboral que completa a jornada integral sem que o trabalhador receba o equivalente por isso. É **trabalho não pago**.

Para que o trabalho (atividade), isto é, o trabalho vivo, possa produzir valor no capitalismo, é necessário que ele se apresente como consumo de uma mercadoria específica vendida pelo trabalhador ao proprietário dos meios de produção: a força de trabalho. A atividade laboral em si não pode ser vendida porque não se pode vender aquilo que ainda não existe, e ela só existe quando é atividade realizada, quando se torna, ela própria, consumo da força de trabalho. Como o trabalhador na ordem socioeconômica burguesa não vende o produto de seu trabalho, tampouco pode vender o próprio trabalho.⁴⁷

capital. Processo de trabalho e processo de valorização; *passim*.

44 Ibidem, p. 41, Introdução; 85; 199 e 260, Capítulo do capital - Primeira Seção: O processo de produção do capital. Capítulo do dinheiro como capital. Transformação de dinheiro em capital e Processo de trabalho e processo de valorização; *passim*.

45 Ibidem, p. 251-263, Capítulo do capital - Primeira Seção: O processo de produção do capital. Capítulo do dinheiro como capital. Processo de trabalho e processo de valorização.

46 Ibidem, p. 263-270, Capítulo do capital - Primeira Seção: O processo de produção do capital. Capítulo do dinheiro como capital. Processo de trabalho e processo de valorização.
O conteúdo dessas páginas fundamenta também a definição de trabalho excedente ou mais-trabalho do subitem seguinte.

47 Ibidem, pp. 213-214, Capítulo do capital - Primeira Seção: O processo de produção do capital. Capítulo do dinheiro como capital. Troca entre capital.

Nos *Grundrisse*, Marx ainda não utiliza a expressão "força de trabalho", embora mencione termos como "capacidade de trabalho" e "força produtiva", especialmente na subseção "Troca entre capital e trabalho", para designar o conjunto de aptidões laborais. Em alguns momentos, chega mesmo a tratar essas aptidões como mercadoria a ser vendida, ainda que frequentemente se refira a elas simplesmente como "trabalho". Nos manuscritos, a rigor, Marx ainda não havia isolado a categoria de força de trabalho da noção de trabalho vivo — trabalha, sobretudo, com o conceito de atividade realizada no tempo presente em contraposição ao trabalho objetivado no passado, isto é, ao *trabalho morto* incorporado nos meios de produção. Enquanto elabora a descoberta de que o *trabalho vivo* é a fonte do mais-valor, permanece nos manuscritos a ideia de que o trabalhador vende ao capitalista o próprio trabalho, ou trabalho vivo. Apesar dessa identificação inicial, já se percebe o uso

- v. **Força de trabalho:** conjunto de **aptidões humanas**, físicas e mentais, capazes de realizar trabalho — a "capacidade de trabalho" — sendo, portanto, a **única mercadoria cujo consumo cria valor novo** e, mais do que isso, cria valor novo **superior ao seu próprio custo**. Portanto, o que é vendido ao capitalista em troca de **salário** é a disposição deste sobre a capacidade de trabalhar, a qual é consumida pelo capital ao fazê-la funcionar como trabalho vivo.⁴⁸

Ao transferir sua capacidade de trabalho ao capitalista, o trabalhador vende uma mercadoria que, como tal, possui *valor de troca* (salário) e *valor de uso* (utilidade para produzir outras mercadorias). O capitalista a adquire porque é proprietário dos meios de produção (terra, fábricas, máquinas, matéria-prima, insumos etc.), os quais são postos em movimento pelo trabalho vivo no processo produtivo e transformados em novas mercadorias. O trabalhador, por não ser dono dos meios de produção, possui apenas uma alternativa: vender sua capacidade de trabalho.⁴⁹

Mas isso, por si só, não basta para explicar o processo de valorização do capital empregado, objetivo do capitalista. Este compra a força de trabalho justamente porque ela é a única mercadoria, cujo consumo é capaz de criar valor adicional. Ao mesmo tempo em que o trabalhador, separado dos meios de produção, depende do capital para acessar as condições materiais de sua reprodução social, o capital depende do trabalho vivo para valorizar-se.⁵⁰

Todavia, essa dependência é profundamente assimétrica: o capital, em função da propriedade privada dos meios de produção, só existe apropriando trabalho vivo; o trabalhador, desprovido desses meios, só existe socialmente como vendedor de força de trabalho. O trabalhador vende sua força de trabalho; o capitalista apropria-se do valor integral criado por essa força produtiva, sem contrapartida equivalente.

- vi. **Propriedade privada dos meios de produção:** propriedade que submete o trabalho alheio, separando o trabalhador do produto de seu trabalho.

Daí se dizer, com Marx, que da relação entre os proprietários privados dos meios de produção e os proprietários da força de trabalho — esta última na forma de trabalho vivo, sendo a única mercadoria capaz de produzir valor novo e, nessa condição, o motor da valorização do valor — surge a relação social basilar do modo de produção capitalista: a relação de exploração representada no binômio capital-trabalho.⁵¹

concomitantemente dos termos "trabalho" e "capacidade de trabalho" como conceitos distintos, mesmo que ambos sejam tratados como mercadorias, indicando uma transição teórica que será plenamente consolidada em *O capital*.

48 Ibidem, pp. 220-221 e pp. 227-230, Capítulo do capital - Primeira Seção: O processo de produção do capital. Capítulo do dinheiro como capital. Troca entre capital; *passim*.

49 Ibidem, pp. 213-214, Capítulo do capital - Primeira Seção: O processo de produção do capital. Capítulo do dinheiro como capital. Troca entre capital e trabalho.

50 Ibidem, pp. 229-230, Capítulo do capital - Primeira Seção: O processo de produção do capital. Capítulo do dinheiro como capital. Troca entre capital e trabalho; p. 424, Capítulo do capital - Segunda Seção: O processo de circulação do capital. O circuito do capital; pp. 489-490, Capítulo do capital - Segunda Seção: O processo de circulação do capital. Teorias sobre mais-valor e lucro; *passim*. Os parágrafos seguintes também foram redigidos com base nas páginas referenciadas.

51 Idem, pp. 213-214 e pp. 227-230, Capítulo do capital - Primeira Seção: O processo de produção do capital. Capítulo

- vii. **Capital:** valor que se valoriza, isto é, valor em movimento que busca se perpetuar e se expandir por meio da extração de mais-valor. É processo, não coisa; portanto, uma relação social historicamente determinada, que se apresenta como movimento autônomo do valor em seu ciclo de autovalorização.

Aquilo que se apresentava como circulação simples de mercadoria (M-D-M, onde M = mercadoria e D = dinheiro: processo vender para comprar) desenvolve-se como circulação do capital produzindo valor a mais (D-M-D', onde D' = mais dinheiro: processo comprar para vender).

- viii. **Mais-valor** (ou **mais-valia**): diferença entre o valor total produzido pelo trabalhador (tempo de trabalho não pago) e o valor da força de trabalho (tempo de trabalho pago), apropriada pelo capitalista. Constitui a essência da exploração capitalista e o núcleo da acumulação e do lucro.⁵² É precisamente do trabalho excedente, apropriado pelo capital, que se extrai o mais-valor — epicentro da reprodução e da expansão do sistema capitalista. A apropriação do trabalho alheio pelo capital fornece as condições para apropriação do trabalho excedente, não pago, por meio do qual o capitalista obtém e extrai valor a mais.⁵³

2.4. A lógica da valorização do valor

Avançando no conhecimento das engrenagens teóricas marxianas, impõe-se uma pergunta: onde e como ocorre o movimento do capital? Onde e como se realiza a lógica de sua valorização?

Para Karl Marx, a valorização do valor enquanto capital se efetiva na **esfera da produção econômica**, na e pela **relação social entre capitalistas e trabalhadores**. Portanto, acontece no processo produtivo e no interior do binômio capital-trabalho, e não na circulação nem na esfera da distribuição.⁵⁴

Todavia, a relação capital-trabalho é intrinsecamente contraditória. Não está isenta de conflitos. É dela que emergem categorias que, embora se contraponham, integram a lógica do capital: trabalho vivo e trabalho morto, trabalho necessário e mais-trabalho ou trabalho excedente.

Ao se objetivar na forma-valor da mercadoria (como dinheiro ou capital), como afirma o professor Mário Duayer, o trabalho vivo ganha existência independente e se separa de seus criadores, tornando-se uma "**potência humana, autonomizada**". Isso ocorre porque o produto do trabalho não mais pertence ao trabalhador, reduzido à condição de simples meio do processo produtivo.⁵⁵

O valor criado pelo trabalho vivo, quando apropriado e acumulado pelo

do dinheiro como capital. Troca entre capital e trabalho; p. 463, Capítulo do capital - Segunda Seção: O processo de circulação do capital. Teorias sobre mais-valor e lucro; *passim*.

52 Ibidem, pp. 237-270 ("Capítulo do capital - Primeira Seção: O processo de produção do capital"); 463 ("Capítulo do capital - Segunda Seção: O processo de circulação do capital"); *passim*.

53 Ibidem, pp. 292-325 ("Capítulo do capital - Primeira Seção: O processo de produção do capital"); *passim*.

54 Ibidem, p. 206; 255.

55 Ibidem, p. 21, *Apresentação*.

pelo capitalista, transforma-se em **capital — valor que exige sua própria valorização**. Esse trabalho humano incorporado e coisificado nas mercadorias, quando acumulado, converte-se em riqueza. Riqueza que, segundo sustenta Duayer, aparece como se se multiplicasse autonomamente, alienando-se e estranhando-se dos próprios trabalhadores que a produzem: uma riqueza "**sempre crescente e crescentemente estranhada**".

Em suma: o salário remunera o trabalho necessário, assegura a reprodução do trabalhador, sua subsistência e a continuidade da relação capital-trabalho no ciclo produtivo seguinte. O mais-trabalho é apropriado pelo dono dos meios de produção na forma de mais-valor e configura a exploração, sustenta o lucro, a reprodução social do proprietário do capital, além da acumulação capitalista.

Observamos nos *Grundrisse* propriamente ditos que o ponto decisivo não é a forma da moeda, mas a lógica do capital, isto é, a dinâmica da valorização do valor enquanto capital. Essa lógica se apoia em distinções categoriais fundamentais: como as entre mercadoria e capital; entre dinheiro e capital; entre valor e preço; entre trabalho e força de trabalho; e entre trabalho necessário e trabalho excedente.

No capitalismo, a força de trabalho aparece como mercadoria. O trabalhador, separado dos meios de produção, só sobrevive vendendo sua capacidade de trabalhar mediante salário. A remuneração que recebe corresponde apenas ao tempo de trabalho necessário com vistas à sua reprodução social e à continuidade da relação capital-trabalho no ciclo produtivo seguinte. O restante da jornada é trabalho excedente não pago que, transformado em mais-valor, é apropriado pelo capitalista, sustentando seu lucro, sua reprodução e a acumulação de capital.

Eis revelada a essência da exploração: a **diferença entre trabalho pago e não pago**. Nela também se manifesta a contradição central: o **capital só existe porque extrai continuamente trabalho excedente**.

Portanto, é da lógica interna, e contraditória, do capital, desenvolvida na esfera econômica da produção, que decorre o movimento incessante de sua valorização, por meio da exploração. É na produção que nasce o mais-valor; é na produção que o capital se valoriza; é na produção que a contradição entre capital e trabalho se manifesta como eixo estruturante da economia capitalista.

2.5. O capital como sujeito automático, processo e contradição em processo

No movimento de valorização, o capital assume um nexos próprio, operando como se fosse um sujeito dotado de vontade e autonomia. Vira-se, assim, um "**sujeito automático**" (impessoal) movido pela compulsão de expandir-se continuamente, comandando e direcionando a produção e a reprodução da vida social sob o capitalismo, como observa Mário Duayer.⁵⁶ Embora produzido pelos trabalhadores, o capital — forma

56 Ibidem, p. 21, *Apresentação*. A expressão "sujeito automático" aparece na *Apresentação* de Mário Duayer da edição brasileira dos *Grundrisse* (Boitempo, 2011). Embora não figure literalmente nos textos de Marx da edição referenciada, a própria ideia é identificada implicitamente em diversos trechos que tratam do valor tornando-se

social específica de riqueza — não lhes pertence nem os emancipa, mas os submete: trata-se de uma dinâmica de exploração que se autoalimenta, que se autossustenta.⁵⁷

Em Marx, o capital é valor que não apenas se conserva formalmente em suas metamorfoses, "[...] ora como dinheiro, ora como mercadoria, ora como valor de troca, ora como valor de uso [...]", mas também é "valor que se refere a si mesmo como valor", por isso se autovaloriza. É um "valor automultiplicante permanente, valor que não desaparece mais", um "**valor em processo**", "valor que em cada momento é capital".⁵⁸

Por ser processo, o capital não é uma coisa, um objeto ou um bem em si, mas uma **relação social de produção** — uma relação de exploração mediada por coisas. No entanto, manifesta-se **mascarado** ou **fetichizado** em formas materiais que parecem possuir valor próprio: inicialmente na **mercadoria** e no **dinheiro**. Em estágios mais desenvolvidos de sua materialidade, o capital se expressa no **crédito**. Todas essas formas escondem sua origem exploratória, apresentando-se como algo palpável, como coisas "naturais" ou autônomas, quando, na verdade, tanto a mercadoria quanto o dinheiro e o crédito são relações entre pessoas, intermediadas por coisas. São apenas **suportes fetichizados** das relações sociais de exploração das quais dependem.⁵⁹

Além de ser processo, o capital é também movimento contraditório: é, nas palavras de Marx, "a **contradição em processo**". Isso porque, do ponto de vista macro, entre outros motivos, "procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza". Nesse sentido, o capital tende continuamente a suprimir e a dissociar-se do trabalho vivo, automatizando os processos de produção; porém, ao fazê-lo, ameaça destruir a própria fonte de conservação, valorização e expansão — o trabalho humano —, da qual depende. Pois, sem trabalho, o capital perde sua base de existência.⁶⁰

Do ponto de vista micro, a lógica da valorização do valor enquanto capital carrega em si contradições incontornáveis no âmbito do modo de produção que explicam essa dinâmica: entre valor de uso (valor enquanto utilidade concreta) e valor de troca (valor enquanto capacidade de gerar lucro); entre trabalho concreto (atividade útil específica, como a do padeiro) e trabalho social abstrato (trabalho indiferente à sua forma útil e concreta); entre trabalho vivo (força de trabalho atual que cria valor) e capital (valor que se valoriza, apropriando-se do trabalho vivo); e entre dinheiro (expressão dessas tensões) e capital (raiz dos antagonismos), entre outras.

Dito isso, o exposto neste bloco é suficiente para situar teórica e metodologicamente os limites da tese central exposta em *De la réforme des banques*: reduzir os problemas do capitalismo ao dinheiro metálico, sem tocar na lógica interna do capital. Proudhon e Darimon, ambos presos na forma do dinheiro, dos bancos e do juro,

sujeito do processo de valorização (Ibidem, pp. 237-270; p. 387; pp. 485-490; pp. 518-519; pp. 623-624).

57 Ibidem, pp. 696-697.

58 Ibidem, pp. 442-443.

59 Nos *Grundrisse*, a definição de capital já se apresenta como *relação social* e quase sempre associada às noções de "fetichismo" e "estranhamento" (Ibidem, p. 41; p. 60; pp. 105-110; p. 169; pp. 204-213; p. 575).

60 Ibidem, pp. 588-589.

não percebiam esse nexo interno. Encoberta pelas aparências da circulação, a dinâmica do capital permanecia invisível ao proudhonismo.

Em direção oposta, em Karl Marx, os problemas do capitalismo são expressões fenomênicas da contradição mais profunda do movimento do capital: **a valorização do valor mediada pela exploração do trabalho**. É sob esse prisma interpretativo que acompanharemos, no bloco seguinte, a crítica a Alfred Darimon.

Bloco 3 — O desmonte crítico das ilusões proudhonianas

Lembramos que, nos *Grundrisse* propriamente ditos, encontram-se os esboços dos elementos fundamentais da crítica marxiana ao capitalismo. A partir da **categoria do dinheiro**⁶¹, o autor busca desvelar as formas e as relações sociais que estruturam o modo de produção capitalista.

Segundo Mário Duayer, é precisamente da crítica a Alfred Darimon que se desdobra a primeira formulação da **teoria de Marx sobre o dinheiro**, "onde aparecem os desenvolvimentos então inéditos de elementos essenciais de sua análise da **forma mercadoria da riqueza** na sociedade capitalista, de sua **teoria do valor**, além da exposição da **gênese do dinheiro** como resultado necessário do desenvolvimento da mercadoria" (grifo nosso).⁶² Na polêmica com Darimon, Marx dá o pontapé inicial.

No específico, o autor dos *Grundrisse* busca desconstruir, ponto a ponto, as proposituras e os argumentos apresentados em *De la réforme des banques*, descritos no Bloco 1 como "as ilusões reformistas do proudhonismo", bem como a própria possibilidade de reforma do capitalismo limitada à superfície do sistema — isto é, à circulação econômica — sem alcançar sua base estruturante: a produção e, conseqüentemente, a distribuição do que é produzido. No geral, é na crítica a Darimon que Marx já começa a esboçar alguns dos elementos fundamentais do modo capitalista de produzir, com vistas a revelar a **lógica interna do capital** em seu processo de produção, valorização e expansão, alicerçado na exploração da força de trabalho — lógica que constitui o cerne da ordem socioeconômica burguesa.

Apoiando-se na base teórica que vinha construindo havia quinze anos, conforme descrito sucintamente no bloco anterior, o filósofo de Trier demonstra por que as mudanças propostas pelos proudhonistas, restritas à **esfera econômica da circulação** — reformas **monetária, bancária e creditícia** —, configuravam uma **ilusão reformista**.

Primeiramente, Karl Marx expõe o **núcleo** dessas propostas para, em seguida,

61 Nos *Grundrisse*, diferentemente de *O capital*, Marx começa pelo *dinheiro*, e não pela *mercadoria*, categoria que abre o Livro I da sua obra maior. Os manuscritos de 1857/1858 constituem, como é sabido, um verdadeiro "laboratório" de elaboração teórica, no qual o filósofo alemão-prussiano ainda procurava o ponto de partida mais adequado para sua crítica à economia política capitalista. Ao longo da redação dos *Grundrisse*, conforme destaca Mário Duayer, precisamente ao fim do último caderno há uma pequena seção denominada "Valor", que traz substancialmente a mesma frase de abertura de *O capital*: "A primeira categoria em que se apresenta a riqueza burguesa é a da mercadoria". Na avaliação de Duayer, essa passagem indica que Marx, ao concluir os manuscritos, já havia decidido o ponto de partida efetivo para a exposição crítica do capitalismo (Ibidem, p. 18, *Apresentação*; p. 756). Em nosso [Artigo Expositivo I \(Folheto nº 02\)](#), explicitamos as razões dessa mudança.

62 Ibidem, p. 19, *Apresentação*.

refutá-lo: a crença de que bastaria **abolir o dinheiro metálico** para superar os problemas que afligiam os trabalhadores (inflação, escassez de bens, pobreza, miséria etc.) ou, dito de outro modo, a suposição de que as crises capitalistas tinham origem no regime monetário baseado no ouro e na prata, sendo suficiente substituí-lo por uma outra forma de dinheiro — o **dinheiro-trabalho** —, acompanhada de uma **estrutura bancária** condizente com o novo lastro monetário e da democratização do crédito mediante a instituição do **juro zero**.

Senão, vejamos.

3.1. Abolição do lastro do dinheiro em ouro e prata

A utilização de metais preciosos como dinheiro, principalmente o ouro e a prata, remonta ao século XVII a.C., na cidade-estado grega da Lícia. Na Idade Média, esses metais já se firmavam como a principal forma de moeda. Nos séculos iniciais da Idade Moderna, consolidaram-se progressivamente como padrão monetário dominante, estruturando a integração financeira entre os principais países capitalistas da época (Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos). A consagração definitiva desses metais nobres como padrão monetário institucional só se deu, contudo, a partir da segunda metade do século XIX, acompanhando o avanço das relações capitalistas de produção, intensificadas e consolidadas com a Revolução Industrial. O lastro metálico do dinheiro encontrou expressão oficial na década de 1820, quando a Inglaterra instituiu o padrão-ouro, transformando a libra esterlina-ouro em referência internacional.⁶³

Em um contexto de crises monetárias sucessivas — como as de 1809 e 1811, bem assim as de 1825, 1839 e 1847, nas quais o ouro e a prata estavam diretamente envolvidos enquanto forma de dinheiro, e diante da nova crise que se anunciava e culminaria na crise global de 1857 — Alfred Darimon, em 1856, publicou os resultados de sua investigação acerca da origem das recorrentes dificuldades de liquidez (*cash*) e da instabilidade financeira do Banco da França (autoridade monetária do país), bem como sobre a relação desses problemas com os desequilíbrios econômico-financeiros que afetavam as economias capitalistas, sobretudo a francesa, formulando propostas destinadas a resolvê-los.⁶⁴

Karl Marx começa o "Capítulo do dinheiro" dos *Grundrisse* destacando que Alfred Darimon inicia *Sobre a reforma dos bancos* com a análise das medidas de outubro

63 LOPES, João do Carmo; ROSSETTI, José Paschoal. **Moedas e Bancos: uma introdução**. São Paulo-SP: Atlas, 3ª ed., 1983, pp. 24-26. No século XX, o padrão libra-ouro foi substituído pelo dólar-ouro estadunidense, em decorrência do [Acordo de Bretton Woods](#) (1944). Essa conversibilidade durou até 1971, quando os EUA instauraram o atual regime monetário fiduciário, com o dólar — já desvinculado do ouro — assumindo o papel de dinheiro mundial (in EICHENGREEN, Barry. **Globalizando o capital: uma história do sistema monetário internacional**. Trad. Sérgio Blum. São Paulo-SP: Editora 34, 2ª ed., 2012). Nos *Grundrisse* (in MARX, Karl Heinrich. Op. cit., pp. 120-129), na subseção "Gênese e essência do dinheiro", Marx examina aspectos técnicos, funcionais e econômicos do ouro e da prata como dinheiro em comparação a outros metais e discute também as flutuações do valor entre eles. Esta análise não será abordada no presente Artigo III, por não ser diretamente relevante para a substância da crítica a Darimon nem para a teoria do dinheiro que começava a ser esboçada.

64 MARX, Karl Heinrich. Op. cit., p. 77 (crises de 1809 e 1811; investigação de Darimon); p. 748 (crises de 1825, 1839 e 1847); ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 25 (crise de 1857).

de 1855 adotadas pelo banco francês, destinadas a restringir o crédito e conter a redução de suas reservas de ouro e prata: (a) elevação da taxa de desconto de títulos comerciais e de letras de câmbio; e (b) redução dos prazos de vencimento desses títulos.⁶⁵

Visto no Bloco 1 que, para o proudhonismo, a causa principal e imediata das mazelas do capitalismo residia na adoção do padrão monetário metálico, a política monetária restritiva do Banco da França seria, portanto, uma causa indireta.

Reavaliando os cálculos e tabelas apresentados por Darimon em seu livro, com vistas a fundamentar matematicamente a validade da tese principal ali exposta — a de que o padrão monetário metálico seria a causa das crises —, Marx identifica erros, omissões e distorções que resultaram numa interpretação enviesada, por parte do deputado proudhonista, do papel do dinheiro (enquanto meio de troca) e do crédito (dinheiro enquanto capital), qualificando tais fundamentos como "[...] Verdades que se devoram reciprocamente".⁶⁶

Ao comparar o nível das reservas metálicas bancárias somente com o volume de títulos de crédito (aquilo que o teórico alemão-prussiano chama de "portfólio"), sem considerar que as notas bancárias, "signos de circulação" representativos do ouro e da prata, serviam para intermediar a troca de mercadorias e podiam, elas próprias, ser convertidas nesses metais, o autor francês, nas palavras de Marx, acreditava ter identificado uma contradição originária do padrão ouro-prata: "[...] à medida que as lestras [de crédito, dizemos nós], ingressam no banco para dele retirar metal, o seu portfólio fica cheio de letras de câmbio e o seu subsolo se esvazia de metal". Para evitar explicar teoricamente tal descompasso, Darimon afirmava que a preservação do volume desses metais em circulação, diante da crescente demanda por envio de capital para o exterior, ocorreria às custas da retração do crédito e, conseqüentemente, dos investimentos na produção local.

O autor francês não levava em conta que também a conversão das notas bancárias em ouro e prata impactava diretamente as reservas. Tudo que pretendia mostrar — a relação inversa e proporcional entre a variação da reserva metálica e o portfólio de títulos descontados pelo banco — esboçou pelo ralo de sua abstração teórica. De resto, sobrou o fato demonstrado por Marx de que não havia qualquer nexo causal entre o crescimento do portfólio, de um lado, e a redução da reserva de ouro e prata, de outro.

Embora discuta aspectos estatísticos e matemáticos, a crítica de Marx, guiada pela conceito de valor, é **fundamentalmente teórica e metodológica**: o **dinheiro**, qualquer que seja a forma que venha a assumir, não é elemento externo às crises, mas **parte necessária da lógica interna do capital** na qual elas se originam.

Na perspectiva marxiana, os problemas relacionados à forma específica que o dinheiro assume — a chamada questão monetária — não passam de **expressão**

65 MARX, Karl Heinrich. Op. cit., p. 67; pp. 71-72.

66 Ibidem, pp. 67-73. O exposto nesse e nos parágrafos seguintes dialoga com o conjunto de passagens dos *Grundrisse* no qual Marx reavalia os cálculos e tabelas apresentados por Darimon. Não entraremos aqui nas minúcias aritméticas e estatísticas da discussão, concentrando-nos apenas no que é importante para a crítica marxiana ao proudhonismo.

fenomênica (aparência) de contradições mais profundas do capitalismo, inerentes à própria **dinâmica de valorização do capital** (essência).⁶⁷

Algumas dessas contradições, como as que se seguem, correspondem a necessidade que o próprio sistema de troca tem de um instrumento de troca específico, o dinheiro, ao lado das mercadorias: entre a natureza particular da mercadoria como produto e sua natureza universal como valor expresso no dinheiro; entre produção e consumo; entre compra e venda; ou ainda entre o valor gerado no processo produtivo pela força de trabalho e valor efetivamente convertido em dinheiro pela venda das mercadorias (valor realizado). Ocorre que, como Marx aponta, tais contradições se manifestariam mesmo que outra forma de dinheiro, distinta do ouro e da prata, fosse adotada.⁶⁸

Os proudhonistas, como Alfred Darimon, não enxergavam a questão sob esse ângulo, convencidos de que o padrão monetário metálico e o sistema bancário/creditício que o controlava e sustentava eram os principais entraves à estabilidade econômico-financeira e à justiça social. Então, reduzia a crise a uma questão meramente quantitativa (de maior ou menor poupança de metais pelo banco) ou a um problema moral (ao fato de o banco ou os agentes de produção agirem "bem" ou "mal" em relação aos interesses sociais), sempre vinculando essas questões à materialidade metálica do dinheiro.⁶⁹

Roman Rosdolsky sintetiza, com precisão, a bandeira empunhada pelo proudhonismo: "Por isso, era necessário, antes de mais nada, quebrar esse domínio usurpado pelo ouro e pela prata, equiparando-os ao conjunto das mercadorias comuns. Só assim a igualdade e a proporcionalidade 'naturais' do intercâmbio seriam restabelecidas".⁷⁰

De acordo ainda com Rosdolsky, é evidente que os defensores da quebra do "privilegio" e do domínio do ouro e da prata como padrão monetário não propunham o retorno ao escambo. Tinham plena consciência de que a produção moderna exige um equivalente geral de troca, um meio universal de circulação, desde que não concentre valor em uma mercadoria específica. Ou seja, desde que o dinheiro deixasse de ser uma "terceira mercadoria", como o são o ouro e a prata, possuidores de valor em si.

Identificado no lastro do dinheiro em metais nobres e na atuação do Banco da França, respectivamente, o alvo direto e indireto de Darimon para fundamentar sua tese e defender a abolição do dinheiro metálico, defrontamo-nos com a primeira parte da problemática teórico-prática ou, se quisermos, da polêmica teórica entre Karl Marx e o "porta-voz" de Proudhon em torno do tema.

3.1.1. Confusão entre dinheiro e capital. Confusão entre causa e efeito

Por conta do lastro metálico do dinheiro — considerado equivocadamente

67 Ibidem, p. 95 passim. Na crítica direta a Darimon, Marx ainda não utiliza explicitamente as categorias de "aparência" e "essência". Porém, ali, ele já sugere que o proudhonismo confunde determinações superficiais com determinações estruturais. Quando, a partir de "Gênese e a essência do dinheiro", Marx deixa o debate imediato com o discípulo de Proudhon para desenvolver a sistematização teórica que envolve aquela crítica, essas categorias passam a aparecer de modo expresso.

68 Ibidem, p. 78.

69 Ibidem, p. 72.

70 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 97.

pelo proudhonismo, segundo Marx, como causa direta das crises de liquidez e, por conseguinte, das crises econômicas capitalistas —, o discípulo de Joseph Proudhon incorre em um equívoco decisivo. Atribui às medidas do banco francês duas consequências de natureza distinta: i) a retração dos investimentos produtivos, que chamava de "*a necessidade maior ou menor que experimenta o público de seus serviços*", isto é, a demanda pelos serviços de crédito do banco; e ii) a redução do volume de numerário em circulação, que denominava "*necessidades da circulação*". Para Darimon, ambas as necessidades se equivaliam e viriam a ser a mesma coisa. Marx reage de modo categórico: "O que vem a ser a mesma coisa? De modo algum".⁷¹

O deputado proudhonista deixava de lado o primordial: que as flutuações do portfólio de títulos de crédito e as consequentes medidas restritivas ao desconto desses títulos, adotadas para evitar sua conversão em ouro e prata e, portanto, a evasão desses metais para o exterior, exprimem e se dirigem às **necessidades de crédito**, próprias da circulação do capital, e não às **necessidades da circulação simples do dinheiro** enquanto equivalente geral das trocas.

Com ironia característica, e tendo como pano de fundo a distinção fundamental que reconhece entre dinheiro e capital (já exposta no Bloco 2), Karl Marx denuncia "o amadorismo diletante e a confusão intencional [...]" praticados por Darimon, concluindo que em tal confusão "se baseia de fato todo o segredo da sabedoria proudhoniana".

Enquanto as necessidades do público pelos serviços bancários correspondem à **demanda por crédito**, as necessidades da circulação dizem respeito à **massa de dinheiro circulante**. A primeira concerne ao dinheiro enquanto valor que se valoriza — esfera da **circulação do capital**. A segunda refere-se ao "*curso do dinheiro* em sentido estrito, [ou seja], [sic] o curso das notas bancárias", ou, ainda, ao dinheiro enquanto simples meio de troca; em suma, trata-se do montante de numerário efetivamente requerido para que as mercadorias se realizem no mercado (processo de compra e venda) — esfera da **circulação de mercadorias**.

A demanda por crédito vincula-se, portanto, à massa de letras de câmbio e títulos comerciais apresentados ao banco para desconto e resgate em ouro e prata⁷² — movimento típico do dinheiro em sua forma funcional de capital (instrumento de investimento e de reprodução ampliada do valor). Já a demanda por numerário está ligada ao dinheiro na condição de equivalente geral imediato.

Marx reconhece que as medidas restritivas adotadas pelo Banco da França agravaram as condições de disponibilidade dos metais nobres e dificultaram as transações comerciais, no entanto faz um questionamento crucial: "O que isso prova?". E responde lançando mão das próprias palavras do deputado proudhonista: "Que [...] um banco organizado segundo princípios atuais, *i.e.*, baseado na predominância do ouro e da prata,

71 MARX, Karl Heinrich. Op. cit., pp. 67-68. Os parágrafos subsequentes têm como base as páginas referenciadas.

72 No regime monetário da época, o detentor de promessas de pagamento (títulos de crédito) recorria ao banco para descontá-las, antecipando seu recebimento, a fim de obter ouro e prata ou notas bancárias conversíveis.

subtrai o serviço do público precisamente no momento em que o público dele mais necessita".⁷³

Ora, exclama o crítico do proudhonismo, denunciando a obviedade da explicação: "Precisava o sr. Darimon de seus números para demonstrar que a **oferta** encarece seus serviços [serviços do banco, digo eu] à medida mesmo que a **demand**a os requer (e a supera)?" (grifo nosso). Em tom mordaz, acrescenta: os tomadores de crédito, os comerciantes, por exemplo, "não adotam o mesmo 'agradável hábito da existência'". Não aproveitam as crises para auferir maiores ganhos?

O cerne da reprimenda de Louis Darimon ao Banco da França é que, em tempos de crise, quando cresce a procura por crédito, a instituição restringe as operações para proteger suas reservas metálicas. Para o discípulo de Proudhon, isso representava um verdadeiro paradoxo: justamente quando deveria atuar como sustentáculo da economia, o banco recua e se exime. Esse retraimento, segundo argumenta, decorreria do fato de o sistema bancário francês repousar sobre uma estrutura monetária baseada no ouro e na prata — mercadorias que funcionam como riqueza autônoma e possuem valor próprio.

Aproveitando para comparar a atuação dos dois agentes econômicos que destaca nesta parte da análise, Karl Marx volta-se então ao comportamento daqueles que alcunha, sarcasticamente, de "filantrópicos comerciantes", os quais, segundo entende, agem de modo análogo ao do banco. Os produtores comerciantes não recorrem ao crédito para expandir a produção e, com isso, estabilizar a economia, mas para obter ganhos privados; não buscam crédito para importar grãos e atenuar a fome, vendendo-os a preços módicos, mas para revendê-los com sobrepreço:

"Os filantrópicos comerciantes de cereais, que apresentaram suas letras ao banco para receber notas, para trocar as notas por ouro do banco, para converter o ouro do banco em cereal do exterior, para converter o cereal do exterior em dinheiro do público francês, por acaso partiram da ideia de que, como o público agora tinha a máxima necessidade de cereal, seria seu dever ceder o cereal ao público em condições especiais [favoráveis, digo eu], ou, ao contrário, não correram ao banco para explorar o aumento do preço do cereal, a necessidade do público, a desproporção entre a demanda e a oferta? E o banco deve ser excluído dessa lei econômica geral? Que ideia!".

Concluindo sobre o posicionamento de Darimon, segundo o qual "curso de dinheiro e crédito são completamente identificados" — ou seja, de que a circulação monetária seria a mesma coisa que a circulação de títulos de crédito e promessas de pagamento, representativos de uma antecipação de valor futuro mediada pelo capital existente —, Marx o define como "falso economicamente".⁷⁴

O autor dos *Grundrisse* prossegue: Alfred Darimon, movido por um apelo moralista, enxerga apenas o comportamento dos bancos, afirmando que essas instituições, quando cresce a demanda por crédito em relação à oferta, o encarecem justamente quando o público mais necessita. Marx, porém, não vê nisso injustiça: recorda que os

⁷³ Idem, pp. 72. Os parágrafos subsequentes foram elaborados com base na página referenciada.

⁷⁴ Ibidem, p. 75. Os parágrafos subsequentes foram elaborados com base na página referenciada.

bancos (negociadores de crédito), os comerciantes (negociadores de mercadorias) e até mesmo os trabalhadores (que negociam com trabalho) não atuam em nome de um "dever público" ou moral para atenuar a crise, mas segundo as mesmas leis objetivas do capital. Comportam-se, assim, a fim de preservar e expandir, respectivamente, seus capitais, seus lucros e seus salários. O banco, conclui ele, "tem de proceder desse modo, emita ele notas convertíveis [em ouro ou prata, digo eu] ou inconvertíveis", pois seu papel é preservar o valor do capital, independentemente das necessidades imediatas da circulação.

Na avaliação marxiana, a questão teórica central que daí emerge é precisamente a **diferença entre dinheiro e capital**: entre o dinheiro como meio de troca e medida de valor e o dinheiro enquanto valor em movimento, em busca de valorização, ou seja, como capital. Darimon passa longe dessa distinção essencial.

Avançando para outro tipo de equívoco cometido por Alfred Darimon — **confusão entre causas e efeitos** —, Marx detém-se no que o deputado proudhonista considera a causa da fuga de metais preciosos do Banco da França: a má colheita de cereais e, por consequência, a necessidade de importá-los, bem como os investimentos realizados na Exposição Universal da Indústria, em Paris (que exigiu ouro e prata para honrar importações de bens destinados à exposição e atender à remessa dos lucros dos expositores estrangeiros mediante conversão de notas bancárias locais nesses metais).⁷⁵

Quanto a esse ponto, o teórico alemão observa que Darimon não só esqueceu de contemplar, em sua análise, o déficit na colheita de seda (também um bem essencial), mas sobretudo negligenciou fatores estruturais que, longe de causarem, contribuíram de forma contundente para agravar a evasão de divisas de metais: grandes especulações financeiras, investimentos improdutivos no exterior (como ferrovias e mineradoras) e pesados dispêndios da Guerra da Crimeia (conflito militar que opôs o Império Russo à aliança formada pela França, Reino Unido, Império Otomano e Reino da Sardenha).

Esses gastos consumiam riqueza nacional imobilizada em empreendimentos de retorno incerto, muitos dos quais jamais cobririam seus custos de produção, drenando fundos do investimento produtivo doméstico e gerando déficits que afetavam setores estratégicos da economia, em especial os de bens de primeira necessidade.

Darimon enxergava a conjuntura econômica de modo linear: as más colheitas de cereais (e também da seda) exigiam importações; estas, por sua vez, eram pagas necessariamente em ouro e prata, acarretando a evasão em massa desses metais dos cofres do Banco da França. A fuga de metais preciosos reduzia as reservas, o que levava o banco a restringir o crédito, freando o desconto de títulos e o resgate de ouro e prata em espécie. A esse movimento se seguiam crises de liquidez e, por fim, retrações produtivas acompanhadas de efeitos correlatos (inflação, queda do consumo e do emprego etc.).

Para Karl Marx, como sabemos, o problema não está na base metálica do dinheiro nem em seus desdobramentos aparentes. A fuga de ouro e prata não decorre de

⁷⁵ Ibidem, p. 73. Os parágrafos subsequentes foram elaborados com base na página referenciada.

uma falha do padrão metálico. A evasão dos metais nobres é apenas um **efeito** da lógica mais profunda do movimento do capital, e não da escassez de bens ou dos empreendimentos improdutivos realizados no exterior. A **causa específica e estrutural das crises** é a **valorização do valor enquanto capital** — o verdadeiro fundamento das crises capitalistas.

Nos *Grundrisse*, isso aparece com clareza: para compensar a redução crescente da produção local e o crescimento das importações, além dos empreendimentos no exterior sem contrapartidas equivalentes, seja sob a forma de preços mais favoráveis ao consumidor nacional de cereais e seda importados, seja sob a forma de retorno dos investimentos realizados, instala-se um círculo contraditório e vicioso. O descompasso entre o valor produzido internamente e o valor aplicado no exterior exige cada vez mais "não signos de circulação que servem para a troca de equivalentes [dinheiro como meio de troca, digo eu], mas o próprio equivalente, era requerido não dinheiro, mas capital".

Na sequência do debate com Louis Darimon, a fim de demonstrar que a questão vai além da forma metálica do dinheiro, Marx introduz uma hipótese decisiva: a de um sistema monetário fundado não em metais preciosos, mas na produção de mercadorias em geral e na força de trabalho — isto é, numa base monetária fiduciária. Seu propósito é assentar, de uma vez por todas, que a simples abolição da materialidade metálica do dinheiro e sua substituição por um lastro produtivo (o dinheiro-trabalho) não suprimem as contradições do capital.

Na hipótese levantada, as notas bancárias, que em um sistema metálico são ordens de pagamento em ouro e prata, converter-se-iam em ordens de pagamento ao exterior sobre o estoque de produtos e sobre a força de trabalho.

Referindo-se ao Banco da França (embora pudesse mencionar o Banco da Inglaterra), o crítico de Darimon pergunta, de modo retórico e irônico: em um mesmo cenário de crise, "O banco não estaria igualmente forçado a elevar as condições de seu desconto [de títulos de crédito lastreados na produção e na força de trabalho digo eu] precisamente no momento em que seu 'público' mais reclamasse de seus serviços?". Certamente.

Em conformidade com a dinâmica do capital — fundamento lógico da crítica marxiana à economia política capitalista, que, recordemos, começa a ser esboçada na crítica ao proudhonismo —, mesmo sem ouro ou prata como lastro do dinheiro, o banco continuaria compelido pela lógica do capital a proteger o valor de seus títulos e assegurar sua rentabilidade.

No contexto da hipótese marxiana, enquanto o estoque de produtos é limitado (tal como os metais nobres) e a força de trabalho, embora expansível, só pode ser mobilizada dentro de certos limites e períodos de tempo, por outro lado a "máquina de imprimir" papéis representativos do dinheiro "é inesgotável e funciona como em um passe de mágica".

Transpondo para esse cenário a conjuntura de más colheitas de bens de

primeira necessidade, que reduzem a riqueza diretamente permutável nos mercados interno e externo (via exportação), e também dos investimentos no estrangeiro, que imobilizam a mesma riqueza permutável sem criar equivalente imediato (antes a devoram momentaneamente sem reposição), fazendo com que essa riqueza diminua absolutamente, como bem diz Marx, o círculo contraditório e vicioso de então, observado no âmbito do dinheiro metálico, reaparece.

O resultado: "aumento ilimitado da quantidade de títulos bancários", fruto da operação incessante da máquina de imprimir, para cobrir a redução da riqueza permutável. "Consequência imediata: elevação no preço dos produtos, das matérias-primas e do trabalho. De outro lado, redução no preço dos títulos bancários". A par disso, Marx conclui, com a ironia de sempre: "o Banco não teria aumentado a riqueza da nação em um passe de mágica, mas tão somente desvalorizado seus próprios papéis em uma operação muito banal. Com essa desvalorização, paralisação súbita da produção".⁷⁶ Não há magia na vida real.

Repare, leitor(a), que, trabalhando com a hipótese de um regime monetário não metálico, o autor dos *Grundrisse* chega ao mesmo resultado que o gerado sob o padrão-ouro e prata. Emitam-se notas convertíveis ou não, o banco continua compelido pela lógica da valorização do valor enquanto capital, mesmo indo contra as necessidades imediatas da circulação.

Tal comportamento expressa a sujeição das instituições bancárias à dinâmica contraditória que atravessa a economia capitalista: de um lado, a necessidade de sustentar a circulação de mercadorias e o crédito, imprimindo dinheiro para responder às demandas concretas da economia; de outro, a exigência lógica de preservar o valor do capital diante dos riscos de desvalorização e assegurar sua expansão. Isso mostra que a valorização do capital depende tanto da lógica do sistema quanto das condições reais da economia.

Nosso autor alemão-prussiano está justamente mostrando uma contradição estrutural do capital, não percebida pelos proudhonistas: o capital, para se expandir, precisa reter-se (acumular); para circular, precisa restringir-se.

Em tempos de desequilíbrio econômico, não se exige apenas dinheiro enquanto meio de troca (por exemplo, o dinheiro para importar cereais), mas capital enquanto valor em movimento, em busca de sua própria valorização. A tensão entre a necessidade da circulação e a exigência lógica da valorização expõe a natureza intrinsecamente instável e ambígua do capital em movimento: mesmo quando o banco tenta preservar o valor do capital para simultaneamente expandi-lo, os limites materiais e estruturais da economia podem frustrar essa valorização imediata.

Com base no exposto até aqui neste subitem, já se percebem esboçados os enunciados daquilo que seriam as **fórmulas estruturantes** de toda a crítica da economia política capitalista desenvolvida por Karl Marx, por meio das quais ele distingue a circulação simples de mercadorias da circulação do capital:

⁷⁶ Ibidem, p. 74.

- **M-D-M**, expressa o *processo vender para comprar* e descreve o ciclo da troca comum, em que M = mercadoria e D = dinheiro como meio de troca;
- **D-M-D'**, representa o *processo comprar para vender* e revela o segredo da acumulação capitalista, no qual D' = capital (dinheiro que se valoriza).

O exame rigoroso dessas fórmulas, que marcam o ponto de viragem entre a teoria do dinheiro e a teoria do capital em Marx, exprimem a transformação do dinheiro em capital e condensam a lógica interna, ou dinâmica própria, da valorização do valor, será desenvolvido em momento oportuno.

Chegamos, então, à segunda parte da problemática darimoniana.

3.1.2. A questão fundamental

Após desconstruir os fundamentos apresentados em *De la réforme des banques*, em torno da ideia de que o padrão monetário metálico seria a causa dos problemas das economias capitalistas da época, Karl Marx avança para o que considera a "questão fundamental": **a base real do dinheiro, isto é, as relações sociais de produção**. Segundo o teórico de Trier, essa questão não se relaciona com o ponto de partida de Darimon, focado no dinheiro enquanto fenômeno da esfera da circulação econômica. Nos *Grundrisse*:⁷⁷

"[...] as relações de produção existentes e suas correspondentes relações de distribuição podem ser revolucionadas pela mudança no instrumento de circulação — na organização da circulação? Pergunta-se ainda: uma tal transformação da circulação pode ser implementada sem tocar nas relações de produção existentes e nas relações sociais nelas baseadas?

[...] Além disso, haveria de investigar, ou caberia antes à questão geral, se as diferentes formas civilizadas do dinheiro — dinheiro metálico, dinheiro de papel, dinheiro de crédito e dinheiro-trabalho (este último como forma socialista) — podem realizar aquilo que delas é exigido sem abolir a própria relação de produção expressa na categoria dinheiro, e se, nesse caso, por outro lado, não é uma pretensão que se autodissolve desejar, mediante transformações formais de uma relação, passar por cima de suas determinações essenciais?

A questão central da crítica ao proudhonismo consiste, portanto, em saber se é possível alcançar o resultado econômico-social pretendido apenas transformando o dinheiro, sem que se toque nas relações de produção existentes (divisão do trabalho, etapas do processo produtivo, organização técnica e administrativa etc.), nas correspondentes relações de distribuição (repartição quantitativa da produção)⁷⁸ e nas relações sociais nelas implicadas (entre capitalistas e trabalhadores, proprietários e não

⁷⁷ Ibidem, pp. 74-75. Os parágrafos subsequentes foram elaborados com base nas páginas referenciadas.

⁷⁸ Conforme exposto no *Artigo Expositivo II – Introdução à crítica da economia política*, sobre o livro homônimo de Marx, a esfera da *produção* (base determinante da sociedade burguesa) estabelece as relações sociais fundamentais do capitalismo, expressas no binômio capital-trabalho, do qual se destaca a criação de mais-valor (ou mais-valia). A *distribuição*, por sua vez, refere-se às relações de classe derivadas desse binômio, envolvendo a repartição da produção entre os indivíduos por meio do salário, que cabe aos trabalhadores, e a divisão do lucro e da renda, destinados aos capitalistas. Já a esfera da *circulação*, embora funcionalmente distinta, realiza o valor das mercadorias e possibilita a reprodução das relações de produção, em conformidade com o que foi previamente determinado pela distribuição. Em Karl Marx, todas essas esferas econômicas estão conectadas, não sendo independentes uma das outras.

proprietários dos meios de produção). A questão é se as diferentes formas monetárias podem realizar o que delas é exigido sem abolir a própria relação social de produção expressa na categoria dinheiro.

Não seria, portanto, uma pretensão que se dissolve por si mesma desejar, mediante transformações técnicas de uma relação social, passar por cima de suas determinações essenciais? As formas do dinheiro, inclusive o dinheiro não mercantil, idealizado por Joseph Proudhon e encampado por Darimon, o chamado dinheiro-trabalho, não se limitam a representar as contradições estruturais do capital, sem poder suprimi-las?⁷⁹

O autor dos *Grundrisse* não contesta que distintas formas monetárias possam se adequar melhor às condições técnicas e sociais da produção em determinados estágios históricos: "uma elimina inconvenientes contra os quais a outra não está à altura", afirma. Como exemplos, podem ser citados o gado e o sal como dinheiro-mercadoria na Idade Antiga; os metais brutos na Idade Média; e, na Idade Moderna, moedas metálicas seguidas de papel-moeda, e assim por diante⁸⁰.

O que se enfatiza, contudo, é que todas as formas do dinheiro são expressões de uma relação social essencial, enraizada nas relações de produção mercantil. Daí Marx declarar que "nenhuma delas, enquanto permanecerem formas do dinheiro e enquanto o dinheiro permanecer uma relação social essencial, pode abolir as contradições inerentes à relação do dinheiro, podendo tão somente representá-las em uma ou outra forma".

Nenhuma forma monetária, em sua materialidade (ouro, prata, papel, trabalho etc.), pode eliminar as contradições derivadas da produção mercantil e da lógica do valor enquanto capital, inerentes à forma social de produção em que o dinheiro se manifesta. O dinheiro não é apenas um **instrumento técnico** que viabiliza a circulação de mercadorias, como entende o proudhonismo, mas, primordialmente, uma **relação social** em que se cristaliza a sociabilidade mediada por coisas (mercadorias).

Tudo isso só pode ser compreendido a partir de onde o valor da mercadoria é produzido, manifesta-se no dinheiro, expressa-se no preço, transforma-se em capital e se valoriza: a **esfera da produção**.

Como que antecipando a crítica à segunda proposta darimoniana — a substituição do dinheiro metálico pelo dinheiro-trabalho, tema do item 3.2 —, Marx observa: do mesmo modo que ocorre com as formas do dinheiro, "Nenhuma forma do trabalho assalariado, embora uma possa superar os abusos da outra, pode superar os abusos do próprio trabalho assalariado [...]", isto é, da relação capital-trabalho.

Seguindo com a questão fundamental e a discussão dos aspectos necessários para a compreensão do dinheiro, nosso filósofo prescreve: Darimon ignora o essencial, as

79 Vimos nos trechos acima que Marx expõe a dupla falácia dos proudhonistas: primeiro, a crença de que uma reforma na esfera da circulação econômica poderia, isoladamente, resolver as crises capitalistas e alterar automaticamente as relações de produção e distribuição; segundo, como pressuposto da primeira, que produção, distribuição e circulação são independentes, de maneira que as mudanças na circulação poderiam repercutir nas outras esferas sem maiores dificuldades.

80 Ibidem, pp. 113-114.

determinações do dinheiro no interior do modo de produção capitalista. O proudhonista despreza (ou desconhece) que o dinheiro não é apenas **meio de circulação**, mas também **expressão do valor das mercadorias, equivalente universal das trocas, manifestação do trabalho social abstrato** (o trabalho em geral e não o trabalho concreto e específico), **mediador entre produção e consumo** (ou entre compra e venda), e, notadamente, a **forma pela qual o valor se manifesta autonomizado da mercadoria**. Essa autonomia configura o pressuposto e a condição da **conversão do dinheiro em capital**, fazendo com que ingresse no **movimento de valorização**.⁸¹

Cada efeito do dinheiro sobre a economia em geral é distinto de acordo com a determinação que assume. Os proudhonistas somente enxergavam as determinações que se apresentam na superfície das relações capitalistas, deixando intactas aquelas estruturais que submetem toda a vida social às exigências da reprodução do capital, em detrimento da satisfação das necessidades humanas.

Negligenciando as determinações estruturais do dinheiro, seja por deficiência teórica e metodológica, seja por ilusão ideológica, o proudhonismo passava por cima das contradições essenciais da ordem socioeconômica fundada na exploração do trabalho e na apropriação do lucro, tais quais:⁸²

- entre **valor de uso** (valor enquanto utilidade concreta) e **valor de troca das mercadorias** (valor enquanto capacidade de gerar lucro);
- entre **trabalho concreto** (atividade útil específica, como a do padeiro) e **trabalho social abstrato** (atividade indiferente à sua forma útil e concreta);
- entre **trabalho vivo** (trabalho presente, que cria valor e produz mais-valor ou mais-valia) e **capital** (valor que se valoriza, apropriando-se do trabalho vivo para se multiplicar); entre outras.

Aqui se encontra a base da crítica de Karl Marx a Alfred Louis Darimon e ao proudhonismo. Enquanto estes viam, na circulação econômica, a solução das contradições do capitalismo, Marx localiza a raiz contraditória desse sistema na produção. Enquanto os proudhonistas não percebiam que o padrão monetário apenas encobre a realidade, obscurecendo as contradições imanentes ao capital, Marx identifica e começa a delinear as distorções estruturais categoriais que explicam o modo de produção capitalista, distorções que, uma vez compreendidas, revelam as condições de sua superação por um modo de produção superior.

O ponto decisivo não é a forma da moeda, mas a lógica do capital: a **dinâmica da valorização do valor enquanto capital**, que se desenvolve no **processo produtivo**. Só assim seria possível compreender a conexão entre a lógica interna do capital e as crises econômicas, que os socialistas proudhonistas, ainda que bem-intencionados,

81 Ibidem, pp. 90-100; p. 162; pp. 195-199. Voltaremos a essas questões postas nos *Grundrisse* quando da exposição analítica da segunda parte do "Capítulo do dinheiro" (seções "Gênese e essência do dinheiro" e "O curso do dinheiro"), bem assim da primeira parte do "Capítulo do capital", que trata do dinheiro como capital.

82 Ibidem, pp. 96-100 (contradição entre valor de uso e valor de troca); pp. 85-89; 106-120; p. 151 (contradição entre trabalho concreto e trabalho social abstrato); pp. 198-236 (contradição entre trabalho vivo e capital). No decorrer deste Artigo III, voltaremos ao exame mais amido de todos esses elementos e tensões entre eles.

atribuíam ao "erro" de manter ouro e prata como forma de dinheiro.

Passemos à terceira parte do problema da abolição do dinheiro metálico.

3.1.3. O Banco da França

Na discussão acerca da proposição de abolição do lastro metálico do dinheiro, Marx constata que Darimon considera somente o comportamento dos bancos (que negociam com o crédito), sem atentar para a ação, em sentido convergente, dos comerciantes (que negociam com mercadorias), e até mesmo dos trabalhadores (que negociam com trabalho). Todos, nas respectivas esferas, tendem a vender mais caro suas mercadorias quando a demanda aumenta em relação à oferta.⁸³

Os bancos, os comerciantes e os trabalhadores não podem ser excluídos da **lei econômica geral da oferta e da demanda**. Todos estão submetidos ao mercado, ainda que uns na condição de exploradores e outros na de explorados.

Em um cenário econômico como o francês, marcado pela escassez de bens de primeira necessidade (cereais e seda), que implica o aumento das importações custeadas pelo resgate de reservas monetárias metálicas do Banco da França, este não estaria forçado a elevar as condições de desconto precisamente no momento em que o público mais necessita de crédito? Mas esse movimento decorre, de fato, da materialidade metálica do dinheiro?

Para preparar a resposta, atentemos para uma passagem do diálogo fictício entre o "adversário do Banco" e o próprio Banco, em vista das suas medidas de inibição do crédito, transcrita por Karl Marx de *Sobre a reforma dos bancos*. Darimon sustenta que, em situações de crise, a instituição bancária deveria agir de forma mais ativa, pois uma postura conservadora de retração do crédito não apenas limita a suposta função social do sistema financeiro, mas aprofunda a crise em vez de mitigá-la. Assim, ele se "dirige" ao Banco da França:

"Graças ao vosso monopólio, vós sois o outorgante e o regulador do crédito. Quando vós desejais exhibir rigor, os descontadores não só vos imitam, mas exageram vossos rigores... Com vossas medidas, vós causastes uma paralisação nos negócios".

O Banco retruca:

"[...] O que vós quereis que eu faça? [...] Sobretudo, devo impedir a saída do numerário, sem o qual não sou nem posso ser nada".

Para Marx, imputar ao banco francês o poder de regular o crédito em virtude do alegado "monopólio" do dinheiro é uma "ilusão".⁸⁴ Quem comanda o movimento do crédito, em última instância, é o mercado. No caso do Banco da França seu poder "começa somente ali onde termina o poder 'dos descontadores de títulos' privados [isto é,

⁸³ Ibidem, pp. 75-76. Os parágrafos subsequentes foram elaborados com base nas páginas referenciadas.

⁸⁴ Para ilustrar o que afirma, Karl Marx menciona o Banco da Inglaterra que, na década de 1840, em uma conjuntura de fluidez no mercado de dinheiro, teve de reduzir suas taxas de desconto por força da concorrência dos bancos privados.

dos bancos privados, das casas financeiras de desconto e dos demais operadores financeiros, incluindo os especuladores em geral, digo eu] [...]". Em períodos de grande liquidez, quando os operadores privados descontam a taxas mais baixas, o Banco da França não consegue impor a sua: se insistisse em mantê-la acima do mercado, teria todas as operações descontadas "nas suas barbas" pelo setor privado.

Em momentos de crise de liquidez, no entanto, o suposto poder do Banco aparece. A reação à evasão de metais visa, portanto, proteger sua solvência e seus lucros (salvaguardar e valorizar o próprio capital), sendo reflexo normal da lógica do sistema.

Em regra, os bancos e os demais descontadores de títulos tendem a encarecer e onerar o crédito, elevando a taxa de descontos e encurtando os prazos de vencimento justamente quando a demanda por crédito mais cresce, **seja qual for a forma do dinheiro**. Seus objetivos, assim como os dos comerciantes de cereais, estão intrinsecamente vinculados à **valorização** e à **reprodução ampliada do capital**, e não à mitigação das crises.

Depreende-se dos *Grundrisse* que tal conduta não decorre de falha administrativa, de má vontade do setor financeiro ou de política monetária e creditícia equivocada, mas da própria forma de existência do capital — no caso, da necessidade de autopreservação do capital bancário enquanto forma particular do capital total. Cada capital singular (produtivo, comercial, bancário, especulativo etc.) atua para preservar e valorizar a si mesmo, ainda que, no conjunto, essa dinâmica possa levar ao colapso temporário do próprio sistema em que todos estão inseridos.

Os bancos, atendo-nos ao alvo de Darimon, não atuam contra a *ratio* do sistema; ao contrário, agem inteiramente em conformidade com as leis objetivas do modo de produção capitalista. São formas integradas da mesma totalidade contraditória do capital.

Sigamos agora para a quarta e derradeira parte da problemática em questão.

3.1.4. O privilégio do ouro e da prata

Mas por que Alfred Darimon atribui especificamente ao dinheiro ouro e prata a responsabilidade pelas crises?

No referido diálogo fictício entre o "adversário do Banco" e o Banco da França, acerca do poder deste de regular o crédito para evitar o escoamento do ouro e da prata para o exterior, responde explicitamente parte da nossa pergunta. Darimon, se passando pela instituição bancária, exclama que o fato de serem instrumentos de troca, o ouro e a prata não são mercadorias como as outras; por isso possuem "o privilégio" de estabelecer leis para todas as demais mercadorias. Logo, diz ele, agora no papel de combatente do banco, "a esse privilégio de ser o único instrumento autêntico da circulação e da troca" deve-se atribuir "não apenas a crise atual, mas as crises periódicas do comércio". Assim, para controlar os inconvenientes das crises, prescreve o deputado

proudhonista, bastaria romper com que esse privilégio fazendo deles mercadorias comuns ou, dizendo como exatamente deve ser feito, fazendo de todas mercadorias instrumentos de troca com o mesmo estatuto do ouro e prata como dinheiro.⁸⁵

Para Marx, não há mistério ou privilégio ligado ao ouro e a prata enquanto dinheiro. Se o banco francês emite ordens de pagamentos contra dinheiro (notas bancárias) e notas promissórias contra capital (depósitos), sendo essas notas promissórias reembolsáveis em ouro e prata (reservas metálicas), é evidente que até certo ponto deve deixar assistir passivamente a diminuição de suas reservas, em outros termos, capital, sem reagir, pelas razões expostas no subitem anterior: "Isso nada tem a ver com a teoria do dinheiro metálico". Afinal, ele recorda, citando exemplos históricos, que a questão não é apenas o lastro do dinheiro, conforme estamos discutindo neste texto. Nesse sentido, Marx menciona as crises inglesas de 1809 e 1811, omitidas por Darimon, ocasiões em que o Banco da Inglaterra emitiu notas inconvertíveis em ouro e prata, sem que por isso as crises deixassem de eclodir; tampouco poderiam ter sido neutralizadas pela simples supressão da convertibilidade metálica, se fosse o caso.

No dilema enfrentado por Alfred Darimon — ouro e prata são mercadorias como as outras versus ouro e prata não são mercadorias como as outras —, prevalece para ele o *status* desses metais enquanto dinheiro como mercadorias privilegiadas que degradam as outras mercadorias justamente em virtude deste privilégio. Na tese proudhonista agasalhada por Darimon em seu livro, a supressão de tal regalia, segundo Marx, degradando esses metais nobres à situação das demais mercadorias, ou, em outros termos, elevando todas as mercadorias ao monopólio exclusivo desfrutado por eles, implicaria a não conservação dos males específicos do dinheiro de ouro e prata ou das notas conversíveis nesses metais. Nessa linha, Marx escreve com agudez: "[...] Deixai existir o papa, mas fazei de cada um um papa. Suprimi o dinheiro, fazendo de cada mercadoria dinheiro e dotando-a das qualidades específicas do dinheiro".

O autor dos *Grundrisse* coloca a questão efetiva: é o próprio sistema burguês que torna necessário um instrumento de troca específico. É esse próprio sistema que cria necessariamente um equivalente particular do valor de todas as mercadorias: o dinheiro em geral.

Karl Marx admite que uma determinada forma de dinheiro pode, em certos contextos, corresponder melhor ao processo de produção social, como foi o caso do dinheiro de ouro e de prata, em comparação a outros equivalentes gerais historicamente utilizados (sal, gado etc.): "Uma forma desse instrumento de troca ou desse equivalente pode ser mais prática, mais apropriada, e envolver menos inconvenientes do que outras". Contudo, adverte:

"Mas os inconvenientes que resultam da existência de um instrumento de troca particular, de um equivalente particular e ainda assim universal, teriam de se reproduzir em qualquer forma, ainda que de modo diferente".

O crítico do proudhonismo expressa-se com a ironia de sempre:

⁸⁵ Ibidem, p. 77-78. Os parágrafos seguintes também foram redigidos com base nas páginas referenciadas.

"Darimon passa por cima dessa questão com entusiasmo. Suprime o dinheiro e não suprime o dinheiro! Suprime o privilégio que o ouro e a prata detêm em virtude de sua exclusividade como dinheiro, mas faz de todas as mercadorias dinheiro, i.e., confere a todas, em conjunto, uma propriedade que, separada da exclusividade, não existe mais".

Referindo-se à evasão de lingotes em momentos de crise (a saída de ouro e prata para o exterior), Marx observa que há, de fato, uma contradição manifesta nesse evento. E essa contradição do sistema capitalista é estrutural, e não uma contingência decorrente do lastro metálico do dinheiro.⁸⁶

Nos períodos de estabilidade e expansão, o dinheiro parece cumprir normalmente suas funções econômicas como meio técnico da circulação, conforme abordaremos no Folheto nº 04: medida de valor (mede o valor das mercadorias expresso em preços), meio de circulação (faz as mercadorias circularem) e meio de pagamento (realiza pagamentos). Nessas fases, as trocas fluem, o crédito se amplia e o dinheiro aparece como valor que se valoriza, isto é, como capital em seu movimento típico sem maiores percalços.⁸⁷

Nas crises, contudo, esse invólucro se rompe: o dinheiro deixa de ser um mero instrumento técnico e é exigido como capital em sua forma mais pura e autônoma. Nas economias cujo padrão monetário é o metálico, o capital é exigido em sua forma-dinheiro universal — ouro e prata —, e não na forma representada por títulos ou notas conversíveis nesses metais. É nas crises que o dinheiro mais revela sua natureza de capital autonomizado em relação à mercadoria — sua essência de valor que busca se conservar e reproduzir-se independentemente da produção. Nesse cenário, o sistema se vê compelido a procurar no dinheiro, enquanto capital genuíno, o refúgio de sua própria contradição.⁸⁸

Assim, no século XIX, a forma mais segura do capital era o ouro e/ou a prata. Já nas economias de base fiduciária dos séculos XX e XXI, o mesmo movimento reaparece sob novas formas: o capital busca segurança em títulos públicos, reservas internacionais e moedas de referência mundial (como o dólar).

O dinheiro, sendo ao mesmo tempo meio técnico da circulação (subordinado à produção) e forma autônoma do valor (independente da produção), expressa a contradição estrutural capitalista mencionada por Marx, que se revela com toda a nitidez nas crises.

E como se configuraria essa contradição entre o dinheiro como instrumento técnico e o dinheiro como forma autônoma do valor, isto é, como capital, no modelo proudhoniano? Na ilusão proudhonista, como vimos, a exigência do ouro e prata durante as crises seria a própria causa destas; logo, ainda que mantida a base produtiva e social da economia capitalista (a propriedade privada dos meios de produção, a produção baseada no mercado, a relação social de produção mediada pelo salário (vale-trabalho)), bastaria abolir o dinheiro metálico para suprimir as crises. Eliminado o lastro em ouro e prata,

⁸⁶ Ibidem, p. 78.

⁸⁷ Ibidem, pp. 133-181.

⁸⁸ Ibidem, pp. 78-79. 82; pp. 161-162; .

supunha-se que também desapareceria o capital, e, com ele, as crises. Entretanto, como estamos vendo com Marx, a criação do dinheiro-trabalho no lugar do dinheiro metálico não aboliria a essência do capitalismo que o leva a crises: a separação entre o produtor e os meios de produção, e a subordinação do trabalho à valorização do valor.⁸⁹

Prossigamos na construção da resposta à questão formulada no início deste subitem, acerca do suposto privilégio do ouro e da prata em relação às demais mercadorias, como causa das crises capitalistas do século XIX, segundo apregoavam Alfred Darimon e o proudhonismo.

Karl Marx, tendo já demonstrado, sob uma ótica empírica e descritiva, que Darimon erra ao atribuir como causa da fuga de ouro e prata a má colheita de cereais e, por consequência, a necessidade de importá-los⁹⁰, eleva, na sequência dos *Grundrisse*, a análise a um nível mais abstrato e conceitual das causas profundas da crise a partir das relações entre dinheiro e valor. Nesse sentido, afirma: "[...] A crise provocada por um déficit de cereais de modo algum é produzida, portanto, pela evasão de lingotes, muito embora possa ser agravada pelos obstáculos erigidos [pelo Banco da França, digo eu] com o propósito de impedir a evasão".⁹¹ A fuga das reservas de ouro e prata, portanto, é efeito, e não causa, da crise.

Em seguida, referindo-se expressamente ao dito por Pierre-Joseph Proudhon em *Filosofia da miséria* (1846), Marx complementa que também não se pode sustentar que a crise resulta do fato de que "só" os metais nobres possuiriam um "**valor autêntico**" (grifo nosso).

Para o socialista "utópico" francês, as crises econômicas e financeiras decorreriam do fato de que, ao contrário das demais mercadorias, apenas os metais preciosos teriam valor em si, valor fixo e imutável, supostamente imune às flutuações do mercado. Essa condição lhes conferiria, simultaneamente, a capacidade de circular como dinheiro e de ser acumulado como riqueza, na forma de tesouro.

Nessa perspectiva, os proudhonistas acreditavam que o dinheiro metálico não estaria sujeito à desvalorização (depreciação); ao contrário, tenderia à valorização (apreciação), mesmo que os preços das demais mercadorias variassem. A pretensa estabilidade desses metais, aliada à sua função de equivalente universal sob a forma de capital, explicaria sua ampla e exclusiva aceitabilidade no comércio exterior.

Marx reage: o erro essencial de Proudhon, seguido por Darimon, está em confundir **valor nominal** — o *quantum* declarado no dinheiro (valor de face) — com **valor real** — isto é, o poder de compra do dinheiro.

O deputado proudhonista não compreendia que, independentemente do valor nominal, a elevação dos preços das mercadorias, tal qual o caso dos cereais, significa que se necessita de mais ouro ou prata para se adquirir a mesma quantidade de cereais que antes; o que equivale a dizer que o preço dos metais caiu em relação ao

⁸⁹ Ibidem, pp. 73-90; pp. 183-184.

⁹⁰ Conforme subitem 3.1.1. supra.

⁹¹ Ibidem, p. 81. Os parágrafos seguintes também foram redigidos com base na página referenciada.

daqueles produtos, o que corresponde à desvalorização real do dinheiro.

O pensador de Trier prossegue. O próprio ouro e a prata estão sujeitos a variações de valor (real), ora se apreciando, ora se depreciando, conforme as leis da oferta e da demanda: "O ouro e a prata partilham com todas as mercadorias restantes, portanto, da depreciação em relação aos cereais, da qual nenhum privilégio os protege".

Mesmo que o valor nominal do dinheiro metálico permaneça inalterado, seu poder de compra pode aumentar ou diminuir. No jogo do mercado, para fins de determinação do seu valor real, o dinheiro, qualquer que seja a sua forma, não é imune às flutuações da oferta e da demanda, podendo em uma situação **depreciar-se ou desvalorizar-se** (perda de poder de compra) e em outra **apreciar-se ou valorizar-se** (aumento desse poder).

Assim, de acordo com Marx, caracterizado o dinheiro como expressão do valor nominal, o suposto privilégio dos metais nobres decorre apenas de seu *quantum* fixo: "[...] Sob quaisquer circunstâncias, um táler (prata) permanece um táler" e uma onça (ouro) é sempre uma onça. Do mesmo jeito, "um alqueire de trigo é sempre um alqueire de trigo". Já o valor real do dinheiro (a capacidade de comprar maior ou menor quantidade de mercadorias), no caso, de um táler ou de uma onça, varia de acordo com as condições de mercado, assim como o preço de um alqueire de trigo real oscila de acordo com a lei da oferta e da demanda.

Nessa parte dos manuscritos, observando que o movimento do dinheiro se altera conforme os diferentes momentos do ciclo econômico, Karl Marx arquiteta os fundamentos de sua **teoria das crises**, identificando os nexos entre escassez ou subprodução, expansão ou prosperidade, superprodução e retração do crédito:⁹²

- **Crise de escassez ou de subprodução:** uma má colheita ou qualquer interrupção no fornecimento de gêneros de primeira necessidade, a exemplo dos cereais, naturalmente eleva seus preços. Nesse cenário, ocorre valorização dessa mercadoria e a desvalorização real do dinheiro, que perde poder de compra. Ocorre que a queda da produção de um bem essencial, por si só, empobrece a nação no montante do capital que deixa de ser reproduzido na economia, ainda que o país importe cereais por preço equivalente ao da produção doméstica. Isso se dá porque o capital adicional empregado na aquisição de cereais no exterior representa uma subtração direta do capital que deveria ser reinvestido em outros setores produtivos, reduzindo a renda nacional (restrição do crédito sob o prisma do capitalista; desemprego e queda dos salários sob o ponto de vista do trabalhador). Essa diminuição da renda provoca, por sua vez, a contração da demanda por bens diversos, acarretando a baixa generalizada dos

92 Na páginas da crítica direta a Darimon, Marx ainda não utiliza o termo "subprodução", embora, como mencionamos no parágrafo, já esboce seus primeiros traços. No que se refere aos períodos de "prosperidade" e de "superprodução", o teórico de Trier menciona expressamente o termo "prosperidade", definindo-o, e, implicitamente nesse mesmo trecho, aborda de passagem a questão da superprodução, que decorre geralmente daquela fase.

preços e a propagação da crise por toda a economia. Desse modo, **com ou sem dinheiro metálico**, a desorganização da produção, e, por consequência, da distribuição e da circulação, conduz inevitavelmente à crise. O desequilíbrio econômico-financeiro, portanto, não se reduziria ao setor de cereais, mas se estenderia a todos os ramos da produção e também aos contratos e obrigações baseados nos preços médios das mercadorias, em razão da retração do capital reprodutivo.⁹³

Por isso, o crítico do proudhonismo afirma:⁹⁴

"A depreciação da maioria das mercadorias (trabalho incluído) e a consequente crise, no caso de uma significativa má colheita de cereais, não podem ser originariamente imputadas, por conseguinte, à exportação de ouro, uma vez que a depreciação e a crise teriam lugar mesmo se absolutamente nenhum ouro doméstico fosse exportado e nenhum cereal estrangeiro fosse importado. A crise reduz-se à **lei da demanda e da oferta**, que, como se sabe, atua de maneira incomparavelmente mais aguda e enérgica na esfera das primeiras necessidades — considerada em escala nacional — do que em todas as outras esferas. **A exportação de ouro não é a causa da crise de cereais, mas a crise de cereais que é a causa da exportação de ouro**".

- **Da prosperidade à crise de superprodução e retração do crédito:** nos períodos de prosperidade, a circulação se expande, o crédito se amplia e as mercadorias são vendidas rapidamente a preços elevados, sob pressão da demanda. O dinheiro perde poder de compra e o capital parece autossuficiente, impulsionado pelo crédito e sustentado pela confiança.⁹⁵ Tendo em vista que, em Marx, a superprodução não é o excesso absoluto de bens, mas a incapacidade de realização do valor, isto é, a incapacidade de transformação ou conversão da mercadoria em dinheiro, a expansão ilimitada da produção concebe sua própria contradição: a superabundância relativa da produção frente à limitação do consumo, que não consegue acompanhar o ritmo de expansão produtiva e de acumulação do capital. Quando a realização do valor das mercadorias se interrompe, as trocas paralisam e a demanda efetiva cai. A não realização das mercadorias impede o retorno do crédito aplicado no processo produtivo, acarretando sua retração e, em seguida, a desvalorização generalizada das mercadorias, que se acumulam sem compradores, bem como a valorização relativa do dinheiro de crédito, que se torna escasso.⁹⁶ Nos países de padrão monetário metálico, com a retração do crédito (dinheiro abstrato na forma de títulos), a exigência por dinheiro "real", ouro e/ou prata, reaparece como forma-valor autêntica.⁹⁷

93 MARX, Karl Heinrich. Op. cit., pp. 79-80. Quando Marx fala em "depreciação da maioria das mercadorias", quer dizer que, diante da carestia dos cereais, o valor de troca desses outros produtos cai em relação ao da mercadoria escassa, pois, sendo gênero de primeira necessidade, o poder de compra da sociedade se volta prioritariamente para obtê-lo, diminuindo a demanda sobre as demais mercadorias.

94 Idem, pp. 81-82.

95 Ibidem, p.p. 84-85.

96 Ibidem, p. 336.

97 Ibidem, p. 82.

Já na crítica a *Sobre a reforma dos bancos*, Karl Marx mostra que o valor real do dinheiro — seu poder de compra — não depende de uma suposta força dos metais nobres em si, mas da forma contraditória do processo de circulação do capital, forma esta derivada das contradições estruturais originadas na esfera da produção capitalista. Esse movimento ora gera períodos de prosperidade, ora crises de superprodução, ora crises de subprodução. O essencial é que, em todas as situações, a **lei da oferta e da demanda**, atuando sobre diferentes bases, regula os preços e, por conseguinte, o poder de compra do dinheiro sob qualquer modalidade (metal, papel, fiduciário etc.).

Assim, já se percebe que, para Marx, não basta pensar a questão monetária de forma isolada, mas situá-la no ciclo do capital: prosperidade ↔ crise ↔ prosperidade:

"Confundidos por essa indepreciabilidade nominal do dinheiro de metal [valor fixo: 1 onça de ouro = 1 onça de ouro; 1 táler de prata = 1 táler de prata, digo eu], Darimon e consortes veem somente o único aspecto que irrompe nas crises: a apreciação do ouro e da prata em relação a quase todas as outras mercadorias; não veem o outro lado, a depreciação do ouro e da prata ou do dinheiro em relação às demais mercadorias (excluído talvez o trabalho, mas nem sempre) nos períodos da assim chamada prosperidade, em períodos de temporária alta geral dos preços. Como essa depreciação do dinheiro de metal (e de todos os tipos de dinheiro baseados nele) sempre precede sua apreciação, eles deveriam ter formulado o problema de maneira inversa; prevenir a depreciação periódica do dinheiro (em sua linguagem, suprimir os privilégios das mercadorias em relação ao dinheiro)".⁹⁸

No trecho transcrito dos *Grundrisse*, percebe-se claramente as falhas teóricas de Darimon em seu combate ao padrão ouro e prata do dinheiro. Na concepção proudhonista, seguida pelo socialista francês, o dinheiro metálico possuiria um valor fixo, que nunca varia, ao contrário das demais mercadorias, cujos preços (meios de expressão do valor em dinheiro, sendo este a forma de manifestação autônoma do valor) sobem e descem. Nessa linha, Darimon toma tal "estabilidade" como realidade econômica. Ledo engano, opõe-se Marx, pois o poder de compra do dinheiro, qualquer que seja a forma assumida, muda conforme o movimento da produção e, por consequência, da circulação.

Considerando apenas seu valor nominal, o dinheiro em ouro e prata parece se valorizar (apreciar) em tempos de crise. O deputado proudhonista só isso vê. Não enxerga o outro lado: os períodos de prosperidade econômica — marcados, entre outros aspectos, pela abundância de crédito, maior circulação de dinheiro e alta generalizada de preços, ainda que temporária, provocada pela pressão da demanda — nos quais o dinheiro se desvaloriza (deprecia). Em momentos de prosperidade, o poder de compra do dinheiro diminui, apesar da fixidez de seu valor nominal. No entanto, sobre esse aspecto fundamental, *De la réforme des banques* nada traz.

Ignorando o valor real, ou poder de compra efetivo do dinheiro, como os proudhonistas, apreende-se apenas sua valorização aparente durante as crises, episódio fruto do aumento das taxas de juros nos descontos de títulos de crédito conversíveis em metais, com vistas à preservação da rentabilidade do capital na forma de crédito.

⁹⁸ Ibidem, p. 83-85. Os parágrafos seguintes também foram redigidos com base nas páginas referenciadas.

Note que o "Capítulo do dinheiro" dos *Grundrisse* ainda não dispõe sobre as categorias dos capitais concorrenciais, sobretudo do capital fictício (aquele que se valoriza independentemente da produção). Como já assinalado, os manuscritos de 1857/1858 abordam centralmente o capital em geral, aquele que constitui a base comum de todos os diferentes capitais particulares. Feita essa lembrança, prossigamos.

No esclarecimento do que reputa como "privilégio" dos metais nobres enquanto dinheiro em relação às demais mercadorias, Alfred Darimon não leva em conta a dimensão mais determinante da crise provocada pela escassez de cereais na França: a **depreciação do valor real do dinheiro metálico frente às mercadorias em geral**.

Para ser coerente, ironiza nosso alemão-prussiano, o discípulo de Proudhon deveria se preocupar com a depreciação periódica do dinheiro, isto é, com a perda do seu poder de compra. Contudo, se assim procedesse, teria de reconhecer que o problema reside no valor real do dinheiro, e, por conseguinte, que a questão principal não é a forma do dinheiro, mas o próprio movimento da valorização do valor enquanto capital.

As flutuações de preços que Darimon quer corrigir com as reformas monetária e bancária não são defeitos do lastro do dinheiro, mas expressões necessárias da contradição entre o valor de uso das mercadorias e seu valor de troca, contradição cujo fundamento se encontra nas relações de produção próprias de um sistema de trocas mercantis voltado para o lucro, e não para a satisfação das necessidades humanas.

A saída, tripudia o filósofo de Trier na continuidade da passagem transcrita, seria "abolir a alta e baixa dos preços", o que, no fundo, equivale a "abolir os preços" e, portanto, "acabar com o valor de troca". Ocorre que, em uma ordem socioeconômica fundada no mercado, a extinção do valor de troca significaria "revolucionar economicamente a sociedade burguesa", corpo social representativo daquela ordem. Aqui se encontra o ponto teórico decisivo da crítica marxiana à proposta darimoniana de abolição do dinheiro metálico como solução para os problemas estruturais do modo de produção capitalista.

O que se coloca na discussão sobre depreciação, apreciação e distinção entre valor real e nominal é a **noção de convertibilidade**, requisito resolutivo para que qualquer forma de dinheiro funcione como equivalente geral. Para Karl Marx, a função primordial do dinheiro não é sua fixidez (1 táler de prata = 1 táler de prata), mas a **capacidade de se converter em qualquer outra mercadoria, em todas as mercadorias**:

"A convertibilidade — legal ou não — permanece, por conseguinte, requisito de todo dinheiro cujo título o faz um signo de valor, isto é, o iguala como quantidade, a uma terceira mercadoria".

O fato de ouro e prata possuírem valor em si pode, em determinadas circunstâncias, dificultar sua função como meio de circulação, especialmente por também representarem formas de riqueza acumulável. No entanto, como nosso filósofo crítico demonstra, isso **não os transforma na causa das crises**.

Atribuir ao dinheiro metálico a origem das crises econômicas e propor sua

substituição por um dinheiro não mercantil como solução, segundo Karl Marx, revela um profundo desconhecimento da **natureza real**, da **estrutura** e das **leis do modo de produção capitalista**. Tal visão, conforme discutido no subitem 1.3.1, inverte **causa e efeito**: desloca para a forma monetária a irracionalidade que, na verdade, decorre das **contradições imanentes à produção capitalista**. Em vez de compreender o dinheiro como expressão dessas contradições — não um mero meio técnico ou instrumento neutro das trocas, mas como forma social que materializa a separação entre trabalhadores e proprietários dos meios de produção (capitalistas) e reforça a submissão do trabalho ao capital —, Darimon e a corrente teórica à qual representa depositam ilusoriamente no reformismo monetário, bancário e creditício a solução para problemas cuja raiz está na **lógica do capital**.

Até este ponto do "Capítulo do dinheiro" dos *Grundrisse*, o autor desvendou a **natureza do dinheiro** e abordou como o **valor das mercadorias se manifesta na circulação** por meio da representação exercida pelo **dinheiro**. Embora trate de aspectos fundamentais da categoria valor, Marx faz isso no contexto da **circulação simples de mercadorias**, focando no papel do dinheiro como mediador das trocas, e não na esfera da circulação do capital. Seu objetivo ainda é demonstrar que a forma metálica do dinheiro, ou qualquer outra forma, não está no centro das causas das crises materiais do capitalismo.

Portanto, a retração da oferta de crédito, fenômeno que Darimon confunde com o curso ou circulação do dinheiro, bem como a alta nos preços de produtos essenciais, como os cereais, são apenas **efeitos visíveis** das crises, os quais não guardam relação alguma com o lastro do dinheiro ou com um suposto comportamento moral ou imoral dos bancos, que, movidos pela especulação financeira ou ganância, encareceriam artificialmente o dinheiro. O lastro em ouro e prata e a especulação financeira, frisamos, pode agravar a crise, mas não são sua causa.

Isso posto, enfim alcançamos a segunda proposta de reforma do capitalismo defendida por Alfred Louis Darimon em *De la réforme des banques*.

3.2. O dinheiro-trabalho

Depois de rejeitar o dinheiro enquanto mercadoria — fosse ouro, prata ou papel representativo desses metais —, Darimon propunha uma alternativa: o **dinheiro-trabalho**. A ideia, formulada por Pierre-Joseph Proudhon, parecia simples: em vez de dinheiro lastreado em metais preciosos, circulariam certificados que representariam diretamente o **tempo de trabalho individual concreto** gasto na produção das mercadorias.

Esses certificados — *vales-trabalho*, *cheques-trabalho*, *bônus-hora* ou, ainda, *bônus-horário* — serviriam como **meio de troca** e funcionariam, então, como **expressão monetária do valor das mercadorias**; em outras palavras, como **dinheiro**.

Um *bônus-horário* corresponderia a uma hora de trabalho, o que é o mesmo

que dizer: **uma hora de trabalho compra outra hora de trabalho**. Assim, de acordo com seus defensores, seria possível **acabar com o privilégio do ouro e da prata** na condição de dinheiro e, conseqüentemente, a **origem das crises, democratizar o crédito** e garantir uma **troca justa** entre produtores trabalhadores.

Karl Marx comenta criticamente:

"[...] Suprimi o privilégio do ouro e da prata, degradai-os ao status de todas as outras mercadorias, decide-se Darimon em última instância. Nesse caso, não conservareis os males específicos do dinheiro de ouro e de prata, ou das notas conversíveis em ouro e prata. Tereis suprimido todos os males. Ou antes, elevai todas as mercadorias ao monopólio até aqui exclusivo desfrutado pelo ouro e pela prata. Deixai existir o papa, mas fazei de cada um um papa. Suprimi o dinheiro, fazendo de cada mercadoria dinheiro e dotando-as das qualidades específicas do dinheiro".⁹⁹

A tese proudhoniana parte de uma confusão decisiva, avalia Marx: a tentativa de associar o dinheiro diretamente à atividade do trabalho. À primeira vista, o dinheiro-trabalho parece eliminar a exploração, já que estabelece uma equivalência direta entre tempos de trabalho: **uma hora de trabalho = um bônus-horário**.¹⁰⁰

Teoricamente, haveria uma troca igualitária, **trabalho-trabalho**¹⁰¹, em oposição à dualidade **capital-trabalho**, vital no capitalismo, conforme o pensamento marxiano. De imediato, depreende-se que a equivalência trabalho por trabalho não daria margem à extração de **mais-valor (mais-valia)**, a determinação essencial do capital.

Na avaliação de Proudhon e Darimon, somente equiparando o ouro e a prata às mercadorias "comuns" seria possível restabelecer a igualdade e a proporcionalidade nas relações de troca mercantil, que, para ambos, aliás, são relações naturais¹⁰². Só então, acreditavam, seria viável a tão almejada troca justa de mercadorias e a democratização do crédito.

Fundamentada no **trabalho concreto e específico** (ex.: o trabalho do padeiro), a teoria do dinheiro-trabalho de Proudhon supunha que a produção no capitalismo estaria orientada para a utilidade dos produtos (valor de uso), e não para o valor de troca, isto é, a capacidade da mercadoria de gerar lucro, independente da sua utilidade.

Embora o dinheiro-trabalho vise estabelecer uma equivalência direta entre os

⁹⁹ Ibidem, p. 78.

¹⁰⁰ Ibidem, pp. 85-87. Os parágrafos seguintes foram redigidos, sequencialmente, com base nas páginas referenciadas.

¹⁰¹ Ainda que não tenhamos identificado a origem conceitual direta da expressão "trabalho-trabalho" na crítica a Alfred Darimon, a referida designação mostra-se compatível com a lógica proudhoniana do dinheiro-trabalho, embasada na troca mercantil direta em horas trabalhadas, sem intermediação do capital.

¹⁰² No referenciado [Artigo Expositivo II – Introdução à crítica da economia política](#), discutimos que os economistas clássicos, assim como os proudhonistas, tratavam como "naturais" certos fenômenos que, para Marx, são formas sociais historicamente determinadas. No entendimento do filósofo alemão-prussiano, a naturalização das relações sociais capitalistas constitui uma ilusão: não há nada de natural na forma do valor, no dinheiro e na relação capital-trabalho. Elas são específicas do capitalismo. Na crítica marxiana, o próprio capital existe enquanto relação de exploração do trabalho, mediada por formas sociais como o dinheiro, as mercadorias e a propriedade privada dos meios de produção. Assim, a pretendida igualdade e proporcionalidade "naturais" entre capital e trabalho nunca existiu nem poderia existir. Para o proudhonismo haveria uma essência natural do trabalho e da troca justa, como se fosse possível depurar o capitalismo e estabelecer um intercâmbio puro baseado na equivalência trabalho-trabalho.

tempos de trabalho, veremos que esse dinheiro não superaria a lógica da exploração.

Uma das condições básicas do modo de produção capitalista é que o capital se caracteriza pela **apropriação do trabalho alheio**. O modelo proudhoniano, mesmo com a troca proporcional trabalho por trabalho, manteria esse mecanismo. Muito embora, os proudhonistas terem em mente que o dinheiro-trabalho não abriria espaço para a revenda da mercadoria com margem de ganho (lucro comercial), Marx demonstra que o trabalhador continuaria produzindo mais valor do que aquele que recebe.¹⁰³

Depois de distinguir trabalho de força de trabalho, podemos avançar para o um ponto crucial tanto para compreender a crítica marxiana à teoria do dinheiro-trabalho de Proudhon, quanto a própria crítica, em geral, à economia política capitalista: a noção de **trabalho social abstrato**. Neste momento, faremos apenas uma antecipação do que trataremos com mais profundidade na sequência dos *Grundrisse*. Marx constata que a força de trabalho, sendo uma mercadoria, tem um valor determinado: o **tempo de trabalho médio abstrato socialmente necessário**, sob condições normais de produção impostas pelo mercado.¹⁰⁴ É trabalho abstrato porque, sendo "tempo de trabalho", diferentemente do tempo de trabalho concreto e específico, refere-se ao tempo de trabalho humano em geral, indiferenciado, despojado de suas formas úteis e particulares (como o trabalho do padeiro, do mecânico etc.). É também trabalho socialmente necessário, pois, sendo "necessário", diz respeito à sociedade como um todo, tanto é que só se valida na troca, isto é, quando reconhecido pelo mercado, enquanto o trabalho concreto é, desde a origem, individualmente dado, executado e mensurado. É trabalho distinto daquele que se materializou em momento passado, porque se refere ao trabalho "num determinado momento", sendo "trabalho vivo atual" ou presente.¹⁰⁵ Enfim, é trabalho humano médio abstrato socialmente necessário porque corresponde ao **tempo médio de trabalho** exigido para produzir mercadorias **sob condições normais de produção** impostas pelo mercado,¹⁰⁶ considerando o nível médio de qualificação e produtividade da força de trabalho, a forma usual de organização do trabalho, as condições padrão de logística (infraestrutura, transporte e de fornecimento de insumos), entre outras, e sob a **tecnologia vigente**. Isso difere completamente do tempo de trabalho real gasto individualmente, em qualquer condição e com qualquer técnica, defendido por Alfred Darimon.

Numa síntese, a força de trabalho (mercadoria empregada no processo de produção) realiza trabalho (atividade produtiva). No capitalismo, esse trabalho é integrado como trabalho abstrato socialmente necessário, gerador de valor. Logo, a força de trabalho, enquanto conjunto de aptidões, é a potencialidade de produzir trabalho abstrato, que se efetiva quando essas aptidões são consumidas sob a lógica de valorização do valor (capital).

Em segundo lugar, evidenciam-se as tensões, em forma de fluxo, do processo de valorização do valor enquanto capital: a **mercadoria** se transforma em

103 MARX, Karl Heinrich. Op. cit., pp. 180-181; p. 206.

104 Ibidem, p. 87.

105 Ibidem, p. 86, 118 e 119, 151, 230, 487 e 512.

106 Ibidem, p. 87.

valor que,¹⁰⁷ por meio do **preço**, se manifesta no **dinheiro**,¹⁰⁸ o qual é convertido em **capital** e que,¹⁰⁹ por sua vez, só se expande mediante a **exploração da força de trabalho**, momento em que é gerado valor a mais, ou seja, **mais-valor** (ou **mais-valia**).¹¹⁰ Esse fluxo constitui o núcleo dinâmico e paradoxal do capitalismo e, conseqüentemente, da crítica a esse modo de produção e à sociedade que dele deriva, a sociedade burguesa.¹¹¹

Como se coloca o "mito" do dinheiro-trabalho no contexto da vida capitalista como ela é, na visão de Marx?

Pressupondo um equilíbrio nas trocas, isto é, a troca de trabalho por trabalho em proporções idênticas, o dinheiro-trabalho não elimina a base real do capitalismo, que está assentada nas relações de produção estruturadas no binômio capital-trabalho. Em outras palavras, o dinheiro proudhoniano não nega a desigualdade entre quem detém os meios de produção e quem possui somente a força de trabalho para vender em troca dos meios de subsistência adquiridos através do salário.

Os proudhonistas ignoram que, no capitalismo, a força de trabalho, a capacidade humana de trabalhar, aparece como mercadoria. Isso envolve reconhecer a **separação entre trabalho e meios de produção**, e o fato de que o trabalhador só pode sobreviver se vendendo sua aptidão de trabalhar aos proprietários dos fatores de produção. Essa condição estrutural não é superada pelo dinheiro-trabalho.

As preocupações do deputado proudhonista francês concentravam-se na ideia de que o trabalhador deveria receber exatamente o equivalente ao que produzisse: uma hora de trabalho = uma hora de trabalho representada na mercadoria a ser adquirida. O dinheiro-trabalho buscava materializar esse princípio. Assim, a nova forma de dinheiro permitiria, em tese, que as trocas fossem proporcionais ao tempo de trabalho efetivo e, portanto, naturalmente justas.

Marx retruca: mesmo nesse modelo, o trabalho **não é pago exatamente pelo seu equivalente integral em produto**, ou seja, pelo o valor total daquilo que o próprio trabalhador gerou. Essa diferença, ou melhor, a geração de mais-valor (mais-valia), permanece, pois uma parte do valor do produto final não retorna ao trabalhador.¹¹²

De acordo com a proposição de Joseph Proudhon, em uma jornada diária de, por exemplo, 8 horas, o trabalhador pode precisar apenas de 4 horas para gerar produtos/serviços equivalentes ao seu salário (tempo de trabalho necessário). Ele recebe, então, 4 vales-trabalho. As 4 horas restantes correspondem a trabalho excedente, que é apropriado pelo capitalista. Essa diferença, como dito, é a base da exploração capitalista e a chave para por que a proposta proudhonista de trocar trabalho por trabalho não elimina a lógica do capital.¹¹³

107 Ibidem, p. 94.

108 Ibidem, p. 87.

109 Ibidem, p. 193-195,

110 Ibidem, pp. 206-210; pp. 251-256.

111 Ibidem, p. 334.

112 MARX, Karl Heinrich. Op. cit., p. 89.

113 Idem, p. 321.

Como a tese proudhoniana não suprime a propriedade privada dos meios de produção, nem a condição da força de trabalho como mercadoria comprada pelos capitalistas, ela tampouco elimina o trabalho assalariado e, muito menos, o controle do capital sobre os meios de produção e sobre a produção. A régua "trabalho-trabalho" usada para medir o salário (1 hora de trabalho = 1 vale-trabalho) pode até parecer justa, mas não extingue a exploração.

Sem rodeios, Marx escreve:

"Nenhuma forma do trabalho assalariado, embora uma possa superar os abusos da outra, pode superar os abusos do próprio trabalho assalariado. Uma alavanca pode superar a resistência da matéria inerte melhor do que outra. Todas elas se baseiam no fato de que a resistência subsiste".¹¹⁴

O problema, portanto, não está na régua de medida do valor, mas em quem controla e como se organiza a produção. Na perspectiva marxiana, o proudhonismo mantém intacta a estrutura produtiva baseada no capital. A relação capital-trabalho — origem da exploração capitalista — não é superada.

Dos *Grundrisse* destacamos duas passagens que esclarecem bem o exposto. De forma geral, Marx anotou: "Por isso, deixar subsistir o trabalho assalariado e ao mesmo tempo abolir o capital é uma pretensão que contradiz e cancela a si mesma".

Da proposta de juro zero — a ser tratada no próximo bloco, mas aplicável aqui —, o teórico alemão completa, referindo-se a Proudhon: "O bravo moço não compreende que tudo depende do fato de que é trocado valor por trabalho, de acordo com a lei dos valores; que ele, portanto, para abolir o juro, teria de abolir o próprio *capital*, o modo de produção baseado no valor de troca, logo, inclusive o trabalho assalariado".¹¹⁵

O proudhonismo não reconhece que o bônus-hora nada mais é que uma forma de salário e que este, por sua vez, resulta da **apropriação do trabalho alheio**. Marx insiste que uma das condições essenciais do modo de produção capitalista é a apropriação do trabalho excedente, e não a simples troca de equivalentes.¹¹⁶

Por que a exploração persiste no modelo proudhoniano defendido por Alfred Darimon? Porque a propriedade privada dos meios de produção permanece incólume. Porque o capitalista continua determinando a duração da jornada e a forma de organização do processo de trabalho, de acordo com seus interesses. Porque o trabalhador recebe, pela venda de sua força de trabalho, apenas parte do que efetivamente produz. Porque o trabalhador continua gerando mais-trabalho não pago, base do mais-valor (ou mais-valia), ainda que disfarçado sob a forma de pagamento por hora.

É justamente no enfrentamento dessas questões que aparece um dos aspectos cruciais da crítica marxiana: ao manter a forma assalariada do trabalho e, com ela, a propriedade privada dos meios de produção — a separação entre capital e trabalho —, os proudhonistas acabam por preservar os fundamentos do modo de produção capitalista,

¹¹⁴ Ibidem, p. 75.

¹¹⁵ Ibidem, p. 242 e 719.

¹¹⁶ A redação desse parágrafo e do seguinte também se baseia nos *Grundrisse* (Ibidem, p. 587-589).

especialmente o mecanismo de produção de mais-valor, núcleo da exploração do trabalho.

O proudhonismo não eliminaria as relações sociais que sustentam a dominação do capital: a subordinação do trabalho ao capital e a produção orientada para a valorização do valor, e não para a satisfação das necessidades humanas. Mantida a propriedade privada dos meios de produção, haverá sempre trabalho assalariado; havendo trabalho assalariado, haverá extração de mais-valor; existindo mais-valor, haverá capital; e, assim, a produção se mantém capitalista.

Essa é a "questão fundamental" arguida por Marx: sem alterar as relações de produção e distribuição próprias do capitalismo, cuja essência, como já sabemos, é a lógica de valorização do valor, qualquer proposta de solução para suas crises cíclicas se revela uma ficção. Toda iniciativa restrita à esfera da circulação (a exemplo da simples mudança na forma do dinheiro) atua no interior do próprio modo de produção que se pretende reformar, sem afetar sua estrutura e funcionamento.

Alfred Darimon sustentava que o dinheiro-trabalho poderia assumir plenamente as funções do dinheiro historicamente existente: **medida de valor** (expressão ou medida comum do valor das mercadorias — equivalente geral); **meio de circulação** (instrumento de realização das trocas); **meio de pagamento** (instrumento para a liquidação de créditos contraídos); e **reserva de valor** (capacidade de ser retido e acumulado). A novidade, dizia ele, estaria no efeito social: seria um dinheiro justo, sem exploração, já que corresponderia diretamente ao tempo de trabalho realizado. Assim, cada trabalhador receberia um vale equivalente ao que produziu; não haveria desigualdade entre patrões e empregados, nem apropriação do trabalho alheio. O dinheiro deixaria de ser mercadoria com valor próprio, passando a ser apenas instrumento de troca, em um cenário de igualdade nas condições de produção e de democratização do consumo, no qual todos teriam acesso aos bens que necessitam, evitando tanto a concentração de mercadorias quanto a venda sem compra (acumulação de dinheiro).¹¹⁷

A segunda contradição, de alta relevância na construção teórica marxiana, o **fetichismo do dinheiro**, por sua vez, consiste no fato de que, ao se autonomizar da mercadoria, de cujo valor é expressão, o dinheiro se põe como valor em si, **ocultando as relações sociais de exploração** que lhe dão origem no processo de produção. Assim, a circulação aparenta ser autossuficiente, como se fosse um simples conjunto de relações entre coisas (mercadoria-mercadoria), dando a impressão de o dinheiro cria valor. Na realidade, porém, são as relações sociais de exploração do trabalho que produzem valor. O dinheiro é apenas a forma de manifestação da exploração.¹¹⁸

Já a **concentração de riqueza**, com o dinheiro funcionando como meio de acumulação, reduz a capacidade de consumo e agrava a superprodução relativa. Isso gera crises de realização do valor da mercadoria e provoca estagnação econômica. Vejamos a observação de Marx: "se desejo retê-lo, então ele evapora da mão em um mero fantasma da riqueza efetiva", pois o dinheiro acumulado "perde seu valor à medida mesmo que seja

¹¹⁷ Ibidem, p. 146.

¹¹⁸ Ibidem, p. 99 e 105.

acumulado. O que se manifesta como sua multiplicação é, de fato, sua diminuição". Assim, o próprio dinheiro só preserva sua condição de riqueza quando "o seu ingresso na circulação [é] um momento de seu manter-se-em-si-mesmo, e seu manter-se-em-si-mesmo [é] um ingresso na circulação". Em outros termos, a retenção monetária, longe de ser neutra, intensifica as contradições da produção capitalista.¹¹⁹

Por fim, o tão falado **antagonismo entre capital e trabalho** refere-se diretamente à condição do **dinheiro como capital**. Convertido em meios de produção e em força de trabalho, o capital **só se valoriza explorando o trabalho vivo**, cuja exploração permite a **extração de mais-valor** (ou **mais-valia**). A busca crescente e permanente do dinheiro, enquanto capital, por valorização, pressiona continuamente a produção para além do que pode ser absorvido pelo mercado. Esse limite não é natural, mas social: resulta do próprio modo de produção capitalista, que restringe o consumo à capacidade de compra e subordina toda a produção à rentabilidade do capital.¹²⁰

Na sequência dos *Grundrisse*, tanto no "Capítulo do dinheiro", ora em comento, quanto no "Capítulo do capital", aprofundaremos a análise dessas contradições incontornáveis e evidentes da lógica do capital, acompanhadas de outras mais que Karl Marx também examina nesses manuscritos¹²¹.

Dado que cada mercadoria possui um valor de uso (utilidade) distinto e que a troca direta (escambo) é inviável em larga escala, além de ser incompatível com a lógica do capital, torna-se necessária uma mercadoria especial que atue como um instrumento de troca e se preste como medida comum de valor para todas as demais. Logo, uma terceira mercadoria que, mesmo assumindo diferentes formas (ouro, prata, papel, moeda digital etc.), mantém sua função econômica essencial: expressar o valor das mercadorias e viabilizar sua circulação — o dinheiro.

Em uma sociedade em que tudo é produzido para a troca com o objetivo de lucro, as mercadorias precisam ter seu **valor de troca expresso em preços**: "O valor de troca posto na determinabilidade do dinheiro é o preço", escreve Marx. No entanto, isso só é possível se houver um padrão único de valor reconhecido por todos.¹²²

Qualquer forma de dinheiro carrega em si todos os fundamentos contraditórios dessa sociedade baseada no valor de troca e não no valor de uso. O dinheiro capitalista é expressão das contradições profundas do capital, e não mero instrumento técnico facilitador das trocas. Como forma desenvolvida de manifestação do valor, constitui uma pré-condição para a existência do capital.¹²³

119 Ibidem, p. 176-178. Nesse trecho, os *Grundrisse* abordam a forma *dinheiro como tesouro*, a acumulação de dinheiro não transformado em capital. Ali, Marx está simplesmente descrevendo a contradição intrínseca do dinheiro quando retido como riqueza, assinalando que, para preservar o valor efetivo que expressa, o dinheiro precisa entrar em circulação, de modo que o processo de realização do valor (a venda) não seja interrompido. Nesse estágio, o autor alemão-prussiano ainda não trata do *dinheiro portador de juros* nem do dinheiro como *capital fictício*, modalidades em que o dinheiro parece valorizar-se autonomamente, fora do processo produtivo.

120 Ibidem, p. 239-242 e 254-256.

121 Crises periódicas de superprodução relativa; capital fictício e financeiro; limites tecnológicos e naturais; tensão entre valorização do capital e reprodução social.

122 Idem, p. 78 e 136.

123 Esse parágrafo e o seguinte foram redigidos com base nos *Grundrisse* (Ibidem, p. 78).

O crítico do proudhonismo expressa-se com a ironia de sempre:

"Darimon passa por cima dessa questão com entusiasmo. Suprime o dinheiro e não suprime o dinheiro! Suprime o privilégio que o ouro e a prata detêm em virtude de sua exclusividade como dinheiro, mas faz de todas as mercadorias dinheiro, i.e., confere a todas, em conjunto, uma propriedade que, separada da exclusividade, não existe mais".

Contra os proudhonianos, que tomavam o tempo de trabalho individual como medida de valor das mercadorias, Karl Marx dá um passo estratégico. O capitalismo de fato, exige um instrumento de troca que exprima o elemento comum a todas as mercadorias, mas essa substância não é o trabalho concreto particular do padeiro, do sapateiro, do mecânico etc. Se assim fosse, seria impossível extrair uma medida homogênea que igualasse atividades tão distintas.

Vimos anteriormente que, em Marx, o trabalho é apenas a atividade exercida pela força de trabalho e, no seu arcabouço teórico, é essa capacidade, reduzida à sua forma abstrata, que constitui o que foi denominado de a **substância do valor: o tempo médio de trabalho necessário em determinado estágio histórico**, o fator comum e determinante do valor de todas as mercadorias.¹²⁴

Em contraposição à tese proudhonista do tempo de trabalho concreto como medida do valor das mercadorias, neste instante inicial dos *Grundrisse*, o autor dá os primeiros passos rumo à sua teoria do valor. Ali, apenas é antecipada a noção de que, no capitalismo, o dinheiro representa uma forma de mediação universal, um equivalente geral de troca socialmente aceito, que expressa o valor das mercadorias em termos de trabalho social abstrato. Mesmo sem utilizar a expressão “substância do valor” na crítica a Darimon, Marx já a põe implicitamente, fazendo uso dela nas etapas seguintes dos manuscritos, quando desenvolve um pouco mais o conceito, cujos elementos o levariam à formulação madura em *O capital* da **teoria do valor**. Nesse caminho, o teórico alemão-prussiano também se contrapõe a outras concepções de mensuração do valor associadas a distintas escolas econômicas e autores¹²⁵.

Sabemos como os proudhonianos pretendiam alcançar o objetivo de "destronar" o dinheiro metálico transformando todas as mercadorias em equivalentes gerais de troca, calculados em horas de trabalho concreto, os chamados "bônus-hora" ou "vales/cheques-trabalho", ou ainda "bônus-horário".¹²⁶ Também estamos ciente da oposição de Marx a esse intento, mas ainda não explicitamos seus argumentos técnicos.

Às vezes é esclarecedor começar pelo óbvio, e assim o teórico alemão procede. Se o deputado proudhonista deseja atribuir a todas as mercadorias, em termos de

¹²⁴ Ibidem, p. 85.

¹²⁵ Além da teoria do dinheiro-trabalho, são consideradas, entre as principais teorias de mensuração do valor criticadas por Marx: a teoria do valor baseada na utilidade (valor de uso), defendida por [Jean-Baptiste Say](#) (1767-1832), [Claude-Frédéric Bastiat](#) (1801-1850) e outros; as teorias do valor-trabalho formuladas por [Adam Smith](#) (1723-1790) e [David Ricardo](#) (1772-1823); e as teorias monetárias que concebem o valor como expressão direta do preço em dinheiro das mercadorias, apregoadas por [James Mill](#) (1773-1836), [Thomas Tooke](#) (1774-1858) etc. Contudo, é necessário observar e registrar que, na formulação da sua teoria do valor, Karl Marx parte da teoria do valor-trabalho de Adam Smith e também da teoria de David Ricardo, embora as reformule radicalmente. Mas esse tema importantíssimo fica para bem mais à frente, em momento próprio.

¹²⁶ Esse e os parágrafos seguintes foram redigidos com base nos *Grundrisse* (Op. cit., p. 85 e 86).

tempo de trabalho concreto, a função de meio de troca ou de equivalente geral de troca — a função de dinheiro —, entre elas incluem-se o ouro e a prata.

Antes de tudo, é preciso relembrar o requisito principal do dinheiro: a **convertibilidade**, ou seja, a capacidade de ser trocado por outras mercadorias em quantidades equivalentes. Ocorre que, para Marx, essa convertibilidade é sempre relativa: o mesmo *quantum* de dinheiro pode equivaler a mais ou menos mercadorias, dependendo das condições de produção e de mercado. Ou seja, o poder de compra do dinheiro pode sofrer variações. Nesse sentido, existem três possibilidades: estabilidade, apreciação ou depreciação — nessa ordem: x de dinheiro $\rightarrow x$ de mercadoria; x de dinheiro $\rightarrow 1/x$; ou $2x$ de $\rightarrow$ mercadoria. Isso implica a impossibilidade de sempre se converter a mesma quantidade de dinheiro em igual quantidade de mercadoria (inconvertibilidade). Surge aí uma contradição da tese de Proudhon de igualdade nas trocas.

O dinheiro-trabalho pressupõe que a relação entre o valor do dinheiro e a mercadoria a ser adquirida deve ser sempre fixa, igual e convertível (1 vale-trabalho = 1 hora de trabalho despendido na produção da mercadoria). Essa rigidez ignora as variações reais do processo produtivo e do mercado que afetam a capacidade de compra do dinheiro: oferta e demanda, disponibilidade de insumos e matérias-primas, níveis de produtividade, crises, guerras, especulação, sazonalidades, intempéries climáticas etc. Por isso, para Karl Marx, uma medida de valor baseada no tempo de trabalho concreto, isto é, o trabalho já incorporado na mercadoria (trabalho passado ou trabalho morto) não garante a convertibilidade necessária à circulação de mercadorias.

Para ilustrar, Marx trabalha com o exemplo do ouro como mercadoria-dinheiro, à luz da medida do valor defendida por Darimon:¹²⁷

Hipótese 1

a) Situação inicial

- 1 libra de ouro = 20 horas de trabalho
 - 1 kg de feijão = 2 horas de trabalho
- => 1 libra de ouro compra 10 kg de feijão.

b) Situação após o aumento da produtividade na extração da libra de ouro, mantendo-se inalterada a produtividade na produção de feijão:

- 1 libra de ouro = 10 horas de tempo de trabalho
 - 1 kg de feijão = 2 horas de tempo de trabalho
- => 1 libra de ouro compra agora apenas 5 kg de feijão.

Repare que em ambas as situações, o ouro continua sendo igual a si mesmo: 1 libra de ouro = 1 libra de ouro, mas o tempo de trabalho cristalizado nele (o tempo de

¹²⁷ Dissemos anteriormente que, nesse estágio dos *Grundrisse*, o autor apenas apresenta o contraponto à proposição proudhoniana, sem ainda fornecer subsídios para sua caracterização e explicitação, principalmente com exemplos. Daí a razão de não incluirmos ilustrações de como funciona a noção do tempo de trabalho abstrato socialmente necessário como medida do valor. Neste artigo sobre os *Grundrisse*, estamos, na medida do possível, observando a sequência dos manuscritos, sem antecipar questões complexas, tal qual essa, que serão abordadas por Marx em momento adequado, segundo seu método investigativo.

trabalho para extrai-lo), que era de 20 horas, passou para 10 horas de trabalho vivo necessário para produzi-lo hoje. Logo, seu valor real, ou poder de compra, oscila conforme a produtividade, por exemplo. A realidade contraria frontalmente a tese de Joseph Proudhon de que a libra de ouro deveria ser convertida em um valor fixo de x horas de tempo de trabalho. Embora a libra de ouro tenha se "valorizado" (b) em relação ao seu título anterior (a), levando em conta, conforme a hipótese acima, que o tempo de trabalho em horas para produzir 1 kg de feijão permaneceu inalterado, de duas uma: ou cada libra de ouro comprará uma quantidade menor de feijão, ou serão necessárias duas libras para adquirir a mesma quantidade da situação "a)". Neste caso, há, portanto, uma depreciação do título libra de ouro em termos de x horas de trabalho, quando comparado à mercadoria feijão.¹²⁸

Marx alerta: o dinheiro-trabalho, representado pelo "título plebeu: de x horas de trabalho, estaria sujeito a flutuações maiores do que qualquer outro dinheiro e, particularmente, maiores do que o dinheiro de ouro atual; porque o ouro não pode aumentar ou diminuir em relação ao ouro (é igual a si mesmo), mas o tempo de trabalho passado contido em um determinado *quantum* de ouro tem de aumentar ou diminuir continuamente em relação ao trabalho vivo atual".

Portanto, para manter fixa a relação "1 libra de ouro = x horas de trabalho", seria preciso congelar a produtividade: "a produtividade da hora de trabalho [para extrair e fundir o metal] deveria ser mantida estacionária", diz o filósofo. Isso contradiz a própria dinâmica histórica da produção capitalista — a lógica do capital — que tende a reduzir constantemente os custos de produção e tornar o trabalho vivo cada vez mais produtivo: "o tempo de trabalho objetivado nos produtos se deprecia constantemente", exigindo uma quantidade crescente de "títulos plebeus" para adquiri-los na quantidade anterior ou diminuir a quantidade de produtos a ser comprados. Assim sendo, conclui Marx: "o destino inevitável desse dinheiro-trabalho áureo seria [também] a constante depreciação".

Logo, de acordo com o "Capítulo do dinheiro", ao contrário do que almejavam os proudhonianos — eliminar a depreciação do poder de compra da população com a introdução do dinheiro-trabalho —, o próprio ouro tomado como vale-trabalho sofreria o mesmo efeito que pretendiam evitar. O resultado seria sempre a desvalorização.

Na tentativa de controlar a depreciação do título-ouro em termos de horas de trabalho frente a outras mercadorias, os proudhonistas poderiam dizer, segundo Marx, "que não seria o ouro que deveria receber o título de horas de trabalho, mas" — como já haviam proposto outros antes deles — "[...] o dinheiro de papel, um simples signo de valor, deveria receber tal título". Ou seja, o objetivo dos socialistas proudhonianos franceses não era vincular o ouro ao tempo de trabalho, mas abolir o ouro enquanto forma

128 O mesmo raciocínio se aplica caso haja alteração na produtividade da produção de feijão. Se essa produtividade aumentar proporcionalmente menos que a da libra de ouro, esta se apreciará em relação ao feijão (podendo-se adquirir maior quantidade desse produto); se aumentar na mesma proporção, a relação de troca permanecerá estável; se aumentar proporcionalmente mais, a libra de ouro se depreciará, e a mesma quantidade de feijão será adquirida. Por outro lado, se houver diminuição na produtividade da produção de feijão, a libra de ouro se apreciará ainda mais, e se essa queda de produtividade for acompanhada de uma redução proporcionalmente maior na produção de ouro, haverá depreciação (menos quantidade de feijão será adquirida).

monetária, substituindo-o por um dinheiro de papel que representasse diretamente uma medida de tempo de trabalho. Nesse sistema, o valor do dinheiro seria determinado e fixado a priori: um vale-trabalho equivaleria a uma hora de trabalho, por exemplo.

Como o custo de produção do dinheiro de papel (o tempo de trabalho nele objetivado) seria muito inferior ao custo de produção, em termos de tempo de trabalho, do ouro e da prata, um aumento da produtividade do trabalho na produção da mercadoria que se deseja adquirir refletiria diretamente no valor do bônus-trabalho¹²⁹. Isso, no entendimento de Darimon, seria benéfico ao trabalhador, que passaria a usufruir automaticamente do progresso técnico e, conseqüentemente, do aumento de sua produtividade. Supostamente, esses socialistas assim bradariam, ironiza Marx: "E é justamente isso que queremos; o trabalhador ficaria mais feliz com a crescente produtividade de seu trabalho, em lugar de criar, como atualmente, riqueza alheia e a própria desvalorização na proporção daquele aumento de produtividade".

Lancemos mão novamente da mercadoria feijão para ilustrar o que supostamente retrucariam Proudhon e seus seguidores, entre eles Darimon:

Hipótese 2

a) Situação inicial:

- 1 vale-trabalho de papel = 1 hora de trabalho
- 1 kg de feijão = 2 horas de trabalho

=> O trabalhador produtor de feijão recebe 2 vales-trabalho e compra uma camisa que também custa 2 horas de trabalho.

b) Situação com aumento na produtividade da produção de feijão:

- 1 vale-trabalho de papel = 1 hora de trabalho
- 2 kg de feijão = 2 horas de trabalho → 1 kg feijão agora custa apenas 1 vale-trabalho

=> O trabalhador produtor de feijão ainda recebe 2 vales-trabalho, com os quais compra a mesma quantidade de camisa de antes.

Ao contrário do que festejariam os proudhonistas, na prática, o trabalhador produtor de feijão recebe exatamente o equivalente ao que produziu anteriormente. Mesmo com a produtividade da produção de feijão aumentando, o trabalhador não adquire mais poder de compra em relação à camisa em termos reais. O valor do dinheiro-trabalho, embora fixado numericamente (1 vale = 1 hora), não reflete a dinâmica concreta da produção, e a desigualdade entre trabalho realizado e valor real persiste.

Apesar do quilo de feijão ter ficado mais barato, caiu de 2 vales-trabalho para 1 vale-trabalho, o trabalhador da produção de feijão não recebe mais por isso: nas mesmas duas horas da situação "a)" produziu 2 kg de feijão, recebeu dois vales-trabalho, adquiriu a mesma quantidade de camisa que antes. Na prática, parafraseando a frase irônica do teórico alemão, já reproduzida, o trabalhador, com a crescente produtividade de seu

¹²⁹ O custo de produção do papel é tão baixo que a função de valor de troca em termos de trabalho social abstrato diz respeito ao custo de produção não do material monetário papel, mas da mercadoria cuja produção gerou o título dinheiro-trabalho, pois cada mercadoria produzida carrega agora a função de dinheiro.

trabalho, em lugar de criar riqueza para si continua criando "riqueza alheia" (no caso, a riqueza do proprietário da lavoura de feijão), desvalorizando a si próprio.¹³⁰

Há mais. Ainda que se admita, como suposição, a adoção do bônus-hora ou vale-trabalho, surgiriam novos problemas. "Em primeiro lugar", pondera o autor dos *Grundrisse*, "se desde logo supomos o dinheiro, mesmo que seja de bônus-horário, devemos pressupor igualmente a acumulação desse dinheiro e os contratos, obrigações, encargos fixos etc. que seriam contraídos sob a forma de tal dinheiro".

Os bônus acumulados, tanto quanto os recém emitidos, tenderiam à valorização constante devido à tendência do aumento da produtividade. A exploração do trabalho vivo pelo trabalho acumulado permaneceria nas mãos dos "não trabalhadores" detentores desses bônus-trabalho. Na realidade, seriam esses os ocupantes do papel que os capitalistas já exerciam no sistema monetário vigente.

Além disso, prossegue Marx, os encargos e contratos firmados no sistema proudhoniano se tornariam cada vez mais pesados, já que a produtividade crescente faria os bônus-hora se valorizar progressivamente. Sob nova roupagem, renasceria a lógica dos juros e do crédito que os proudhonistas pretendiam abolir.¹³¹

Nesse tom, sintetiza Roman Rosdolsky: "Assim, a exploração do trabalho vivo pelos detentores de trabalho acumulado [ou dos bônus-hora acumulados], os juros, as crises — em suma, todos os males que os proudhonianos pretendem eliminar com sua reforma monetária — ressurgiriam sob nova forma". E conclui: "[...] diante da **lei da produtividade crescente do trabalho** [...], o dinheiro substituto, imaginado por Proudhon como panaceia social, fracassaria [...]". Revelar-se-ia, portanto, não uma solução, mas "uma evidente utopia", um paradoxo.¹³²

Explicitada o que nominamos de primeira falha técnica de Alfred Darimon relacionada com o dinheiro-trabalho — atribuir a todas as mercadorias a condição e a função de dinheiro, a fim de resolver as injustiças e os desequilíbrios do capitalismo —, passemos à segunda falha teórica também indicada por Marx, de extrema importância para a composição, inicialmente, de sua teoria do dinheiro, e do que viria ser a teoria marxiana do valor: a **confusão entre valor e preço**.

Antes de avançarmos na crítica de Marx à identidade que Darimon atribui entre valor e preço, convém antecipar, ainda que brevemente, a definição de **mercadoria** nos *Grundrisse*: objeto produzido para a troca, que possui **valor de uso** (utilidade concreta, "relação do indivíduo com a natureza"), **valor** (tempo de trabalho social abstrato, substância comum a todas as mercadorias, expressão da "relação social" de produção) e **valor de troca** (operador quantitativo da troca, proporção quantitativa em que esse valor se manifesta, viabilizando o intercâmbio).¹³³

130 MARX, Karl Heinrich. Op. cit., p. 87.

131 Idem, p. 86.

132 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., 99.

133 MARX, Karl Heinrich. Op. cit. p. 90-91 e 123. No Livro I de *O capital*, Marx define mercadoria como sendo "antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas".

Embora a noção de mercadoria surja, nesses manuscritos, a partir da determinação do dinheiro, entendido pelo teórico de Trier como mercadoria específica, sua formulação nada difere, em essência, da desenvolvida no Livro I de *O capital*. Convém recordar que os manuscritos de 1857/1858 são registros preliminares da crítica da economia política capitalista, nos quais aparece pela primeira vez a teoria de Marx sobre o dinheiro. Voltaremos a este ponto no Folheto nº 04, quando trataremos da origem e da essência do dinheiro.

No que se refere à "confusão" proudhoniana entre valor e preço, Karl Marx compreende que o dinheiro é, de fato, uma mercadoria, porém dotada também de propriedades singulares que a diferenciam das demais, quais sejam: "instrumento de troca específico" e "equivalente particular para todos os valores". O fato de reunir em si todos os atributos de uma mercadoria reflete sua contradição fundamental: a propriedade de ser "equivalente particular e ainda assim universal", o que significa dizer que o dinheiro não deriva da materialidade do seu suporte, mas da função que desempenha como forma social do valor (equivalente universal das trocas)¹³⁴. Por isso carrega consigo todos os inconvenientes do capitalismo, que os proudhonistas julgavam próprios do dinheiro metálico.¹³⁵

Dito isso, o autor dos *Grundrisse* distingue claramente valor e preço: "O valor (o valor de troca real) de todas as mercadorias (incluído o trabalho) é determinado pelo seu custo de produção, em outras palavras, pelo tempo de trabalho requerido para sua produção". E prossegue: "O seu *preço* é esse seu [sic] valor de troca [real] expresso em dinheiro". Aqui, Marx forja sua lei do valor: enquanto o valor é a quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário para produzir mercadorias, é através do **preço**, que ele também denomina de "**valor de mercado**", que o valor se manifesta no **dinheiro**. Porém, o preço é a forma contraditória do valor, pois o **preço resulta do valor mas não coincide necessariamente com ele**: valor → dinheiro → preço.¹³⁶

Explicando a identificação entre valor e preço defendida por Darimon, Karl Marx assinala sua crença de que valor e preço diferem apenas nominalmente, pois ambos seriam expressões de uma mesma essência, o valor. O dinheiro-trabalho — certificados equivalentes a horas de trabalho concreto — faria coincidir valor real e

de um tipo qualquer". Mas ele não para por aí. O teórico de Trier, destrinchando o conceito, dispõe que mercadoria é todo o produto do trabalho humano *destinado à troca*, dotado de *valor de uso* (utilidade), *valor* (forma social cuja substância é o trabalho humano abstrato, medida pelo tempo de trabalho socialmente necessário) e *valor de troca* (forma de manifestação do valor, expressa na proporção quantitativa em que valores de mercadorias se trocam entre si). Marx amplia, assim, o conceito formulado pelos economistas clássicos (Adam Smith, David Ricardo e outros), que reconheciam a mercadoria em uma dimensão dúplex — valor de uso e valor de troca (in MARX, Karl Heinrich. **O capital: crítica da economia política. Livro I – O processo de produção do capital**. São Paulo-SP: Boitempo Editorial, 2ª. ed., 2017, p. 113-119, 125 e 123).

134 Sob qualquer forma, o dinheiro é, ao mesmo tempo, um **equivalente particular** — porque é uma mercadoria específica, com valor de uso próprio (ouro, prata, papel etc.) — e um **equivalente geral**, porque representa o valor de todas as mercadorias em termos de **tempo de trabalho social abstrato**, manifestado numa dada **quantidade**. Na condição de equivalente particular, manifesta seu **valor de uso**; na situação de equivalente geral, exprime o **valor** das demais mercadorias; e, como forma quantitativa do valor — o *quantum* — é **valor de troca**, um operador quantitativo que mede a magnitude do valor das mercadorias, ou seja, do trabalho social objetivado nelas, antes de se converter em preço.

135 Idem, p. 78.

136 Esse e os parágrafos seguintes dizem respeito aos *Grundrisse* (in MARX, Karl Heinrich. Op. cit., p. 87).

valor nominal: 1 vale-trabalho (valor de face ou nominal do dinheiro-trabalho, que para os proudhonistas é ao mesmo tempo preço) representa 1 hora de trabalho objetivado na mercadoria que se quer adquirir (valor real ou poder de compra do dinheiro, ou, ainda, "valor de mercado").

Marx rebate: "Igualação de *valor real e valor nominal, de valor e preço*. Mas isso só seria alcançado sob o pressuposto de que *valor e preço* são diferentes apenas *nominalmente*. Mas de maneira alguma é esse o caso" (grifo do autor). O **valor**, ou **valor real de troca** (doravante, neste Artigo III, também chamado de "**valor econômico**") de todas as mercadorias é determinado por seu **custo de produção**, qual seja, pelo **tempo médio de trabalho socialmente necessário**: "O valor das mercadorias determinado pelo tempo de trabalho [social] é somente seu *valor médio*" (grifo do autor).

Trata-se de uma média que representa uma "abstração externa", calculada por um longo período histórico, que se manifesta nas oscilações de preço. Vejamos o exemplo exposto nos *Grundrisse*: suponha uma libra de café cujos preços variaram por 25 anos: ano 1 = 0,8 xelim, ano 2 = 1,2 xelim, ano 3 = 1 xelim ... ano 25 = 1 xelim. A média desses preços ao longo do período daria 1 xelim. O valor médio da libra de café seria 1 xelim, sem que isso signifique que, em cada ano, o preço coincidissem exatamente com seu valor.

Karl Marx explica: diferentemente da paridade literal do dinheiro-trabalho proudhoniano (1 vale-trabalho = 1 hora de trabalho para produzir café), essa média, embora seja uma abstração, ela é **socialmente real**, "[...] se, ao mesmo tempo, é reconhecida como a força motriz e o princípio [ativo]" do movimento dos preços no transcurso do tempo, refletindo a lei do valor médio no capitalismo, levando em conta as relações sociais de produção vigentes e o desenvolvimento das forças produtivas — ao contrário do modelo proudhoniano, que é estático e não reproduz nem as relações de produção nem as mudanças das forças produtivas.

Chegando à questão do preço ele afirma:

"O *valor de mercado* da mercadoria [ou preço de mercado¹³⁷] é sempre diferente desse seu valor médio [valor econômico médio das mercadorias], e se encontra sempre abaixo ou acima dele. O valor de mercado iguala-se ao valor real por suas incessantes oscilações, jamais por meio de uma equação com o valor real como terceiro termo, mas por sua contínua inadequação consigo mesmo (não, como diria Hegel, por meio de identidade abstrata, mas pela constante negação da negação, i.e., de si mesmo como negação do valor real)" (grifo do autor)¹³⁸.

O autor dos *Grundrisse* prossegue, no esforço de demonstrar a diferença entre valor e preço: "O preço das mercadorias situa-se continuamente acima ou abaixo do valor das mercadorias, e o próprio valor das mercadorias existe somente na flutuação dos preços das mercadorias. **Demanda e oferta** determinam constantemente os preços das mercadorias; elas não coincidem nunca, ou só fortuitamente; os custos de produção, por sua vez, determinam as oscilações da demanda e da oferta".

137 Não utilizado nos *Grundrisse*, o vocábulo é empregado por R. Rosdolsky em *Gênese* (Op. cit., p. 504 Nota 12).

138 Primeira menção explícita nos *Grundrisse* ao filósofo da dialética idealista, Georg W. Hegel.

Para Marx, a ilusão "dos partidários do bônus-horário" consiste em crer que o vale-trabalho eliminaria as contradições do mercado, suprimindo a diferença entre valor de mercado e valor real, entre necessidades e disponibilidades, entre dinheiro mercantil e dinheiro não mercantil, entre tempo de trabalho concreto e medida equivalente de valor de todas as mercadorias. Os proudhonistas ignoram que os preços se formam pelo confronto entre demanda e oferta, que os custos de produção, o valor em termos de tempo de trabalho médio social abstrato, estabelecem as variações da oferta e da demanda, e por isso esses custos apenas guiam as oscilações dos preços.¹³⁹ O cotiano do mercado a oferta e a demanda é que efetivamente determinam o preço das mercadorias. Assim, os custos de produção (valor) e preço nunca coincidem, ou só o fazem acidentalmente, como exceção.¹⁴⁰ O **valor forma o preço**, mas este, submetido ao jugo do mercado por meio de suas leis, sofre **oscilações externas ao valor**, para mais ou para menos, em regra. Quase sempre não se igualam, e quando o fazem, ocorre por mero acaso.

Extrapolando, o filósofo de Trier supõe agora um bônus baseado no tempo médio de trabalho social abstrato, de modo que um bônus-horário equivaleria, em tese, a uma hora de trabalho abstrato. Mesmo assim, ele conclui que nenhum trabalhador estaria sendo pago exatamente pelo seu trabalho efetivo, o que frustra o ideal proudhoniano de equivalência direta entre tempo de trabalho concreto e remuneração, ou seja, que esse bônus-hora médio jamais corresponderia ao tempo de trabalho individual ("tempo de trabalho efetivo"). Para ilustrar, retoma a Hipótese 2: se três trabalhadores produzem quantidades diferentes de feijão em tempos distintos, o bônus médio jamais pagaria exatamente o tempo individual de cada um, frustrando o ideal proudhoniano da equivalência direta entre trabalho e remuneração — trabalhador A: 1 kg de feijão = 2 horas; trabalhador B, mais eficiente: 2 kg de feijão = 2 horas; trabalhador C, menos eficiente: 1 kg de feijão = 2,5 horas $\Leftrightarrow$ tempo médio convertido em bônus = 1 kg de feijão = 1,83h ou 1h50m.¹⁴¹

Pelo abordado neste bloco, Marx demonstra seu entendimento de que aplicação da lei da crescente produtividade do trabalho capitalista e a distinção seminal entre valor e preço realçam a própria **inconvertibilidade** do bônus-horário proudhoniano diante da realidade. O vale-trabalho não consegue manter a equivalência direta com o tempo de trabalho (1 vale = 1 hora), pois sofre variações constantes. Resultado: o bônus-horário torna-se inconvertível justamente porque não acompanha essas oscilações: "A inconvertibilidade do bônus-horário [...] nada mais é do que uma outra expressão para a inconvertibilidade entre valor real [valor da mercadoria] e valor de mercado [preço de mercado], valor de troca real e preço", assinala.

O bônus-hora se autonomiza da mercadoria, comportando-se como dinheiro comum, sujeito a apreciação e depreciação que determinam seu poder de compra: "Em contraste com todas as mercadorias, o bônus-horário representaria um tempo de trabalho ideal que se trocava ora por mais, ora por menos tempo de trabalho efetivo,

139 MARX, Karl Heinrich. Op. cit., p. 88 e 89.

140 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit. p. 100.

141 Esse e os parágrafos seguintes dizem respeito aos *Grundrisse* (in MARX, Karl Heinrich. Op. cit., p. 89).

e que receberia no bônus uma existência própria, isolada, que corresponderia a essa desigualdade efetiva". Mesmo sendo um dinheiro alternativo, o vale-trabalho assumiria as funções típicas de equivalente universal (ainda que não fosse uma terceira mercadoria): medida dos valores das mercadorias, meio de circulação e referência geral. Colocar-se-ia, em oposição às mercadorias concretas, tornando-se forma geral e abstrata de valor, enquanto estas continuariam individualizadas (1 kg de feijão, 1 unidade de camisa etc.).

Um bônus pode representar uma hora de trabalho ideal, mas, no mercado, esse mesmo bônus pode adquirir algo que custe menos ou mais de uma hora de trabalho para ser produzido. Logo, o bônus-hora = 1 hora é tempo de trabalho ideal, pois não reflete diretamente o trabalho individual concreto efetivo. Daí sua autonomização como medida de valor. Em relação às mercadorias, oscila de valor tal como o dinheiro ouro ou prata.

Ao permanecer inserido nas condições de produção capitalistas, o dinheiro-trabalho submete-se forçosamente às leis do valor. Autonomiza-se, deixando de ser simples expressão direta do trabalho para tornar-se força independente que se impõe às mercadorias e aos trabalhadores como algo externo e "**estranhado** [*entfremdet*]"¹⁴².

O filósofo de novo ironiza: o vale-trabalho seria um dinheiro "com todas as qualidades do dinheiro atual [ouro e prata], mas sem prestar seus serviços" — o dinheiro-trabalho, que representa o *quantum* de tempo de trabalho concreto objetivado nas mercadorias, ainda que não seja uma terceira mercadoria, pois ele mesmo é sua própria medida do valor, o próprio tempo de trabalho, herdaria todos os defeitos do dinheiro convencional. Seria, então, um dinheiro com todos os defeitos do dinheiro metálico (flutuação de valor, valorização especulativa, separação em relação à produção concreta), sem entregar suas vantagens (liquidez imediata, aceitação universal, reserva de valor relativamente estável etc.). Um dinheiro até mesmo pior que o dinheiro de ouro e prata.¹⁴³

Em Marx, a diferença entre valor e preço requer que cada um seja medido por um padrão diferente do seu próprio: o valor de uma mercadoria é medido pelo tempo

142 Embora Marx apenas mencione, no bojo da sua crítica a Darimon, o caráter "estranhado", "coisificado" ou "alienado" do dinheiro atual, característica, aliás, reputada pelo professor Mário Duayer, na apresentação da edição brasileira dos *Grundrisse* da Boitempo Editorial, como extremamente importante para se entender a teoria marxiana do dinheiro e a sua teoria do valor, nosso alemão discute mais à frente essa questão imprescindível. Do caráter "estranhado" do dinheiro trataremos no Folheto nº 04.

143 MARX, Karl Heinrich. Op. cit., p. 90. A propósito, a liquidez imediata do dinheiro-trabalho, um dos requisitos necessários, do dinheiro comum, dependeria de um arranjo institucional específico, como o Banco do Povo, sobre o qual trataremos no item seguinte, idealizado pelo filósofo socialista anarquista francês Pierre-Joseph Proudhon, ancorado em princípios mutualistas, com destaque para o corolário da gestão coletiva. Fora desse circuito monetário, portanto não estatal, os bônus-hora não teriam aceitação como meio de pagamento, restringindo sua circulação à comunidade que reconhece o sistema proudhoniano. Além disso, por não ter valor próprio ou intrínseco, o dinheiro-trabalho não gozaria de estabilidade de valor ao longo do tempo, dada sua volatilidade contínua e a mercê dos níveis de produtividade do trabalho, diferentemente do dinheiro lastreado por metais nobres, que, embora sujeito a oscilações, apresenta relativa estabilidade por possuir valor em si. Para compreender o que Marx diz sobre o dinheiro-trabalho no parágrafo em nota, em contraste com o dinheiro convencional da época, e também com o dinheiro fiduciário que surgiria posteriormente, é imprescindível ter em mente que o Banco do Povo, responsável pelo gerenciamento do dinheiro-trabalho, está inserido na lógica mutualista e anarquista do filósofo francês — um sistema monetário e bancário/creditício alternativo ao capitalista, sem a atuação de um banco central ligado ao Estado capaz de garantir o curso forçado do vale-trabalho, sua liquidez e seu poder de compra. É nesse contexto que Marx tece sua crítica às propostas defendidas por Darimon, que buscavam reforma os sistemas monetário, bancário e de crédito francês, substituindo-os por um regime ancorado nos princípios do socialismo mutualista propugnado por Proudhon.

de trabalho médio socialmente necessário para produzi-la; o preço é determinado pelo mercado, levando esse valor em conta, mas sujeito às oscilações de oferta e demanda.¹⁴⁴

Além de manter os males e contradições do sistema monetário metálico convencional e do dinheiro comum seja em que formato for, o vale-trabalho não resolveria o problema da exploração e ainda falharia em funcionar propriamente como dinheiro, revelando sua **ineficácia** enquanto tal. Portanto, se perguntássemos, é possível expressar o dinheiro diretamente em tempo de trabalho individual e concreto?. Não, eis a resposta que extraímos da análise marxiana.

3.3. Banco do Povo (*Banque du Peuple*) e crédito gratuito (juro zero)¹⁴⁵

O terceiro pilar da reforma do capitalismo apresentada em *De la réforme des banques*, a partir da ideia de de Pierre-Joseph Proudhon, criticado por Karl Marx, consiste na criação de um **banco popular**, o ***Banque du Peuple***, responsável pela **emissão e controle** do **dinheiro-trabalho** e pela concessão de **crédito gratuito**, uma derivação direta da nova forma de dinheiro.

Importa lembrar que a crítica marxiana à reforma bancária/creditícia proudhonista decorre da "ilusão" de abolir os inconvenientes do dinheiro metálico por meio de uma simples mudança de forma, substituindo-o por um padrão monetário não mercantil, o dinheiro-trabalho, como solução para as crises capitalistas.

Marx deu o veredicto:

"Como é impossível suprimir as complicações e contradições derivadas da existência do dinheiro ao lado das mercadorias particulares por meio da modificação da forma do dinheiro (muito embora as dificuldades pertencentes a uma forma inferior possam ser evitadas por uma forma superior), é igualmente impossível suprimir o próprio dinheiro enquanto o valor de troca permanecer a forma social dos produtos. É preciso compreender isso claramente para não se colocar tarefas impossíveis e para conhecer os limites no interior dos quais as reformas monetárias e as transformações da circulação podem fornecer uma nova configuração para as relações de produção e as relações sociais sobre elas fundadas".¹⁴⁶

Do conjunto das propostas reformadoras do capitalismo abrigadas por Darimon em seu livro, pode-se até pensar que ele reconhecia, ainda que de maneira um tanto confusa, os limites da mudança monetária que propunha. Afinal, o próprio projeto de substituição do dinheiro metálico pelo dinheiro-trabalho vinha acompanhado de um arranjo institucional destinado a garantir a efetividade da nova forma de dinheiro. Surge então a figura do superbanco proudhoniano.

Roman Rosdolsky, ancorado em Karl Marx, descreve esse arranjo institucional como um "agente do panejamento social" e, ao mesmo tempo, um

¹⁴⁴ Idem, p. 90.

¹⁴⁵ Não há nos *Grundrisse* uma seção dedicada exclusivamente a esse tema. Marx o aborda no bojo do subitem "Gênese e essência do dinheiro" do "Capítulo do dinheiro".

¹⁴⁶ MARX, Karl Heinrich. Op. cit., p. 95.

“banco central de trocas”, que ocuparia o lugar das “forças anárquicas do mercado”.¹⁴⁷

Esse banco de caráter popular, adotando o formato jurídico de gestão coletiva exercida pelos trabalhadores, funcionaria como **emissor do dinheiro-trabalho** e **controlador da sua circulação** — numa tentativa de contornar os problemas inerentes a esse próprio dinheiro não mercantil —, além exercer a função especial de **assegurar o crédito gratuito**.

Dadas as características peculiares dessa nova tipo de dinheiro, fazia-se imperioso que os certificados que o representavam, os vales-trabalho ou bônus-hora, fossem aceitos como equivalente universal e meio de circulação estável, apesar de sua inconvertibilidade natural, da volatilidade em função da produtividade do trabalho e da relativa autonomia em relação às mercadorias. Tudo isso foi abordado no item anterior.

Na condição de banco emissor do dinheiro-trabalho, essa instituição lançaria no mercado valores de troca simbólicos, signos de valor, ou, como Marx designa, “pedaços de papel”, que não custariam praticamente nada: “uma ordem de pagamento sobre todas as outras mercadorias no montante do mesmo valor de troca”.

Mas as funções do banco popular não param por aí. Além de emissor de vales-trabalho, afirma Karl Marx, teria também que se converter em “**comprador universal**” de mercadorias: “O comprador não desta ou daquela mercadoria, mas de todas as mercadorias. Pois ele deve justamente implementar a conversão de cada mercadoria em sua existência simbólica como valor de troca”.

Sendo adquirente universal e, portanto, novo proprietário das mercadorias, haveria de se tornar também “**vendedor universal**”. Para exercer esses dois papéis, atuando como qualquer outro comerciante, deveria ser, por sua vez, “**armazém universal**”, o grande depósito de mercadorias e, por conseguinte, o “**produtor universal**”.¹⁴⁸

Além disso, e simultaneamente, precisaria **fixar o valor de troca** de todas as mercadorias (o tempo de trabalho nelas materializado), **calcular o tempo de trabalho médio** em cada ramo, garantindo as condições necessárias para que o trabalho fosse igualmente produtivo nos diversos setores. Para tanto, caberia a ele harmonizar e ordenar a **distribuição dos meios de produção**, o que pressupõe, em última instância, a “posse comum dos meios de produção”, isto é, a socialização dos meios produtivos.

Essa seria a maneira vislumbrada por Marx de mostrar na prática a conversão de cada mercadoria em um signo de valor, e como, para sustentar tal convertibilidade, o banco proudhoniano precisaria garantir ao dinheiro-trabalho o alcance universal.

Um aspecto que Karl Marx assume como “mais relevante” é o fato de que, no modelo em questão, o trabalhador não venderia sua força de trabalho ao banco. Este,

¹⁴⁷ ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 101. O termo “banco central de trocas” ou “Banco do Povo” não é utilizado nos *Grundrisse*. Marx prefere usar “banco emissor dos bônus-horário”, ou simplesmente “banco”, para se referir à instituição bancária idealizada por Proudhon e encampada por Darimon. O termo em francês, *Banque du Peuple*, é utilizado por Alfred Darimon em seu livro.

¹⁴⁸ MARX, Karl Heinrich. Op. cit., p. 102 e 103.

como produtor universal de mercadorias, deveria endossar ao trabalhador o produto integral de seu trabalho. No limite, tal mecanismo corresponderia, ironicamente *à la* Marx, à realização da famosa promessa de Ferdinand Lassale — "a cada um o fruto integral de seu trabalho" —, posteriormente desmascarada como pura utopia na *Crítica ao Programa de Gotha* (1875).¹⁴⁹ Visto assim, tratar-se-ia de eliminar a própria base exploratória capitalista via circulação das mercadorias e, ainda por cima, por decreto. Se realmente fosse o caso, com o devido sarcasmo, não haveria capital nem mais-valor (mais-valia), logo não haveria capitalismo.

Numa completa confusão entre circulação e produção, o projeto proudhoniano revela-se, na prática, uma impossibilidade material. Para que o banco pudesse repassar ao trabalhador o produto integral de seu trabalho, teria de comprar a produção total, isto é, o valor correspondente ao trabalho necessário (trabalho pago pelo capitalista) somado ao mais-valor (a diferença entre o trabalho pago e o não pago) apropriado pelo capital. Ocorre, porém, que o mais-valor já foi extraído na esfera da produção: o trabalhador não o recebeu, e o banco, emitindo apenas vales-trabalho equivalentes ao trabalho pago, não disporia de recursos para cobrir o montante faltante.

Em outros termos, o banco compraria a produção do capitalista pelo preço ou valor de mercado, que incorpora tanto o valor da força de trabalho (na proporção do trabalho pago) quanto o mais trabalho não pago, além de eventuais oscilações de mercado. Ao tentar repassar essa produção integral ao trabalhador, poderia entregar apenas o correspondente aos vales-trabalho que possuía, equivalentes ao trabalho pago. O valor de mercado (preço) da produção, portanto, excederia o montante de vales-trabalho disponíveis no banco. O Banco do Povo não teria o valor real para adquirir a produção em sua totalidade. Tal operação, na prática, seria impossível.

O produto integral do trabalho não corresponde a nenhum equivalente efetivamente disponível no sistema: é apenas uma representação, incapaz de reproduzir o excedente apropriado pelo capitalista na produção. Eis o ponto decisivo da crítica de Marx: os proudhonistas confundem circulação com produção. Não compreendem que o mais-valor não nasce do banco, tampouco do dinheiro enquanto instrumento técnico das trocas, mas da relação social entre capital e trabalho. A exploração e o mais-valor permaneceriam intactos no modelo defendido por Alfred Darimon.¹⁵⁰

Acreditar que a emissão de bônus-hora pelo *Banque du Peuple* poderia superar essas dificuldades implica aceitar como verdadeiros os pressupostos proudhonianos de que oferta = demanda, produção = consumo e de que as mercadorias são vendidas e circulam rigorosamente segundo o tempo de trabalho concreto e individual necessário à sua produção. Nesse caso, "a questão do dinheiro

149 MARX, Karl Heinrich. **Crítica do Programa de Gotha**. Escritos políticos. O Essencial de Marx e Engels. Organização: Marcello Musto. São Paulo-SP: Editorial Boitempo, 2024, p. 70-82. [Ferdinand Lassale](#) (1825-1864), foi líder operário alemão que manteve relações políticas e teóricas com Marx antes do rompimento de ambos; fundador da Associação Geral dos Trabalhadores Alemães (ADAV), cuja fusão póstuma pelos lassalianos com outros grupos operários originou o Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD), reunido em congresso na cidade germânica de Gotha.

150 *Ibidem*, p. 103 e 104.

devém inteiramente secundária, em especial a questão [sic] de quais tíquetes são emitidos, azuis ou verdes, papel ou metal, ou de que outra forma a contabilidade social é conduzida", leciona Marx.¹⁵¹

Se esses pressupostos se realizassem, estaríamos diante de um cenário de equilíbrio perfeito, sem crises de superprodução, falta de mercado ou desajustes na circulação. Tudo o que fosse produzido seria consumido imediatamente, e o dinheiro perderia sua centralidade. A circulação mercantil funcionaria sem percalços. Daí a "brincadeira" de Marx: nesse contexto de harmonia absoluta, seria "extremamente ridículo" investigar o dinheiro. Para quê, se ele não cumpre nenhum papel estrutural, apenas decorativo? O banco, então, reduz-se-ia a mera instância administrativa encarregada de registrar o fluxo e garantir o acesso universal e igualitário ao dinheiro, à mercadoria e ao crédito.¹⁵²

Tão enviesada quanto a criação de um banco emissor de bônus-horário e, ao mesmo tempo, comprador, vendedor e produtor universal de mercadorias — "[...] o governo despótico da produção e administrador da distribuição [...]"¹⁵³ —, é a ideia de **crédito a juro zero**. Juro zero? Contradição total.

Podemos começar pela frase de Marx, recorrendo a uma célebre expressão de Joseph Proudhon: "O crédito gratuito, dito seja de passagem, é apenas uma forma hipócrita, filisteia e amedrontada para: 'a propriedade é o roubo'. Em lugar de os trabalhadores *tomarem* o capital dos capitalistas, os capitalistas deveriam ser coagidos a *dá-lo* aos trabalhadores" (grifo do autor).¹⁵⁴

A proposta de crédito gratuito é uma consequência direta da substituição do dinheiro metálico pelo dinheiro-trabalho. A existência do bônus-hora se conecta diretamente com a proposta de juro zero. Se o dinheiro-trabalho representa apenas o tempo de trabalho concreto e individual incorporado nas mercadorias, servindo como símbolo facilitador do intercâmbio, nada impediria, supõem os proudhonianos, que o banco popular, como emissor desse dinheiro praticamente sem custo de impressão, concedesse crédito abstendo-se da cobrança de juro.

Mas o que significa juro zero!? No texto "Bastiat e Carey", que compõe a primeira edição dos *Grundrisse* (1939), o filósofo de Trier define o juro, no plano da distribuição, como "[...] a remuneração do capital"¹⁵⁵; definição, aliás, que apresenta o capital como "agente da produção". O juro, portanto, em Marx, é um dos "modos de reprodução do capital [o outro é o lucro]". Uma das formas pela qual "o capital aumenta, cresce, momentos, portanto, de sua própria produção".¹⁵⁶

O juro não é uma deformação moral ou uma artimanha dos banqueiros, como sugerem os proudhonistas, mas uma das formas necessárias da valorização e expansão do

151 Ibidem, p. 101 e 102.

152 Ibidem, p. 102 e 104.

153 Ibidem, p. 104.

154 Ibidem, p. 75.

155 Ibidem, p. 33.

156 Ibidem, p. 49.

capital, que só pode ser entendida no interior da relação sócia de produção capital-trabalho, e não apenas na esfera da circulação.

Daí a crítica a Proudhon: ao exigir que o capital não deve ser emprestado a juros, mas trocado como uma mercadoria comum, ele pretendia, em essência, que o capital como capital deixasse de existir, nesse sentido, diz Marx: "é pura e simplesmente a exigência de que o valor de troca nunca devesse ser capital, mas permaneça como valor de troca simples; que *o capital como capital não deve existir*" (grifo do autor). O francês não percebia que o "valor de uso [do capital] enquanto tal para seu proprietário é sua valorização, dinheiro como dinheiro e não como meio de circulação; seu *valor de uso como capital*". A razão porque isso é o que é diz respeito, continua Marx, ao fato de que "a mercadoria como capital ou o capital como *mercadoria* não é trocado na circulação por um equivalente; entrando na circulação, [o capital] conserva seu *ser-para-si*; conserva, portanto, sua relação original com seu proprietário, mesmo quando passa para as mãos de um outro possuidor. Por isso, é simplesmente *emprestado*" — daí não ser vendido.¹⁵⁷

Dirigindo-se à polêmica travada por Proudhon com o economista liberal também francês Frédéric Bastiat, defensor da legitimidade do juro, o autor dos *Grundrisse* descreve como o socialista anarquista francês compreende o crédito. Confundindo empréstimo com venda, Joseph Proudhon via no juro apenas a possibilidade de "vender reiteradamente o mesmo objeto e de receber reiteradamente o preço, sem jamais ceder a propriedade daquilo que se vende". Marx insiste: tomando a forma fenomênica como essência, o erro de Proudhon advém da não percepção de que o processo começa na produção, quando o trabalhador vende sua força de trabalho ao capitalista por menos do que o valor que produz. É dessa diferença — o mais-valor (mais-valia) — que o capitalista retira não só o lucro, mas também a fração que, transformada em capital financeiro, rende juros.¹⁵⁸ O juro, portanto, é também uma forma derivada de mais-valor:¹⁵⁹ tudo depende do fato de que é trocado **valor por trabalho**, de acordo com a lei dos valores. Portanto, para abolir o juro, teria de **abolir o próprio capital**, e, assim, o **modo de produção baseado no valor de troca**, logo, inclusive, teria que eliminar o **trabalho assalariado**. Haveria de abolir próprio capitalismo.

Para o idealizador do Banco do Povo, o banqueiro cobra do tomador, ao longo de certo período, por um bem que não se consome. Ora, diz Marx, ele não entende de onde surgem lucro e juro:¹⁶⁰ "[...] o bravo Proudhon confunde o dinheiro como meio de circulação com o capital [...]". Para o líder do proudhonismo, circulação de capital e circulação de mercadoria comum são a mesma coisa. Já foi dito neste folheto, o que dá no mesmo, que o anarquista francês confunde necessidades de circulação (o curso do dinheiro em sentido estrito) com necessidade de crédito (a circulação do capital). Essa confusão reaparece quando o assunto é o juro zero.

Incapaz de encontrar ao menos uma diferença entre empréstimo e venda,

¹⁵⁷ Ibidem, p. 250.

¹⁵⁸ Ibidem, p. 718 c/c Nota 211 e 719.

¹⁵⁹ Ibidem, p. 536.

¹⁶⁰ Esse e os três parágrafos seguintes têm como referência os *Grundrisse* (Ibidem, p. 719).

diz Marx sobre Proudhon: "O que o faz errar é que [no caso do empréstimo] o 'objeto' não muda de proprietário, como na compra e venda; ou seja, no fundo, trata-se apenas da forma da reprodução peculiar do capital emprestado a juros com a forma da reprodução peculiar do capital fixo [a exemplo do 'aluguel de casa']".

Em se tratando de mercadorias, cuja circulação diz respeito ao universo do capital circulante¹⁶¹, "mostra-se que, o *mesmo objeto* (p. ex., esta determinada libra de açúcar) não seja vendido novamente a cada vez [que é ofertado], [porém] o mesmo valor [o tempo de trabalho médio abstrato socialmente necessário para produzi-lo] se reproduz novamente e a alienação [venda ou mudança de mãos da mercadoria] só diz respeito à forma, e não à substância". A força de trabalho continua atuando no processo de produção de açúcar criando valor, pois, não esqueçamos, a substância do valor das mercadorias, em Marx, é o tempo médio de trabalho social abstrato.

Desse modo, o Banco do Povo e o crédito gratuito não passavam de tentativas de "forçar" a realidade social a se ajustar ao esquema ideal de equilíbrio. Se, por um lado, isso deixa transparecer que os proudhonistas pressentiam, ainda que sem formular explicitamente, os limites de suas próprias propostas, por outro, conforme a crítica de Marx, não é a forma do dinheiro que gera as contradições, mas a lógica da produção mercantil-capitalista. Tentar suprimir tais contradições apenas modificando a forma do dinheiro e criando uma estrutura bancária e creditícia para superá-las significa atacar os efeitos sem tocar nas causas.

O ponto decisivo é que os pressupostos proudhonianos — produção = consumo, oferta = demanda, preço = valor — não correspondem de modo algum à realidade do capitalismo. Ainda que o banco popular tentasse repassar ao trabalhador toda a produção e concedesse crédito gratuito, teria que emitir vales-trabalho sem lastro no tempo de trabalho efetivo. O resultado seria o aumento de preços das mercadorias pelo capitalista ou a busca por outras formas de valorização do valor (lucratividade), e a continuidade das crises de superprodução e liquidez. As contradições da economia capitalista continuariam presentes independentemente da forma do dinheiro ou de organização bancária/creditícia. Esses inconvenientes também provocariam a cobrança de juros elevados e a centralização do crédito. Como visto na primeira parte deste folheto, a raiz das distorções do sistema, em especial a inflação, a manipulação dos juros, a especulação e a concentração do capital financeiro, além das crises de liquidez e de escassez de produtos, encontrava-se principalmente na esfera da circulação, mais exatamente no papel monopolizador exercido pelo dinheiro metálico, sob o gerenciamento de um banco central estatal. Todos, problemas endêmicos do capitalismo.

Em outra direção, a reforma articulada pelos proudhonistas, a nova forma de dinheiro e de organização bancária/creditícia carregavam em si a ideia de uma

161 Grosso modo, capital circulante, conforme aparece nos manuscritos de 1857/1858, corresponde às matérias-primas, força de trabalho, insumos etc., cujos valores são transferidos para o processo de produção e que precisam ser constantemente repostos, reproduzidos de modo contínuo na circulação, para retornar à forma monetária e ser reconvertido em seus elementos (matérias-primas, força de trabalho etc.): "produto da circulação e produtor da circulação" (Ibidem, p. 368 e 443).

desvinculação do dinheiro com o capital, de modo que, uma vez implementadas, o sistema não mais operaria a seu serviço, ainda que essas mudanças situassem na esfera da circulação. Esse novo sistema econômico e social seria estruturado sob **princípios mutualistas**, em consonância com a doutrina socialista proudhoniana: ideais que primam pela concepção de justiça, entendida esta como a harmonia entre liberdade e igualdade, orientada pelos princípios da solidariedade (laço associativo voluntário), da autonomia (autorregulação) e da democracia (gestão coletiva).¹⁶²

Proudhon, Darimon e seus companheiros tinham a pretensão que essas reformas eliminaria o papel especulativo dos bancos e permitiria que os trabalhadores participassem plenamente da circulação e do consumo, livres da mediação coercitiva de um banco central estatal e da imposição de juros. Essa via gradual e não revolucionária seria para eles a via adequada para dar fim nos efeitos perversos do capitalismo.

CONCLUSÃO

Encerramos aqui o primeiro item dos *Grundrisse* propriamente ditos, correspondente ao início do "Capítulo do dinheiro", cuja continuidade será tratada no Folheto nº 04 - Gênese e essência do dinheiro.

Karl Marx ao longo da crítica a Darimon demonstra que nem este nem seu mentor Joseph Proudhon compreendiam a essência do dinheiro enquanto mercadoria singular. Suas propostas permaneciam restritas à esfera econômica da circulação e não enfrentavam as contradições estruturais originadas na produção, que determinam o funcionamento da economia capitalista. Entre essas contradições, o teórico alemão-prussiano destaca: a oposição entre valor de uso e valor de troca; a função do dinheiro como meio de circulação e reserva de valor; sua condição simultânea de equivalente particular e equivalente universal.

O problema, para Marx, definitivamente, não está no lastro do dinheiro, mas no próprio fundamento do modo de produção capitalista, regido pela lei do valor, isto é, pela exploração do trabalho e pela extração de mais-valor (mais-valia), que se manifesta sob a forma de lucro, ainda que lucro e mais-valor não sejam idênticos.

162 Ibidem, p. 191. Aqui Marx critica diretamente Proudhon e os socialistas franceses que buscavam provar que o socialismo seria a realização dos ideais da Revolução Francesa (igualdade, liberdade e fraternidade), concebendo a troca e o valor de troca como formas originariamente justas, apenas deturpadas pelo dinheiro. Essa crítica marxiana dirige-se ao núcleo do socialismo mutualista proudhoniano fincados nos princípios de *justiça, liberdade, harmonia e igualdade*: "[...] evidencia-se igualmente a tolice dos socialistas (notadamente dos franceses, que querem provar que o socialismo é a realização das ideias da sociedade *burguesa* expressas pela Revolução Francesa), que demonstram que a troca, valor de troca etc. são *originalmente* (no tempo) ou de acordo com o seu *conceito* (em sua forma adequada) um sistema da liberdade e igualdade de todos, mas que têm sido deturpados pelo dinheiro, pelo capital etc. Ou ainda, que a história só fez até o momento tentativas malsucedidas de realizá-las de um modo correspondente à sua verdade, e agora os socialistas, como Proudhon, por exemplo, descobriram o verdadeiro Jacob, com o que deve ser providenciada a genuína história dessas relações, em lugar de sua falsa história". Outras passagens dos *Grundrisse* desenvolvem observações semelhantes, em particular quanto à concepção de associação, no que se refere a laços associativos voluntários, autorregulação e gestão coletiva, bem assim quanto ao projeto do dinheiro-trabalho como elemento efetivador das justiça nas trocas, tais quais as contidas nas páginas 34 e 86.

A crítica à "utopia do dinheiro-trabalho" marca a primeira formulação marxiana sistemática da inseparabilidade entre mercadoria, valor, dinheiro e capital, bem como da distinção fundamental entre valor e preço, que se firma como uma das vigas mestras para a compreensão da lógica do capital. A essa crítica se juntam e se articulam noções decisivas, como: o próprio dinheiro enquanto equivalente universal; a separação entre compra e venda; a força de trabalho como mercadoria; o sêxtuplo caráter do trabalho — concreto e abstrato, necessário e excedente, vivo e morto; o capital como relação social (e não coisa); e o mais-valor como núcleo dinâmico da exploração capitalista. A análise evidencia ainda a necessidade de ultrapassar o horizonte proudhonista. Parafraseando Roman Rosdolsky, trata-se de um "pedaço essencial" da crítica geral do capitalismo, sobretudo no que se refere à formação do dinheiro.¹⁶³

O que Alfred Darimon concebia como "a degradação do dinheiro e a apoteose da mercadoria", nas palavras de Rosdolsky ao comentar *Para a crítica da economia política* (1859), resume bem o eixo teórico do proudhonismo e a reação de Marx diante do caráter reformista do socialismo francês da época. Em carta ao amigo revolucionário inglês Joseph Weydemeyer, o crítico do "utopismo" proudhoniano foi categórico: "[...] aniquilam-se seus fundamentos, atualmente em moda na França, que pretende deixar subsistir a produção privada, organizando a troca dos produtos privados; quer a mercadoria mas não quer o dinheiro. O comunismo deve desfazer-se logo desse falso irmão".¹⁶⁴

Conquanto se trate de uma primeira aproximação à crítica da economia política que culminaria em *O capital*, a discussão sobre *De la réforme des banques* já fixa dois postulados centrais: na sociedade burguesa o dinheiro é meio e fim, condição da troca e também fetiche.

A mensagem do filósofo de Trier na crítica direta a Alfred Darimon, e indireta a Joseph Proudhon, é firme e clara: reformas limitadas à circulação, mesmo que inspiradas por ideais de justiça, não têm o poder de abolir a lógica do capital — a valorização do valor —, fundada na separação entre capital e trabalho e que se realiza no movimento categorial *mercadoria* → *valor* → *preço* → *dinheiro* → *capital* → *exploração do trabalho* → *mais-valor*. Todo o resto não passa de "ilusão", de "utopia".

163 ROSDOLSKY, Roman. Op. cit., p. 103.

164 O trecho da carta de Marx a [Joseph Weydemeyer](#) (1818-1866), transcrito no parágrafo, foi extraído da Nota 46 de *Gênese* (Idem, p. 480).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta e. **Darimon, bancos e crédito: Notas sobre os Grundrisse e a transição para o socialismo**. Belo Horizonte-MG: Texto para discussão nº 353. Cedeplar/UFMG. 2009. Disponível em <https://1library.org/br/download/874392890870136833>.

ALEXANDR, Lozovski. **Marx e os sindicatos. Capítulo II - Marx contra o Proudhonismo e o Bakuninismo**. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/lozovski/ano/marx/02.htm>.

ALVES, Álvaro Marcel. **O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade**. Revista de Psicologia da UNESP 9(1), 2010. Disponível em <https://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/download/422/400>.

ANTUNES, Jadir. **A dialética do valor em O capital de Karl Marx**. Disponível em <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q&esrc=s&source=web&cd&ved=2ahUKEwiF-PzZ4c7yAhXKI7kGHSfbDIAQFnoECAwQAw&url=https%3A%2F%2Frevistaseletronicas.pucrs.br%2Ffojs%2Findex.php%2Fintuitio%2Farticle%2Fdownload%2F9664%2F8478%2F&usg=AOvVaw051UXferYxYQBfqZb-tU3n>.

BARSOITI, Paulo. **Dossiê artigos do jornalista Karl Marx sobre a crise de 1857-1858**. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marx/ano/mes/40.pdf>

BAPTISTA, Paulo Cabaça. **O Socialismo de Pierre-Joseph Proudhon e a sua influência em Oliveira Martins e Antero de Quental**. Disponível em <https://cabacabaptista.blogspot.com/2012/12/o-socialismo-de-pierre-joseph-proudhon.html>.

BENOIT, Hector. **Resenha de “Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx”**. Revista Outubro nº 07. Disponível em <http://longoestudo.blogspot.com/2012/09/resenha-de-genese-e-estrutura-de-o.html>.

CARCANHOLO, Reinaldo A. **Marx, Ricardo e Smith: Sobre a Teoria do Valor-Trabalho**. Vitória-ES: Editora da Universidade Federal do Espírito Santo (EDUFES), 2013,

_____. **Sobre gênese e estrutura de “O capital” de Karl Marx, de Roman Rosdolsky**. Disponível em <https://pt.calameo.com/read/00014074925811e4f526d>.

CARVALHO, Edmilson. **A totalidade como categoria central da dialética marxista**. Revista Outubro, nº 15, 2007. Disponível em <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-15-Artigo-06.pdf>.

CERQUEIRA, Hugo Eduardo da Gama. **David Riazanov e a Edição das Obras de Marx e Engels**. Brasília-DF: Anpec. Revista Economia Vol. 11 n. 1, 2010. Disponível em https://www.anpec.org.br/revista/vol11/vol11n1p199_215.pdf.

COHEN, Gerald A. **Forças produtivas e relações de produção**. Campinas-SP: Crítica Marxista, Unicamp, 2010. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/cohen/1983/mes/forcas.htm>.

COTRIM, Felipe. **Jovem Engels: dialética e crítica da economia política**. São Paulo-SP: IX Congresso de História Econômica: 200 anos de Karl Marx (USP), 2018. Disponível em https://www.academia.edu/43351095/Jovem_Engels_dial%C3%A9tica_e_cr%C3%ADtica_da_economia_pol%C3%ADtica.

DOWBOR, Ladislau. **O que é capital**. Disponível em https://drive.google.com/file/d/0B8FTIPd5X-jmOGNhMjhmMmYtMDBhNS00ODNiLTk3MGEtZmE0Y2Y5YWewNTY1/view?hl=pt_PT.

DUAYER, Mário. **Grundrisse| Aula 6| III Curso Livre Marx-Engels**. Videoaula. TV Boitempo Editorial, Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região e Centro de Pesquisas 28 de Agosto. São Paulo-SP. 2012. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=jmrnEoaq70>.

DUSSEL, Enrique. **A produção teórica de Marx: Um comentário aos Grundrisse**. São Paulo-SP: Editora Expressão Popular, 2012.

EICHENGREEN, Barry. **Globalizando o capital: uma história do sistema monetário internacional**. Trad. Sérgio Blum. São Paulo-SP: Editora 34, 2ª ed., 2012.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Escritos filosóficos. O Essencial de Marx e Engels. Organização: Marcello Musto. São Paulo-SP: Editorial Boitempo, 2024.

_____. **Esboço para uma crítica da economia política e outros textos de juventude**. Organização: José Paulo Netto. São Paulo-SP: Editorial Boitempo, 2021.

FONTES, Virgínia; COUTINHO, Carlos Nelson; NETTO, José Paulo. **Grundrisse, de Marx** (videopalestra). TV Boitempo Editorial (Youtube), 2011. Visto em <https://youtu.be/Xhds6tHvb08?t=2056>.

_____. **O Jovem Marx e a Lei do Furto de Madeira**. (vídeo entrevista). Marxismo em Foco. 202 Filmes. Disponível em https://youtu.be/5k9FFhnNiIM?si=xydX7Ge9_sxBhdD5.

FRAZÃO, Diva. **Karl Marx, filósofo e revolucionário**. Disponível em https://www.ebiografia.com/karl_marx/.

GOMES, Carlos. **Antecedentes do capitalismo**. Disponível em <https://www.eumed.net/libros-gratis/2008a/372/CIRCULACAO%20DE%20CAPITAL.htm>.

GRANEMANN, Sara. **O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade**. Disponível em <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/s709726Gx6l8W29E12Si.pdf>.

GRESPLAN, Jorge e DUAYER, Mário. **Grundrisse, de Marx**. Videoaula. TV Boitempo Editorial e parceiros. São Paulo-SP, 2016. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=LlcqIOmc_ks&t=6s.

ILIENKOV, Evald Vasilievich. **A Dialética do Abstrato e do Concreto em O Capital de Karl Marx. Capítulo 1. A Concepção Dialética e Metafísica do Concreto**. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/ilyenkov/1960/dialetica/01.htm>.

JAPPE, Anselm. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx (comentário sobre o livro de Roman Rosdolsky)**. Disponível em <https://aterraeredonda.com.br/genese-e-estrutura-de-o-capital-de-karl-marx/>.

KLIMAN, Andrew. **A crítica de Marx a Darimon nos Grundrisse**. Disponível em <https://marxisthumanistinitiative.org/economics/marxs-critique-of-darimon-in-the-grundrisse.html>.

LIMA, Laís Leni Oliveira. **Aparência e Essência: da alienação ao fetiche**. Jataí-GO: Itinerarius Reflectionis – Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia do Campus Jataí - UFG, Vol. II, n. 5, 2008. Disponível em <https://revistasufj.emnuvens.com.br/rir/article/view/20416>.

LOPES, João do Carmo; ROSSETTI, José Paschoal. **Moedas e Bancos: uma introdução**. São Paulo-SP: Editora Altas S.A. 3ª Edição, 1983.

MACHADO, Gustavo. **Conceitos básicos do marxismo: forças produtivas e relações de produção**. Canal Orientação Marxista (YouTube), em <https://youtu.be/8wQZpciKdqC>.

_____. **Marx e a impossibilidade de reformar a sociedade capitalista**. Disponível em <https://teoriaerevolucao.pstu.org.br/marx-e-a-impossibilidade-de-reformar-a-sociedade-capitalista/>.

_____. **Rosdolsky: Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Vídeo da Série Sugerindo Livros. Canal Orientação Marxista. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=QGvNePeLIYQ>.

MARX, Karl Heinrich. **Cadernos de Paris**. Escritos filosóficos. O Essencial de Marx e Engels. Organização: Marcello Musto. São Paulo-SP: Editorial Boitempo, 2024.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução**. Escritos filosóficos. O Essencial de Marx e Engels. Organização: Marcello Musto. São Paulo-SP: Editorial Boitempo, 2024.

_____. **Crítica do Programa de Gotha**. Escritos políticos. O Essencial de Marx e Engels. Organização: Marcello Musto. São Paulo-SP: Editorial Boitempo, 2024.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo-SP: Editora Levoir S.A. Coleção Folha de São Paulo Grandes Nomes do Pensamento. 2015.

_____. **Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política**. Rio de Janeiro-RJ: Boitempo Editorial, 2011.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos [1] [2]**. Escritos filosóficos. O Essencial de Marx e Engels. Organização: Marcello Musto. São Paulo-SP: Editorial Boitempo, 2024.

_____. **Miséria da filosofia**. Escritos econômicos. O Essencial de Marx e Engels. Organização: Marcello Musto. São Paulo-SP: Editorial Boitempo, 2024.

_____. **O capital: crítica da economia política. Livro I – O processo de produção do capital**. São Paulo-SP: Boitempo Editorial, 2ª. Edição, 2017.

_____. **O capital: crítica da economia política. Livro II – O processo de circulação do capital**. São Paulo-SP: Boitempo Editorial, 2014.

_____. **O capital: crítica da economia política. Livro III – O processo global da produção capitalista**. São Paulo-SP: Boitempo Editorial, 2017.

_____. **O capital: crítica da economia política. Livro IV. Teorias da mais-valia: História crítica do**

- pensamento econômico.** Rio de Janeiro-RJ: Editora Bertrand Brasil S/A, 2ª. Edição, Volume I, 1987.
- _____. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo-SP: Boitempo Editorial, 2011.
- _____. **Para a Crítica da Economia Política.** São Paulo-SP: Abril Cultural, Os Economistas, 1982.
- _____. **Teses sobre Feuerbach.** Escritos filosóficos. O Essencial de Marx e Engels. Organização: Marcello Musto. São Paulo-SP: Editorial Boitempo, 2024.
- _____. **Trabalho assalariado e capital.** Escritos econômicos. O Essencial de Marx e Engels. Organização: Marcello Musto. São Paulo-SP: Editorial Boitempo, 2024.
- _____. **Artigos para o New-York Tribune.** Escritos econômicos. O Essencial de Marx e Engels. Organização: Marcello Musto. São Paulo-SP: Editorial Boitempo, 2024.
- MARX, Karl Heinrich e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo-SP: Editora Martins Fontes, 2ª Edição, 2001.
- _____. e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo-SP: Editora Martin Claret, Coleção A Obra Prima de Cada Autor, 2000.
- MATTOS, Laura Valladão de. **Marshall e os críticos à economia política clássica.** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Acessível em <https://www.scielo.br/j/rep/a/dvxbd5xrvrWmJh5p4nhnz9d/>.
- MIGLIOLI, Jorge. **Dominação burguesa nas sociedades modernas.** Crítica Marxista. Campinas-SP. Unicamp. 2010. Disponível em https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo205Artigo1.pdf.
- MIRANDA, Marloren Lopes. **Filosofia, Saber Absoluto e Ciência: da Fenomenologia do Espírito à Ciência da Lógica.** Disponível em <https://opiniaofilosofica.org/index.php/opiniaofilosofica/article/view/546/490>.
- MOURA, Alessandro de. **A ruptura de Marx com Hegel: Crítica da filosofia do direito de Hegel.** Disponível em <https://www.esquerdadiario.com.br/A-ruptura-de-Marx-com-Hegel-Critica-da-filosofia-do-direito-de-Hegel>.
- MUSTO, Marcello. **O Encontro de Marx com a Economia Política.** Disponível em <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-Encontro-de-Marx-com-a-Economia-Politica/4/40043>.
- NEGRI, Antonio. **Marx além de Marx: Ciência da crise e da subversão: caderno de trabalho sobre os Grundrisse.** São Paulo-SP: Editora Autonomia Literária, 2016.
- NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica.** Capítulo 3 – Produção de mercadorias e modo de produção. Itens 3.1.-3.2.-3.5. São Paulo-SP: Cortez Editora, Volume 1, 2021. Disponível em <https://zoboko.com/text/y530je2v/economia-politica-uma-introducao-critica/1>.
- NETTO, José Paulo. **Introdução ao método da teoria social.** Disponível em <https://www.pcb.org.br/porta1/docs/int-metodo-teoria-social.html>.
- _____. **Introdução ao método de Marx (primeira parte).** Videoaula. Pós-graduação em Serviço Social, Universidade de Brasília (UnB), 2016. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=2WndNoqRiq8&t=7s>.
- _____. **Introdução ao método de Marx (segunda parte).** Videoaula. Pós-graduação em Serviço Social, Universidade de Brasília (UnB), 2016. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=DI3Yocu-1oI>.
- _____. **Karl Marx. Uma biografia.** São Paulo-SP: Boitempo Editorial, 2020.
- _____. **Marx: dialética para principiantes.** Dia M 2022. Canal TV Boitempo Editorial, 2022. Disponível em <https://youtu.be/ywZQnMnGejk>.
- OLIVEIRA, Pedro de. **Karl Marx e seus artigos para o New York Daily Tribune.** Disponível em <http://revistaprincipios.com.br/artigos/152/internacional/3259/karl-marx-e-seus-artigos-para-o-new-york-daily-tribune.html>.
- OLIVEIRA JÚNIOR, José Ribamar dos Santos. **O conflito: Marx e o materialismo contemplativo.** Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/4695/3829>.
- PAMPLONA, Rui Eduardo S. de Oliveira. **Arrazoado do manuscrito Teses sobre Feuerbach.** Disponível em <https://expedicaokarlmarx.com.br/wp-content/uploads/2024/05/1.2.2.-Exp.KarlMarx-Conh.Marx-Pensamento-Filosofico-Teses-sobre-Feuerbach-Plano-6-v.4-18.02.22.pdf>.

_____. **Artigo Expositivo I – Gênese e estrutura de *O capital* de Karl Marx.** Blog Expedição Karl Marx: Para ler *O capital*. Disponível em <https://expedicaokarlmarx.com.br/wp-content/uploads/2024/02/22BLOG1.pdf>.

_____. **O Materialismo Histórico-Dialético: Introdução.** Artigo. Blog Expedição Karl Marx: Para ler "O capital". Disponível em <https://expedicaokarlmarx.com.br/wp-content/uploads/2024/05/1.2.-Exp.KarlMarx-Conh.Marx-Pensamento-Filosofico-O-Materialismo-Historico-e-Dialetico-Plano-6-v2.-02.12.21.pdf>.

PAULANI, Leda. **Teoria do Valor. Curso *O capital* de Marx.** Curso Livre Marx e Engels. Videoaula 2. TV Boitempo. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=T9x0gFHuON4&t=1221s>.

PIRES, Marília Freitas de Campos. **O materialismo histórico-dialético e a Educação.** Interface - Comunicação, Saúde, Educação. UNESP, v. 1, n. 1, 1997. Disponível em <http://hdl.handle.net/11449/30353https://www.scielo.br/j/icse/a/RCh4LmpxDzXrLk6wfr4dmSD/?format=pdf>.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **O que é a propriedade.** Lisboa-Portugal: Editorial Estampa, 2ª edição, 1975.

QUINTEIRO, Thiago. **A consciência em Hegel, a pós-modernidade e a esquerda alienante.** Disponível em <https://www.pocosja.com.br/2019/07/19/a-consciencia-em-hegel-a-pos-modernidade-e-a-esquerda-alienante/>.

RIEDEL, Manfred. **Dialética nas instituições. Sobre a estrutura histórica e sistemática da filosofia do direito de Hegel** (tradução de Selvino José Assmann). Disponível em http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/FILOSOFIA/Artigos/dialetica_hegel.pdf.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de *O capital* de Karl Marx.** Rio de Janeiro-RJ: Contraponto Editora. 2001.

SANTOS, Roberval de Jesus Leone dos. **Marx, Proudhon e Darimon: diálogos sobre o dinheiro.** São Paulo-SP: Boitempo Editorial, Artigo, Revista Crítica Marxista, 2001. Disponível em https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/03rober.pdf.

SARTORI, Vitor Bartoletti. **De Hegel a Marx: da inflexão ontológica à antítese direta.** Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2014000200014.

SAWAIA, Bader Burihan. **Transformação social: um objeto pertinente à psicologia social?** Artigos. Psicol. Soc. 26 (spe2), 2014. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000600002>.

SIQUEIRA, Vinícius. **A dialética da produção e consumo - Karl Marx.** Portal Colunas Tortas. Disponível em <https://colunastortas.com.br/producao-e-consumo-em-marx/>.

SITE GAZ.WIKI. **Teorizando o valor dos produtos de trabalho.** Disponível em https://gaz.wiki/wiki/pt/Law_of_value.

SITE INFOPEDIA. **Materialismo.** Disponível em [https://www.infopedia.pt/\\$materialismo](https://www.infopedia.pt/$materialismo).

_____. **Relações Sociais.** Disponível em [https://www.infopedia.pt/\\$relacoes-sociais](https://www.infopedia.pt/$relacoes-sociais).

SITE JORNAL GGN. **Concepção do fim da história.** Disponível em <https://jornalgggn.com.br/noticia/nota-sobre-a-concepcao-do-fim-da-historia-um-embate-entre-marx-e-hegel-mediado-por-mezaros-em-para-alem-do-cap/>.

SITE MAESTRO VIRTUALE. **Lógica formal.** Disponível em https://maestrovirtuale.com/logica-formal-objeto-de-estudo-caracteristicas-e-exemplos/?expand_article=1.

SITE SÓ ESCOLA. **O que é lógica dialética na filosofia.** Disponível em <https://www.soescola.com/glossario/o-que-e-logica-dialetica-na-filosofia>.

SITE WIKIPEDIA. **Adam Smith.** Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Adam_Smith.

_____. **Alfred Darimon.** Disponível em https://fr.wikipedia.org/wiki/Alfred_Darimon.

_____. **Classe social.** Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Classesocial>.

_____. **Crise de 1857.** Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Crise_de_1857.

_____. **Crise do capitalismo.** Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Crise_do_capitalismo.

_____. **David Ricardo.** Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/David_Ricardo.

_____. **Dialética.** Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Dial%C3%A9tica>.

_____.	Dinheiro. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Dinheiro .	
_____.	Divisão social do trabalho. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Divis%C3%A3o_social_do_trabalho .	em
_____.	Economia Clássica. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Economia_c%C3%A1ssica .	em
_____.	Economia marxiana. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Economia_marxiana .	
_____.	Economia Neoclássica. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Economia_neoc%C3%A1ssica .	em
_____.	Economia Política. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Economia_po%C3%Adtica .	
_____.	Economicismo. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Economicismo .	
_____.	Fetichismo da mercadoria. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Fetichismo_da_mercadoria .	em
_____.	Fim da história. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Fim_da_hist%C3%B3ria .	em
_____.	Força de trabalho. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/For%C3%A7a_de_trabalho .	
_____.	Forças produtivas. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/For%C3%A7as_produtivas .	
_____.	Charles Fourier. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Charles_Fourier .	
_____.	Friedrich Engels. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Friedrich_Engels .	
_____.	Gazeta Renana. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Rheinische_Zeitung .	
_____.	Georg W. F. Hegel. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Georg_Wilhelm_Friedrich_Hegel .	
_____.	Hegelianismo. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Hegelianismo .	
_____.	Hegelianos de direita. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Hegelianos_de_direita .	
_____.	Henri de Saint-Simon. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Henri_de_Saint-Simon .	
_____.	História da Moeda. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Moeda#Hist%C3%B3ria .	
_____.	História do comunismo. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_do_comunismo .	em
_____.	Idealismo. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Idealismo .	
_____.	Idealismo alemão. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Idealismo_alem%C3%A3o .	
_____.	Influências em Karl Marx. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Influ%C3%Aancias_em_Karl_Marx .	em
_____.	Infraestrutura e superestrutura. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Infraestrutura_e_superestrutura .	em
_____.	Instituto Marx-Engels-Lenin (IMEL). Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/InstitutoMarx-Engels-Lenin .	em
_____.	John Maynard Keynes. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/John_Maynard_Keynes .	
_____.	Jovens hegelianos. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Joven_hegelianos .	
_____.	Lei de Say. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_de_Say .	
_____.	Lei do valor. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_do_valor .	
_____.	Libra. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Libra_(massa) .	
_____.	Livre associação de produtores. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Livreassocia%C3%A7%C3%A3o_(comunismo_e_anarquismo) .	em
_____.	Luta de classes. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Luta_de_classes .	
_____.	Mais-trabalho. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Mais-trabalho .	
_____.	Mais-valia (mais-valor). Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Mais-valia .	
_____.	Mão invisível. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%A3o_invis%C3%ADvel .	

- hr/>
- _____. **Marxismo**. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Marxismo>.
- _____. **Matéria**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Mat%C3%A9ria_\(filosofia\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Mat%C3%A9ria_(filosofia)).
- _____. **Materialismo**. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Materialismo>.
- _____. **Materialismo dialético**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Materialismo_dial%C3%A9tico. em
- _____. **Materialismo histórico**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Materialismo_hist%C3%B3rico. em
- _____. **Meios de produção**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Meios_de_produ%C3%A7%C3%A3o. em
- _____. **Mercado livre**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Mercado_livre.
- _____. **Mercadoria no marxismo**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Mercadoria#No_marxismo. em
- _____. **Mercantilismo**. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Mercantilismo>.
- _____. **Metodologia da Economia**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Metodologia_da_economia. em
- _____. **Modo de produção**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Modo_de_produ%C3%A7%C3%A3o. em
- _____. **Modo de produção socialista**. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Mododeprodu%C3%A7%C3%A3osocialista>. em
- _____. **Moeda fiduciária**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Moeda_fiduci%C3%A1ria.
- _____. **Mutualismo**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Mutualismo_\(economia\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Mutualismo_(economia)).
- _____. **Neoliberalismo**. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Neoliberalismo>.
- _____. **Nova Gazeta Renana**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Neue_Rheinische_Zeitung.
- _____. **Padrão ouro**. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Padr%C3%A3o-ouro>.
- _____. **Pierre-Joseph Proudhon**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Pierre-Joseph_Proudhon.
- _____. **Práxis**. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Pr%C3%A1xis>.
- _____. **Proletariado**. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Proletariado>.
- _____. **Racionalização**. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Racionaliza%C3%A7%C3%A3o>.
- _____. **Reino da Prússia**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Reino_da_Pr%C3%BAssia.
- _____. **Relações de produção**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Rela%C3%A7%C3%B5es_de_produ%C3%A7%C3%A3o. em
- _____. **Renânia**. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Renânia>.
- _____. **Revolução francesa**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_Francesa. em
- _____. **Revolução Industrial**. Disponível em https://en.wikipedia.org/wiki/Industrial_Revolution.
- _____. **Roman Rosdolsky**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Roman_Rosdolsky.
- _____. **Segunda Revolução Industrial**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Segunda_Revolu%C3%A7%C3%A3o_Industrial. em
- _____. **Ser**. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ser>.
- _____. **Socialismo**. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Socialismo>.
- _____. **Socialismo democrático**. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Socialismocient%C3%Adfico>. em
- _____. **Socialismo ricardiano**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Socialismo_ricardiano.
- _____. **Socialismo utópico**. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Socialismout%C3%B3pico>.
- _____. **Sociedade comunista**. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Sociedade_comunista.
- _____. **Substância**. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Subst%C3%A2ncia_\(filosofia\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Subst%C3%A2ncia_(filosofia)).
- _____. **Táler**. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/T%C3%A1ler>.

_____. **Taxa de exploração.** Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Taxa_de_explora%C3%A7%C3%A3o. em

_____. **Teoria do valor-trabalho.** Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Teoria_do_valor-trabalho.

_____. **Trabalho assalariado e capital.** Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Trabalho_Assalariado_e_Capital. em

_____. **Valor de troca no marxismo.** Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Valor_de_troca#:~:text=Para%20o%20marxismo%2C%20valor%20de,desse%20produtos%20tenha%20sido%20o. em

_____. **Valor de uso.** Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Valor_de_uso.

_____. **Joseph Weydemeyer.** Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Joseph_Weydemeyer.

SOARES, André Luís. **O estabelecimento do paradigma materialista-mecanicista na ciência: um resumo histórico de sua imposição ideológica como teoria final para toda a realidade.** Blog Ilusões da Matéria, 2016. Disponível em https://www.academia.edu/23718956/O_estabelecimento_do_paradigma_materialista_mecanicista_na_ci%C3%A2ncia_um_resumo_hist%C3%B3rico_de_sua_imposi%C3%A7%C3%A3o_ideol%C3%B3gica_com_o_teor%C3%A7a_final_para_toda_a_realidade. em

SOBRAL, Fábio Maia. **Os Grundrisse de 1857-8 como Manifesto Social.** Tese de Doutorado. Campinas-SP: Unicamp. 2008, p. 57. Disponível em <https://1library.org/article/a-rela%C3%A7%C3%A3o-geral-produ%C3%A7%C3%A3o-com-distribui%C3%A7%C3%A3o-troca-consumo.y863o55q>.

TAVARES, João Claudino. **Friedrich Engels e a pedra filosofal da crítica da economia política.** Verinotio – Revista on-line de filosofia e ciências humanas, n. 20, Ano X, 2015.

VIEIRA, Pedro. **Os duvidosos fundamentos da economia política: o caso da mercadoria força de trabalho.** Disponível em <http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A008.pdf>.

VIEIRA, Zaira Rodrigues. **Althusser e o significado da dialética em Marx.** Disponível em <https://pdfs.semanticscholar.org/8fac/372ef3c4eee595b57f78e1370ea4a8a8e61b.pdf>. em

WELLEN, Henrique. **1843-44: Marx e Engels e a rejeição filosófica e moral da economia política.** Revista Novos Rumos, v. 56 n.1, 2019, p. 1 e 2. Disponível em <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/9049>.

XIMENES, Olavo Antunes de Aguiar. **Aproximação à categoria de modo de produção nos Grundrisse (1857-1858) de Karl Marx.** Dissertação para obtenção do título de Mestre em Filosofia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas-SP, 2017. Disponível em <https://1library.org/article/capital-constante-capital-vari%C3%A1vel-modo-produ%C3%A7%C3%A3o-capitalista-capital.qvpn1gdq>.